

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA REGIONAL EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

**CASAS CEARENSES - ESTUDO DE CASO:
Um Lugar para Identidade e Sustentabilidade**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
BIBLIOTECA



Ana Cecília Serpa Braga Vasconcelos

D
728.098131
V45c

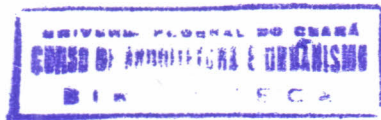
N.Cham. D 728.098131 V45c
Autor: Vasconcelos, Ana Cecília Serpa B
Título: Casas cearenses - estudo de cas

ORTALEZA
2008



13908295 Ac. 92255

BCA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA REGIONAL EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**

ANA CECÍLIA SERPA BRAGA VASCONCELOS

**CASAS CEARENSES – ESTUDO DE CASO:
UM LUGAR PARA IDENTIDADE E SUSTENTABILIDADE**

**FORTALEZA
2008**

ANA CECÍLIA SERPA BRAGA VASCONCELOS

CASAS CEARENSES – ESTUDO DE CASO:
UM LUGAR PARA IDENTIDADE E SUSTENTABILIDADE

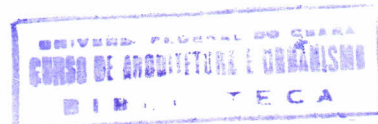
Dissertação submetida à Coordenação do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente do Programa Regional em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Área de concentração: Organização do Espaço e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio.

Co-orientador: Prof. Dr. Marcondes Araújo Lima.

FORTALEZA
2008



Quero 92255
Exemplar 13908295
18/08/2008

D
728.098131
V45C

V331c

Vasconcelos, Ana Cecília Serpa Braga

Casas cearenses – estudo de caso: um lugar para sustentabilidade e identidade / Ana Cecília Serpa Braga Vasconcelos .
— Fortaleza, 2008.

152 f. ; il.

Orientador: Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)
– Programa Regional em Desenvolvimento e Meio Ambiente,
Universidade Federal do Ceará.

Área de concentração: Organização do Espaço e
Desenvolvimento Sustentável.

1. Casa. 2. Lugar. 3. Sustentabilidade. I. Título. II. Programa
Regional em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade
Federal do Ceará.

CDD: 246

ANA CECÍLIA SERPA BRAGA VASCONCELOS

CASAS CEARENSES – ESTUDO DE CASO:
UM LUGAR PARA IDENTIDADE E SUSTENTABILIDADE

Dissertação submetida à Coordenação do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente do Programa Regional em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Área de concentração: Organização do Espaço e Desenvolvimento Sustentável.

Aprovada em ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio (Orientador)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Profa. Dra. Kelma Socorro Lopes de Matos
Universidade Federal do Ceará – UFC

Profa. Dra. Flora Mendes Araújo Lima
Universidade de Fortaleza – UNIFOR

A Mariana

Uma grande motivação

Acompanhou desde o meu ventre o desenrolar de todo este processo;

É muito pequena para entender por que a mamãe estava sempre sentada no computador;

No futuro, compreenderá...

E poderá perceber a importância de se buscar sempre o almejado, por mais distante, difícil e trabalhoso que se apresente.

AGRADECIMENTOS

A Deus, acima de tudo, pela dádiva da minha vida e pela alegria de vivê-la em todos os seus aspectos perto dele.

Aos meus pais, Raimundo e Goretti, por todo o apoio, o equilíbrio e o incentivo e, especialmente, por terem me apresentado ao mundo intelectual por suas próprias vidas, despertando em mim o apreço pela leitura, pela pesquisa e pela busca constante de conhecimento, com sabedoria para conciliar a vida profissional e pessoal.

Ao meu amado marido, Maurício, companheiro de todas as horas, pela constante credibilidade na minha pessoa, fortalecendo minha autoconfiança e buscando sempre meios para realizar meus sonhos, que acabaram por se tornar nossos também.

À minha irmã, Alice, presente mesmo de longe, nas diversas fases desta pesquisa, e por sua grande e verdadeira amizade, exemplo para minha vida.

Aos meus sogros, Benício e Maria das Graças, por todo o apoio familiar e pela tranquilidade que pude experimentar quando cuidavam e divertiam a Mariana enquanto eu me ocupava com esta pesquisa.

Aos meus irmãos, Marília, Marisa e David, pela agradável e fundamental convivência familiar neste período.

A José Levi Furtado Sampaio, pela forma compromissada como assumiu a orientação desta pesquisa e por ter sido um dos canais para uma experiência interdisciplinar. Obrigada por todas as observações, sugestões e questões levantadas.

A Marcondes Araújo Lima, meu co-orientador, por vivenciar e participar constantemente do processo de produção desta pesquisa, desde o momento da sua idealização ainda como projeto, até a sua concretização. Agradeço também pelo apoio, pela confiança depositada em minha pessoa, pela amizade, pelas discussões interdisciplinares sobre arquitetura e por despertar em mim um interesse maior em pesquisar cientificamente.

Aos professores Luís Botelho de Albuquerque, José Gerardo Beserra de Oliveira, pelos seus ensinamentos e didáticas de ensino marcantes.

Às funcionárias da Biblioteca do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, Neiliane, Eliana e Camila.

Aos professores José Liberal de Castro, Roberto Martins Castelo, José da Rocha Furtado, Paulo Cardoso da Silva, Marrocos Aragão, Nícia Paes Bormann, e aos arquitetos Nelson Serra e Neves e Delberg Ponce de Leon pelas entrevistas.

À professora Kelma Socorro Lopes de Matos, pelas críticas e sugestões na fase de qualificação e por ter aceitado dar continuidade à avaliação desta pesquisa, como membro da banca examinadora.

À professora Flora Araújo Mendes Lima, por ter aceitado o convite para participar da banca examinadora da dissertação, e por sua valiosa contribuição.

A Maristela, pelos inesquecíveis momentos de conversas, discussões acadêmicas e principalmente, pela amizade cultivada durante o Mestrado no PRODEMA:

A Anna Érika e Danielle, por tudo o que somaram a esta pesquisa, como as preciosas sugestões e o estímulo transmitido.

Aos queridos amigos do PRODEMA, Zacharias, Melca, Anny Jacqueline, Simone Eugênia, Diana, Carla, Elisângela, Geovany, Maíra, Ewerton e Francisco Carlos, pelas ricas trocas de experiências e pelo maravilhoso convívio.

A Rogério Albuquerque, pelo prestimoso auxílio no levantamentos arquitetônicos e desenhos técnicos relacionados a esta pesquisa.

A Maurício Vasconcelos e Welton Rios, pela contribuição na formatação gráfica.

A Alice Braga, pela tradução do resumo.

Aos moradores das casas analisadas, por me permitirem a entrada e a observação das suas residências e por se disponibilizarem a responder às entrevistas.

Às sras. Maria Alice, Jacira, Maria Goretti, Rita e Senhorinha, por seus relatos nas entrevistas.

À Maria do Céu Vieira, pela revisão.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro na concessão, sempre pontual, da bolsa de auxílio.

A todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para esta realização.

RESUMO

Problemas ambientais, crise da moradia, insegurança, violência e perda da identidade refletem a condição de viver nos grandes centros urbanos. Efeito destes problemas, a degradação da qualidade de vida interfere no bem-estar, na satisfação e na felicidade do homem, na manutenção da sua espécie e de todos os outros seres vivos. A cidade de Fortaleza, uma nova metrópole e a quarta capital do país, ao contemplar essa realidade, mostra-se como espaço apropriado de delimitação desta pesquisa. Em seu ambiente, a destruição de casas de qualidade tem sido contínua, em prol de empreendimentos imobiliários de grande porte. Como a mais importante unidade do ambiente construído, a casa (habitação unifamiliar) é o produto humano que melhor reflete os valores culturais, econômicos e sociais de um povo. Além de servir como abrigo, é o lugar onde a vida se estabelece, mediante atividades e relações ali ocorridas, fortemente ligadas à cultura dos seus moradores. A designação casa não significa apenas um modelo. Representa os objetos físicos e palpáveis da habitação (arquitetura, materiais utilizados, formas, texturas), assim como o ato de morar, de ocupar os espaços e de neles se estabelecer (funções e atividades, costumes, manejo de recursos naturais e relações sociais). Objetiva-se verificar e identificar valores de apropriação do espaço domiciliar e princípios construtivos que sobreviveram ao longo do tempo e permanecem válidos para a residência unifamiliar habitada, no estudo de caso em Fortaleza, Ceará, com vistas a resgatá-los como estratégias para projetos de habitações sustentáveis. Foram identificadas as principais tipologias habitacionais desenvolvidas no século XX em Fortaleza e colheram-se opiniões de especialistas quanto à produção arquitetônica de residências unifamiliares, e suas relações com o meio ambiente e a cultura cearenses. Por fim, analisam-se quatro residências habitadas há no mínimo vinte e cinco anos, relacionando aspectos arquitetônicos ao modo de morar.

Palavras-chave: casa, lugar, sustentabilidade.

ABSTRACT

Environment issues, inhabitation crisis, unsafety, violence, and lack of identity reflect the conditions of life in great city centers. As a consequence of these matters, the degradation of life quality interferes in the welfare, the satisfaction and the happiness of mankind, in the maintenance of the human specie and of other living beings. As facing this reality, the city of Fortaleza, a new Metropolis and the fourth state-capital in the country, reveals itself as an appropriate delimited space for this research. Houses of great quality have been destroyed to give place to real estate enterprises. As the most relevant environment unit constructed, the house (single familiar dwelling) is the human product that better reflects cultural, economical and social values of the people. Besides serving as a shelter, it is the place where life is established, through activities and relations that take place in it, strongly bounded to the culture of their residents. The designation house doesn't stand just for a model. Represents the physical and tactile objects (architecture, materials, props, forms and texture), the act of dwelling, of occupying its spaces and of establishing functions, activities, habits, natural resources management and social relations. This paper aims at verifying and identifying the values of taking over the residential spaces and the construction principles that survived throughout time and stand valid for the single familiar residence, concerning the case of Fortaleza, Ceará, in order to rescue them as strategies for sustainable inhabitation projects. The main dwelling types developed in the 20th Century in Fortaleza were identified and the opinions of specialists on architectural single familiar houses production and its relation to environment and to the state culture were also undertaken. At last, four residences in over twenty five years were specifically analyzed, relating architectural aspects to the way of life.

Key-words: house, place, sustainability.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –	Residências unifamiliares em Montevideu, Uruguai.....	33
FIGURA 2 –	Formas de moradia precárias. Favela (esquerda) e conjunto habitacional (direita).....	34
FIGURA 3 –	Serviço público de apoio à gestante, com a designação casa. 35	35
FIGURA 4 –	Tipos de casas indígenas.....	38
FIGURA 5 –	Primeira construção, segundo Viollet-Le-Duc.....	39
FIGURA 6 –	Esquemas da casa romana.....	40
FIGURA 7 –	Casa projetada por Frank Lloyd Wright, dentro da proposta das <i>prairie houses</i>	42
FIGURA 8 –	Esquemas gráficos da casa dos índios da tribo Xavante.....	46
FIGURA 9 –	Casa de fazenda do século XIX.....	48
FIGURA 10 –	Mocambos no Ceará.....	49
FIGURA 11 –	Casa de fazenda projetada pela arquiteta Nícia Paes Bormann. Iracema-CE, 1974.....	50
FIGURA 12 –	Casa de Oscar Niemeyer em Brasília, com referências construtivas às casas de fazenda.....	51
FIGURA 13 –	Casas de porta e janela em Fortaleza.....	52
FIGURA 14 –	Sobrados em São Luiz do Maranhão.....	53
FIGURA 15 –	Primeira planta da cidade de Fortaleza, de 1726 realizada por autor desconhecido.....	57
FIGURA 16 –	Casa em Fortaleza do século XIX.....	58
FIGURA 17 –	Planta de Fortaleza, de 1875, executada por Adolfo Herbster.....	64
FIGURA 18 –	Rua Floriano Peixoto. Fortaleza, 1905.....	66
FIGURA 19 –	Vista aérea de Fortaleza e sua “Beira-Mar” em 1966.....	70
FIGURA 20 –	Projetos residenciais de Lúcio Costa: Parque Guinle (esquerda) e Casa Saavedra (direita).....	72
FIGURA 21 –	Sobrados antigos do Centro da Cidade de Fortaleza, hoje já descaracterizados quanto a fachadas e funções originais.....	75
FIGURA 22 –	Caças do tipo “porta e janela”, em áreas diferentes da cidade de Fortaleza: Centro (esquerda), Praia de Iracema (centro) e Benfica (direita).....	75
FIGURA 23 –	Residências com estreita relação com a rua, no Centro de Fortaleza.....	76
FIGURA 24 –	Área residencial próxima à Base Aérea, com casas projetadas por Emilio Hinko.....	77
FIGURA 25 –	Castelinhos da Praça Luíza Távora, que anteriormente funcionavam como residências.....	78
FIGURA 26 –	Inovações arquitetônicas nas casas por Emilio Hinko: arcos nas varandas (esquerda), cobogós (centro) e aberturas para o exterior (direita).....	78
FIGURA 27 –	Casa do Estudante, residência estudantil projetada por Emilio Hinko em Fortaleza.....	79
FIGURA 28 –	Residência no bairro da Aldeota, com elementos da arquitetura proposta por Emilio Hinko, embora não tenha sido projetada por ele.....	80

FIGURA 29 –	Residências adaptadas a novas funções de serviços (esquerda) e comércio (direita).....	80
FIGURA 30 –	Residências com princípios da “Arquitetura Moderna Brasileira” em Fortaleza.....	81
FIGURA 31 –	Residências remanescentes em Fortaleza com princípios construtivos e formais da arquitetura moderna.....	82
FIGURA 32 –	Antiga Casa do Governador do Ceará, hoje Centro Cultural do Abolição.....	90
FIGURA 33 –	Verticalização na cidade de Fortaleza, que revela a impessoalidade das edificações em relação aos seus moradores.....	94
FIGURA 34 –	Fotografia aérea da quadra de localização da Unidade 1.....	98
FIGURA 35 –	Vista geral da Avenida Visconde do Rio Branco.....	100
FIGURA 36 –	Fachada da Unidade 1 e detalhe de balcão de ferro (direita).....	100
FIGURA 37 –	Jardim lateral da casa, visto da rua (foto esquerda) e visto do portão de entrada.....	101
FIGURA 38 –	Dormitório do filho (à esquerda) e detalhe do forro com treliça (à direita).....	102
FIGURA 39 –	Planta baixa da Unidade 1, compreendendo o lote.....	103
FIGURA 40 –	Corredor interno da Unidade 1.....	104
FIGURA 41 –	Alpendre da Unidade 1.....	105
FIGURA 42 –	Dormitório 1, utilizado pela moradora.....	105
FIGURA 43 –	Gabinete da Unidade 1, antigo escritório do proprietário da casa..	106
FIGURA 44 –	Sala de visitas e jantar da Unidade 1.....	107
FIGURA 45 –	Varanda da Unidade 1.....	107
FIGURA 46 –	Copa da Unidade 1.....	108
FIGURA 47 –	Vistas do quintal da Unidade 1.....	109
FIGURA 48 –	Banheiro interno da Unidade 1.....	109
FIGURA 49 –	Quadra de localização da Unidade 2.....	111
FIGURA 50 –	Conformação do lote da Unidade 2.....	111
FIGURA 51 –	Vista da rua interna da Unidade 2 (esquerda) e fachada da Unidade 2 (direita).....	112
FIGURA 52 –	Fotografia da vila no Bairro de Jacarecanga, tirada em 1979.....	113
FIGURA 53 –	Desenhos arquitetônicos da Unidade 2.....	115
FIGURA 54 –	Salã de visitas (esquerda), portas de ligação (centro) e sala de jantar (esquerda) da Unidade 2.....	116
FIGURA 55 –	Copa e despensa (esquerda), cozinha (centro) e área de serviço (direita) da Unidade 2.....	116
FIGURA 56 –	Quintal da Unidade 2.....	117
FIGURA 57 –	Dormitório e respectiva varanda da Unidade 2.....	118
FIGURA 58 –	Dormitório do pavimento térreo com elevador (direita).....	119
FIGURA 59 –	Aberturas da Unidade 2: aberturas internas (esquerda), óculos (direita superior) e janelas retangulares com gradis (direita inferior).....	120
FIGURA 60 –	Fotografia aérea de localização do terreno da Unidade 3.....	122
FIGURA 61 –	Portal de entrada do terreno (esquerda), fotografias do terreno (direita).....	122
FIGURA 62 –	Desenhos do morador da Unidade 3.....	123
FIGURA 63 –	Planta baixa da Unidade 3.....	124

FIGURA 64 –	Aberturas da Unidade 3. Iluminação zenital pelo telhado (esquerda), iluminação difusa nas paredes por vidro (centro), iluminação direta por janelas de canto (direita).....	125
FIGURA 65 –	Frente da Unidade 3, que se abre para dentro do terreno.....	126
FIGURA 66 –	Interior da Unidade 3. Vista da sala e biblioteca (canto superior esquerdo), vista da cozinha e mezanino (canto superior direito), vista da biblioteca (canto inferior esquerdo) e vista do estúdio fotográfico (canto inferior direito).....	127
FIGURA 67 –	Fotografia aérea com quadra de localização da Unidade 4.....	130
FIGURA 68 –	Entrada da Unidade 4 (direita) e relação desta unidade com o edifício contíguo a ela.....	132
FIGURA 69 –	Áreas de estar da Unidade 4: sala de jantar (esquerda), varanda (centro) e sala de estar (direita).	133
FIGURA 70 –	Corte longitudinal da Unidade 4.....	133
FIGURA 71 –	Varanda da Unidade 4.....	134
FIGURA 72 –	Planta baixa da Unidade 4.....	135
FIGURA 73 –	Áreas íntimas da Unidade 4: dormitório (esquerda), banheiro (direita) e escritório (esquerda).....	135
FIGURA 74 –	Cozinha da Unidade 4.....	136

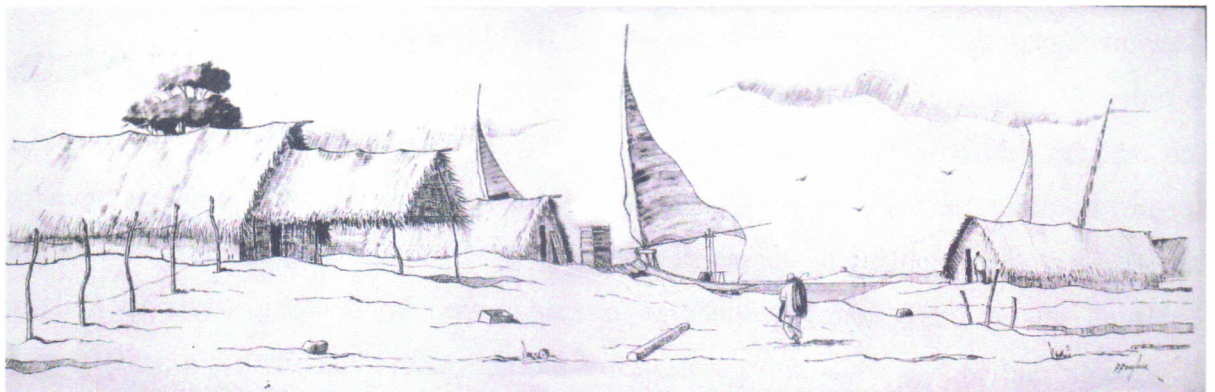
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAU-UFC	Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará
FAU-USP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
PROAFA	Fundação de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza
PRODEMA	Programa Regional em Desenvolvimento e Meio Ambiente
SEVOME	Secretaria de Viação, Obras, Minas e Energia
UNIFOR	Universidade de Fortaleza
UFC	Universidade Federal do Ceará
WCED	World Comission on Environment and Development

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT	7
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	8
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	11
1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Objetivos	17
1.1.1 Geral.....	17
1.1.2 Específicos.....	18
1.2 Os motivos da escolha do tema	18
2 O CAMINHO DE CASA	20
3 RELACIONANDO CONCEITOS	25
3.1 Identidade como entidade	26
3.2 Lugar	30
3.3 Casa: conceituações e significados	32
3.3.1 Breve evolução da casa.....	37
3.5 Um critério para o desenvolvimento sustentável: a casa como lugar	42
4 CASAS CEARENSES: processos de formação	44
4.1 A contribuição indígena.....	45
4.2 Origens das “casas tradicionais brasileiras”.....	47
4.3 A ocupação do interior nordestino e o estabelecimento de casas de fazenda.....	54
4.4 Novas formas de morar a partir do final do século XIX.....	59
4.5 Características das casas brasileiras.....	67
5 CASAS EM FORTALEZA: tipologias e opinião dos arquitetos	69
5.1 Contextualização sócio-histórica.....	70
5.2 Principais tipologias residenciais observadas.....	74
5.3 Atuação e visão dos especialistas sobre a produção residencial em Fortaleza.....	81
5.4 Casas cearenses.....	90
5.5 Um cenário crítico.....	93
6 O MEU LUGAR	97
6.1 Unidade 1: Casa remanescente.....	98
6.2 Unidade 2: A rua como extensão da casa.....	111
6.3 Unidade 3: Casa-comunidade.....	121
6.4 Unidade 4: Casa-laboratório.....	129
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS	146
APÊNDICES	151
Apêndice A – Entrevista aplicada aos arquitetos.....	151
Apêndice B – Questionário aplicado aos moradores das Unidades 1, 2, 3 e 4.....	152

1 INTRODUÇÃO



Grandes realizações não são feitas por impulso,
mas por uma soma de pequenas realizações.

Vincent Van Gogh

Pode-se considerar a casa (habitação unifamiliar) como o produto humano que melhor reflete os valores culturais, econômicos e sociais de um povo. Ela exprime até a individualidade de cada proprietário, família ou pessoa nela residente. Sua função principal é o abrigo, e constitui para seus usuários um envoltório seletivo, moderador e corretivo das variações climáticas. Além disso, é, por excelência, o lugar onde a vida se estabelece, mediante atividades e relações ali ocorridas, fortemente ligadas à cultura dos seus moradores (LEMOS, 1996).

O ato de morar pressupõe valores e atividades, os quais, ao serem analisados, perpassam diferentes campos do saber (RAPOPORT, 1969; ZEVI, 1998) desde o conhecimento popular até o sistematizado. Assim, conforme se verifica, a casa é envolvida, em seu contexto ambiental, por variados fatores que interferem, direta ou indiretamente, em sua conformação e utilização. Entre eles, podem ser citadas as condições climáticas locais, as tecnologias disponíveis, a economia vigente, a arte, a política, a cultura local, o nível civilizatório da sociedade na qual está inserida e a visão de mundo dos seus usuários, entre outros.

Entre as tipologias das edificações existentes nas cidades, a habitação distingue-se como a mais construída e reproduzida, representa, pois, o “mais importante elemento do ambiente construído” (VAZ, 2002, p.17). As unidades residenciais existentes ocupam uma grande parcela do solo urbano. Elas são os componentes básicos da reprodução da força de trabalho e elementos privilegiados de investimento de capital na cidade. Ademais a habitação implica diversas questões relevantes para o ambiente urbano, como a alta densidade demográfica, a mobilidade, a demanda por infra-estrutura urbana e a impermeabilização do solo. E, ainda, a casa é um dos objetos humanos de maior valor econômico e grande causador de impactos ambientais.

Ao se confrontar o proposto pelo Estatuto das Cidades (2001) – que visa em sua primeira diretriz geral a garantia da sustentabilidade das cidades, entendida, entre outros aspectos, como o direito à moradia – com a realidade dos grandes centros urbanos brasileiros, encontra-se uma situação paradoxal. Uma condição de insustentabilidade revela-se atualmente para as cidades e seus respectivos moradores, caracterizada por uma situação geral de crise: crise ambiental (LEFF, 2000), crise de identidade (CANCLINI, 2005), crise de moradia, crise de segurança, violência, destruição do patrimônio cultural e desemprego. Estes problemas foram evidenciados, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, quando as cidades brasileiras passaram por profundas transformações geradoras de modificação das suas

estruturas tradicionais. Diante destas transformações, exigem-se novas demandas, surgem novos problemas urbanos e intensificam-se aqueles já existentes (CANCLINI, 2005). Atualmente a degradação da qualidade de vida é mais perceptível no cerne do ambiente urbano, interferindo no bem-estar, na satisfação e na felicidade do homem, na manutenção da sua espécie e de todos os outros seres vivos. Isto leva a entender a urgente necessidade de propostas novas para as questões urbanas e arquitetônicas atuais, com vistas à sustentabilidade.

A cidade de Fortaleza, uma grande metrópole onde vivem 2.431.415 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007) e quarta capital do país, contempla essa realidade. Dessa forma, mostra-se como espaço apropriado de delimitação desta pesquisa. Ao longo da sua história, conforme se verifica, de uma maneira geral não houve planejamento e nem gestão que considerasse devidamente a preservação do seu patrimônio ambiental e cultural mediante conservação de elementos relevantes da sua arquitetura, como as casas representativas dos vários períodos históricos.

Como se pode observar, Fortaleza reuniu por meio de intenso processo de migração – sobretudo a partir de 1920 – as principais tipologias habitacionais existentes no Estado, pois recebeu contingentes populacionais provenientes do sertão e do litoral. Estas casas, em sua maioria, foram e continuam sendo destruídas, e muitas vezes dão lugar a empreendimentos de grande porte – residenciais ou comerciais –, nem sempre adequados para o ambiente da cidade, seja em suas propostas gerais de verticalização e concentração de pessoas e serviços, seja em seus aspectos estéticos e técnico-construtivos.

Além disso, ainda é possível encontrar, mesmo de maneira bastante escassa, unidades residenciais em bom estado de conservação, mantidas e habitadas há mais de vinte e cinco anos pelo mesmo morador, o qual manifesta sinais de satisfação e bem-estar em relação à morada. Percebe-se, no âmbito desta questão, um duplo valor de resistência: a sobrevivência da casa como objeto material, físico, palpável, com seus elementos formais e técnico-construtivos, e a manutenção de valores, de costumes, de uso e de ocupação dos espaços, diretamente relacionados aos moradores da casa, com sua cultura, projeções e visão de mundo.

Diante da existência de um processo mercadológico de degradação crítica de casas unifamiliares de qualidade em Fortaleza, remanescentes de períodos anteriores, urge

identificar e registrar estas edificações, observar a arquitetura, as tecnologias e os materiais utilizados no decorrer do tempo. Assim se contribuirá para fundamentar o resgate de propostas de habitação apropriadas para o Estado do Ceará, com vistas a um compromisso sociocultural e ambiental. Ao mesmo tempo, torna-se indispensável discutir como estas casas sobreviveram e foram mantidas na condição de lares, ou seja, lugares consolidados (TUAN, 1983) com evidentes e fortes vínculos de referência aos membros da família e suas respectivas gerações, a vizinhos, ao entorno urbano, ao bairro e, até mesmo, à cidade de Fortaleza. Pretende-se, por conseguinte, abordar também as atitudes, princípios e relações estabelecidas entre o morador e sua casa, essenciais para a garantia de uma condição de satisfação contínua.

Portanto, a designação casa, além de não significar apenas um modelo, representa os objetos físicos e palpáveis da habitação (arquitetura, materiais utilizados, formas, texturas), e também o ato de morar, de ocupar os espaços e de neles estabelecer-se (funções e atividades, costumes, manejo de recursos naturais e relações sociais). Uma análise da casa dentro desta significação implica a existência conjunta do edifício arquitetônico e conseqüentemente, do morador.

Essa forma de abordagem – que não dissocia as dimensões materiais e imateriais da casa – foi pouco explorada pela literatura, principalmente no caso do Estado do Ceará. Nesta pesquisa, buscou-se combinar trabalhos já realizados por diversos autores e, em particular, o de Tuan (1983), onde o autor discute a percepção do espaço. Outro autor, Freyre (1971), é exemplar e, em *A Casa Brasileira*, tece observações preciosas sobre as principais tipologias habitacionais do Brasil colônia, e ao mesmo tempo descreve costumes e relações sociais.

No âmbito da literatura arquitetônica referenciada, outros nomes são mencionados. Rapoport (1969) fala das intrínsecas relações entre a casa, sua forma e os aspectos culturais; Lemos (1996) em *História da Casa Brasileira* contribui valiosamente na descrição dos espaços da casa, ao observar sua evolução e significado ao longo do tempo; Saia (1972), em *Morada Paulista*, trata da arquitetura das habitações no âmbito do Estado de São Paulo, abordando suas variações e contextualizando-a historicamente; Weimer (2005) ousou fazer um apanhado descritivo e gráfico sobre a arquitetura popular brasileira, com enfoque na habitação; Castro (1987b) colabora com informações preciosas sobre a arquitetura antiga da cidade de Fortaleza.

Buscar formas de morar que resistem ao tempo, tanto no concernente a aspectos arquitetônicos como culturais e de identidade é um dos objetivos desta pesquisa. Diante do revelado a respeito do termo arquitetura cearense e casa cearense, tanto no âmbito acadêmico como no profissional e cotidiano, preferiu-se na presente pesquisa adotar a expressão casas cearenses, na qual cearenses pretende indicar a localização de tais casas e, ao mesmo tempo, mostrar sua específica adequação à realidade do Ceará, tanto no referente às estratégias de conforto ambiental, aos materiais e técnicas construtivas, como também ao somatório do modo de viver de cada morador.

Para melhor compreensão, estruturou-se esta pesquisa da seguinte forma:

- No Capítulo 1, fez-se a introdução. No 2, são apresentados os passos metodológicos adotados nesta pesquisa qualitativa. No 3 descortina-se a terminologia mais significativa aplicada, abordando a conceituação e definição utilizada de termos como “identidade”, “lugar”, “casa” e “sustentabilidade”, relacionando-os e expondo algumas discussões norteadoras. No capítulo 4, trata-se brevemente do contexto da formação urbana do Ceará, incluídas a história econômica e a ocupação territorial do Ceará e, por fim, a evolução urbana de Fortaleza, com foco nas suas principais tipologias habitacionais. No 5 discute-se a atuação e opinião dos primeiros arquitetos da cidade de Fortaleza quanto à arquitetura de residências no Ceará e suas relações com o modo de viver no Estado e o seu meio ambiente. No capítulo 6 consta uma análise de quatro casas consolidadas como lares em Fortaleza, e se relacionam seus aspectos físicos ao modo de morar dos seus usuários. No capítulo 7 são tecidas as considerações finais.

1.1 Objetivos

1.1.1 Geral

Verificar e identificar princípios arquitetônicos e valores de uso e ocupação que sobreviveram ao longo do tempo e permanecem ainda válidos para a casa (residência unifamiliar habitada), no estudo de caso em Fortaleza, Ceará, com vistas a resgatá-los como estratégias para projetos de habitações sustentáveis.

1.1.2 Específicos

- Relacionar aspectos arquitetônicos e técnico-construtivos de casas em Fortaleza habitadas há no mínimo vinte e cinco anos pelo mesmo morador, com o modo de morar descrito por seu usuário e percebido pela pesquisadora;
- Documentar graficamente e/ou descritivamente as principais tipologias habitacionais desenvolvidas no século XX em Fortaleza, enquadradas pelos critérios seletivos adotados nesta pesquisa;
- Contribuir para o registro e sistematização do conhecimento acerca dos processos, sistemas e materiais construtivos tradicionais das casas em Fortaleza;
- Compreender a concepção dos especialistas quanto à produção arquitetônica de residências unifamiliares e o modo de morar, e suas relações com o meio ambiente e a cultura cearenses.

1.2 Os motivos da escolha do tema

Interessa explicar brevemente os fatores determinantes para a decisão pelo tema desta pesquisa, assim como destacar sua relevância. Salientam-se, primeiramente, experiências pessoais de vida da autora em sua infância e adolescência, em face da oportunidade de morar em alguns diferentes lugares, e, assim, perceber e vivenciar outras culturas, modos de vida e visões de mundo diversificadas. Tudo isto, desde muito cedo, despertou curiosidades sobre a variedade e a peculiaridade dos aspectos artístico-culturais e dos ambientes naturais existentes ao redor do mundo.

Nesta mesma fase surgiu também a identificação com a área profissional da arquitetura e do urbanismo. Esta proposta intelectual integraria arte, cultura e técnica. No decorrer do curso de graduação, percebeu-se, logo de início, que nem tudo que é simplesmente belo é, por sua vez, adequado, e que nem tudo que se quer ou deseja convém. Os problemas ambientais e sociais mostraram-se como fatores por vezes determinantes para a arquitetura e a profissão de arquiteta e urbanista, sobretudo no contexto crítico das sociedades subdesenvolvidas, e mais especificamente no caso do Nordeste do Brasil. Na Academia, a História da Arquitetura e do Urbanismo, linha temática aprofundada pela autora durante dois anos como professora universitária, evidenciou de maneira mais forte esta condição das

idades brasileiras. Ao mesmo tempo, percebeu-se que faltava no próprio Curso de Arquitetura o estímulo ao diálogo interdisciplinar, mediante discussão que englobasse a arquitetura e as outras áreas de estudo relacionadas aos problemas urbanos e ambientais.

Por ser a arquitetura um fenômeno eminentemente cultural (WEIMER, 2005; LEMOS, 1996; RAPOPORT, 1969), surge a inquietação: Como a casa pode ser sustentável? Ou melhor, como a casa pode ser ambientalmente correta e ao mesmo tempo inserida dentro da realidade sociocultural de cada lugar e morador? Isto leva a considerar a estreita relação entre arquitetura, sociedade, cultura e meio ambiente, aspectos que – especialmente no caso do estudo da casa – não podem estar dissociados. Uma casa pertence a alguém, com valores, princípios e visão de mundo próprios – mas não únicos – e identificáveis. Uma casa também se insere em determinado sítio, que pode estar em uma quadra, em uma via específica, em um bairro, localizado em uma cidade com características próprias (geografia, clima, cultura, demografia, etc.).

Tal questionamento suscitou este trabalho, uma pesquisa desafiadora e inquietante. Desafiadora por nela estarem relacionados tantos assuntos, tantas disciplinas. E inquietante porque mostrou-se, desde o início, como uma gotícula no meio de um grande oceano. Abre-se, portanto, espaço para diversas outras pesquisas acadêmicas, mestrados e doutorados.

Como parte do Programa Regional em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), o mestrado deste programa mostrou-se como oportunidade de aprofundar os conhecimentos de arquitetura e urbanismo, contemplar e relacionar outras disciplinas essenciais para a compreensão, discussão e solução dos problemas relacionados à profissão e atuação como arquiteta e urbanista. Quanto ao tema casa, ao mesmo tempo em que se vincula à atuação técnica da autora e a suas experiências, demanda uma abordagem interdisciplinar, mostrando-se como proposta adequada e, ao mesmo tempo, diferenciada, por ter sido pouco abordada na literatura sob a forma ora sugerida.

2 O CAMINHO DE CASA



A casa era uma casa brasileira, sim
Mangueiras no quintal e rosas no jardim
A sala com o cristo e a cristaleira
E sobre a geladeira da cozinha um pingüim

A casa era assim ou quase
A casa já não está mais lá
Está dentro de mim
Cantar me lembra o cheiro de jardim

(Geraldo Azevedo, A Casa Brasileira)

Este capítulo trata das estratégias metodológicas percorridas no decorrer da pesquisa, estruturada para melhor entendimento, de acordo com as seguintes etapas: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo e trabalho de sistematização.

Efetivamente a maioria dos fenômenos da realidade não pode ser explicada de forma isolada. Esta compreensão deve ser um resultado da complexidade da realidade desses fenômenos (FLICK, 2004). Como a casa é um objeto que não pode ser reduzido a variáveis únicas, mas deve ser estudado em sua complexidade e totalidade (ZEVI, 1998; RAPOPORT, 1969), e como “o objeto de estudo é o fator determinante para a escolha de um método e não o contrário”. (FLICK, 2004, p.21), optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa. Esta opção de metodologia considera como parte do processo de pesquisa as subjetividades, tanto do pesquisador como das pessoas objeto de estudo. “As reflexões dos pesquisadores sobre suas ações e observações no campo, suas impressões, irritações, sentimentos, e assim por diante, tornam-se dados em si mesmo, constituindo parte da interpretação”. (FLICK, 2004, p.22).

Portanto, no decorrer do trabalho a casa será estudada, em seus princípios arquitetônicos (forma, função, tecnologia, material, arte) ao longo da história (cronologia, transformações sociais), relacionada ao meio ambiente (problemática ambiental, ecologia, condições climáticas) e aos aspectos socioculturais (modo de viver, visão de mundo, costumes).

Quanto a pesquisa bibliográfica, foi realizada principalmente nas Bibliotecas do Curso de Arquitetura e Urbanismo e de Ciências Humanas da Universidade Federal do Ceará (UFC) e na Biblioteca da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Contudo, visto a dificuldade de encontrá-los nas bibliotecas de Fortaleza, alguns livros foram adquiridos por meio de compra via Internet.

Quanto à pesquisa documental, esta consistiu na busca de imagens e desenhos arquitetônicos na Biblioteca do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC, no Museu da Imagem e do Som do Ceará e no Museu Cearense de Comunicação (Arquivo Nirez). Também foi consultada a Internet, como forma de adquirir imagens cartográficas de Fortaleza.

A pesquisa de campo consistiu, inicialmente, na realização de percursos exploratórios pela cidade de Fortaleza, a fim de documentar e observar tipologias residenciais representativas do ponto de vista social, formal, estético, material e técnico-constructivo. Segundo afirma José Liberal de Castro, em entrevista à pesquisadora, em julho de 2007,

estudar as casas em Fortaleza implica o conhecimento e a análise das principais tipologias residenciais reproduzidas na cidade, certamente, em períodos distintos, contextualizando-as nos momentos históricos e socioeconômicos respectivos.

No contexto do trabalho ora elaborado, a representatividade de uma tipologia residencial deve ser entendida, como sendo, entre outras características, sua reprodutibilidade. Tipologias residenciais tornam-se representativas no tecido da cidade, por terem sido bastante assimiladas e reproduzidas em determinado período, seja por motivos legais, econômicos, ambientais, tecnológicos, sociais ou mesmo pelo conjunto destes fatores inter-relacionados. Concomitantemente a esta observação, verificou-se também o estado de conservação e manutenção de tais residências.

Diversas áreas foram visitadas. Como principais mencionam-se os bairros do Centro, Praia de Iracema, Jacarecanga, Benfica, Gentilândia, Fátima, Dionísio Torres, Aldeota e Papicu. Um forte da escolha destes bairros foi a importância que a residência unifamiliar assumiu – em diferentes períodos da história da cidade – ou assume, atualmente, tanto do ponto de vista quantitativo (predomínio deste tipo de edificação) como qualitativamente, no contexto destas áreas, por definir as características da paisagem, das ruas e de trechos dos bairros.

Como percebido, as características das residências estudadas refletem uma série de determinantes, entre eles, a legislação vigente que influi no tamanho dos lotes e as taxas de ocupação, as tecnologias construtivas conhecidas, os padrões estéticos de valor no período, a visão de mundo dos seus usuários, as preocupações climáticas, entre outras.

Conforme verificou-se, as tipologias habitacionais observadas se diferenciavam de acordo com setores, ruas ou quadras detentoras de padrões de homogeneização nos bairros. Entretanto, preferiu-se tratar estas residências pelas suas principais características gerais, influenciadas por seus fatores determinantes. Contudo, diante das rápidas transformações urbanas ocorridas na cidade de Fortaleza, os bairros analisados modificaram suas configurações originais.

No decorrer dessa primeira etapa da pesquisa de campo, ou seja, do percurso exploratório pela cidade de Fortaleza, foram registradas algumas casas que conservavam suas características originais e realizadas fotografias destas residências. A partir destes padrões, foram buscadas informações arquitetônicas e históricas destinadas a dar suporte à contextualização das tipologias observadas. Para isso, foram feitas entrevistas semi-

estruturadas com os arquitetos José Liberal de Castro, José da Rocha Furtado Filho, Luciano Marrocos Aragão, Nícia Paes Bormann, Delberg Ponce de Leon, Roberto Martins Castelo, Nelson Serra e Neves, Paulo Cardoso da Silva e José da Rocha Furtado Filho, escolhidos por serem profissionais notáveis no conhecimento da conformação e evolução urbana de Fortaleza e por terem significativa atuação na produção arquitetônica de residências unifamiliares a partir da década de 1950 nessa cidade.

Na entrevista tais especialistas expuseram opiniões sobre o processo de produção arquitetônica de residências em Fortaleza e suas relações com o modo de vida e a questão ambiental, e indicaram aspectos primordiais a serem considerados no projeto e construção da casa.

Em virtude do caráter semi-informal da entrevista, os arquitetos responderam às questões da maneira mais conveniente a cada um. Portanto, embora nem todos tenham abordado o questionário em sua totalidade, determinados temas foram intensamente desenvolvidos por eles.

O segundo momento da pesquisa de campo consistiu em escolher, no espaço da cidade de Fortaleza, residências que atendessem aos alguns critérios estabelecidos para análise, assim especificados:

1. Casas com, no mínimo, vinte e cinco anos de existência e ocupação;
2. Casas em bom estado de conservação e manutenção, resultado de uma relação zelosa e cuidadosa de seu morador;
3. Casas necessariamente habitadas por, no mínimo, vinte e cinco anos pelo mesmo morador;
4. Casas que conservam sua função inicial.

Foram escolhidas quatro unidades residenciais para a realização da pesquisa, todas de períodos distintos de construção. A Unidade 1 está localizada no Bairro do Centro, na Avenida Visconde do Rio Branco, habitada há sessenta e dois anos pelo mesmo morador. Guarda características comuns das residências deste bairro. A Unidade 2 correspondeu a uma edificação situada no Bairro de Jacarecanga, na Avenida Francisco Sá, habitada há quarenta anos pelo mesmo morador, com aspectos similares às residências vizinhas. A Unidade 3 é uma residência na Rua Mar del Plata, habitada há vinte e cinco anos por seu proprietário. Possui conformação peculiar em relação às outras unidades do bairro. A Unidade 4 situa-se na

Rua Pascoal de Castro Alves, e é habitada há trinta e quatro anos pelo proprietário, o qual foi responsável por seu projeto de arquitetura.

Para cada uma destas casas foram realizados, quando necessário, levantamentos arquitetônicos – com o uso manual de trenas –, levantamentos fotográficos – com máquina digital –, observação e anotação de aspectos externos (relação com a rua, detalhes construtivos e vegetação) e aspectos internos (distribuição espacial, mobiliário, iluminação, ventilação e objetos pessoais). Também foram feitas entrevistas semi-estruturadas com os moradores proprietários das casas, com vistas a questioná-los sobre o *modus vivendi* de cada um e sobre os principais aspectos a influenciar na manutenção daquele bem até o presente momento.

A observação, considerada “habilidade diária metodologicamente sistematizada e aplicada na pesquisa qualitativa” (FLICK, 2004, p.147) foi um recurso intensamente utilizado durante a pesquisa de campo. Entretanto, a pesquisadora – no papel de observadora – não participou como componente ativo do campo observado. Este instrumento serviu como forma de complementar e confrontar as respostas dos moradores às entrevistas.

Recorreu-se, na observação, ao método fenomenológico, entendido como sendo a descrição, compreensão e interpretação de fenômenos que se apresentam à percepção. Com base em Tuan (1983, p.7), o trabalho utilizou-se da experiência direta e íntima – do morador – e indireta e conceitual, do pesquisador: “Conhecemos nossa casa intimamente; podemos apenas conhecer algo sobre o nosso país se ele é muito grande”.

A quarta etapa da pesquisa (trabalho de sistematização) consistiu em examinar todas as informações coletadas (dados bibliográficos, entrevistas, observações de campo, imagens e desenhos), organizá-las e relacioná-las por meio da reflexão, formando o corpo do texto desta dissertação.

3 RELACIONANDO CONCEITOS



Onde reside sertão
Toda casinha é feliz
Ainda é vizinha de um riacho
Ainda tem seu pé de caramanchão

Gilberto Gil, Casinha Feliz

Neste capítulo interessa explicar brevemente as definições e os conceitos da terminologia mais relevante utilizada no trabalho, bem como apresentar algumas discussões que a norteiam, apontando os principais autores e linhas de pensamento consideradas. Ao mesmo tempo, será mostrado como estes termos se relacionam na pesquisa, entre eles **identidade, lugar, casa e desenvolvimento sustentável**.

3.1 Identidade como entidade

Tratar sobre identidade implica atentar, primeiramente, para a existência de uma variedade de interpretações e aplicações – por vezes contraditórias ou polêmicas – intensificadas ao longo do tempo. De acordo com Hall (2006), o entendimento sobre “identidade” modificou-se com o passar do tempo. Ele aponta a existência histórica de três principais concepções distintas: a concepção do sujeito do Iluminismo, a concepção do sujeito sociológico e a concepção do sujeito pós-moderno.

A primeira abordagem – do sujeito do Iluminismo – é aquela que considerava o núcleo interior do indivíduo como o seu centro de referência – vinculado à razão, à consciência e à ação – e permanecendo essencialmente o mesmo ao longo da sua existência. (HALL, 2006).

A segunda abordagem tratada pelo referido autor é a concepção do sujeito sociológico, que refletia a complexidade do mundo moderno. Nesta linha de pensamento, aprofundada até meados do século XX, a identidade seria formada pela “interação” entre o sujeito e a sociedade, onde a essência interior do sujeito – o “eu real” – seria formado e modificado por um diálogo contínuo com o mundo cultural exterior e as identidades oferecidas por este mundo oferece.

O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então costura [...] o sujeito à estrutura. (HALL, 2006, p.11-12).

No Brasil, esta abordagem foi bastante significativa, pois as principais teorias explicativas do país e suas origens foram elaboradas em fins do século XIX e início do século XX por autores como Sílvio Romero (1851-1914), Euclides da Cunha (1866-1909) e Nina Rodrigues (1862-1906), precursores das ciências sociais no Brasil. Para Ortiz (2006), estas

explicações são consideradas implausíveis, visto que a questão social adquiriu no Brasil contornos racistas. Segundo o autor, ressalta, a problemática da identidade nacional foi um elemento significativo e constante na história da cultura brasileira.

Na linha de pensamento dos autores ora citados, meio e raça se constituíam em categorias do conhecimento que definiam o quadro interpretativo da realidade brasileira. Em outras palavras, a história brasileira era apreendida em termos deterministas, onde “clima e raça explicam a natureza indolente do brasileiro, as manifestações túbias e inseguras da elite intelectual, o lirismo quente dos poetas da terra, o nervosismo e a sexualidade desenfreada do mulato”. (ORTIZ, 2006, p.16).

Os escritores românticos, como Gonçalves Dias (1823-1864) e José de Alencar (1829-1877), ao descobrirem o elemento nativo, promoveram-no a símbolo nacional em obras como Juca-Pirama (1868) e O Guarani (1857). Por estes escritores, o índio brasileiro é mostrado como ser civilizado, poético e “despido de suas características reais”. Mas nestas obras não existem menções sobre as populações africanas, os quais acontecem no período escravocrata, marcado por “um longo silêncio sobre as etnias negras que povoam o Brasil”. (ORTIZ, 2006, p.19).

Depois da Abolição da Escravatura, em 1888, ocorreu uma mudança radical no referente à visão sobre as populações africanas: “O negro aparece assim como fator dinâmico da vida social e econômica brasileira, o que faz com que, ideologicamente, sua posição seja reavaliada pelos intelectuais produtores da cultura”. (ORTIZ, 2006, p.19). Desse modo, surgiu a idéia do Brasil como espaço de miscigenação, onde houve a fusão de três raças fundamentais, quais sejam: o branco, o negro e o índio. Mesmo assim, à raça branca era atribuída uma posição de superioridade e a mestiçagem simbólica traduzia a realidade inferiorizada do mestiço. Os “cientistas” deste período depararam-se com o seguinte dilema: “Como tratar a identidade nacional diante da disparidade racial?”, já que “se por um lado é urgente a elaboração de uma cultura brasileira, por outro se observa que esta se revela como inconsciente”. (ORTIZ, 2006, p.20-21).

O ano de 1914, ao marcar o início da Primeira Guerra Mundial, introduziu também a emergência de um espírito nacionalista, voltado a superar as teorias raciais e ambientais características do início da República Velha (ORTIZ, 2006). Veio à tona a visão de Manuel Bonfim (1868-1932), que procurou diagnosticar, por meio da analogia entre biologia e

sociedade (teoria biológico-social), os males da América Latina. A partir deste pensamento, a problemática da identidade brasileira passou a existir dentro de um sistema mais abrangente, o latino-americano. O discurso da compreensão do “atraso” da América Latina girava em torno do entendimento das relações entre nações hegemônicas e nações dependentes.

Como é notório, as antigas teorias raciológicas entraram em declínio no Brasil nas primeiras décadas do século XX, sobretudo a partir da Revolução de 1930. Este período é marcado por profundas mudanças no país: processo de urbanização e de industrialização acelerada, emergência da classe média, surgimento do proletariado urbano, entre outros.

Como movimento cultural, o modernismo trouxe consigo uma consciência histórica até então esparsa na sociedade. Coincidiu, na Europa, com um momento de autocrítica do imperialismo colonial, no qual a arte popular foi repensada, assim como o estilo do barroco americano e as culturas africanas. Diante destes fatos, as formações simbólicas do homem colonizado foram vistas com simpatia. (BOSI, 1992).

De acordo com Ortiz (2006), o trabalho literário de Gilberto Freyre (1900-1987) surgiu como forma de atender à “demanda social” por uma nova teoria que superasse as antigas abordagens raciológicas. Surgiram outros pensadores, como Caio Prado Jr., (1933) e Sérgio Buarque de Holanda (1936).

Ao reinterpretar o pensamento de Sílvio Romero, Gilberto Freyre realizou com sua obra a passagem do conceito de raça para o de cultura. Desse modo, eliminou uma série de dificuldades colocadas anteriormente a respeito da herança atávica do mestiço.

Gilberto Freyre transforma a negatividade do mestiço em positividade, o que permite completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada. Só que as condições sociais eram agora diferentes, a sociedade brasileira já não mais se encontrava num período de transição, os rumos do desenvolvimento eram claros e até um novo Estado procurava orientar essas mudanças. O mito das três raças torna-se então plausível e pode se atualizar como ritual. A ideologia da mestiçagem, que [...] ao ser reelaborada pode difundir-se socialmente e se tornar senso comum, ritualmente celebrado nas relações do cotidiano, ou nos grandes eventos como o carnaval e o futebol. O que era mestiço torna-se nacional. (ORTIZ, 2006, p.41).

A partir da Segunda Guerra Mundial, intensificou-se o processo de formação de uma consciência nacional. Nos anos 1950, o conceito de cultura foi remodelado, e passou a ser analisado dentro de um quadro filosófico e sociológico pelos intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), os “isebianos”.

Conforme se percebe, ao longo da história da cultura brasileira – sobretudo até meados do século XX – a “identidade” esteve frequentemente vinculada à idéia de “identidade nacional”, como forma de atender a anseios políticos e culturais de emancipação da sociedade brasileira diante do mundo. Esta nomenclatura abriu espaço para uma visão homogeneizada e única de “identidade”, que certamente camuflou as vicissitudes e diversidades existentes no contexto da sociedade brasileira.

Diferentemente da abordagem recém-citada, o trabalho ora elaborado considera válidas as definições de “cultura” e “identidade” que, surgindo na segunda metade do século XX, englobam contradições, divergências e diferenças. Para tal, toma como referência autores como Tuan (1983), Leff (2000), Thompson (1998) e Lèvi-Strauss (1987) na definição destes conceitos.

No entendimento sobre cultura é necessário lembrar que os humanos se distinguem entre os seres vivos pela capacidade de desenvolvê-la, sendo seus comportamentos e valores diretamente influenciados pela cultura. (TUAN, 1983).

Leff (2000, p.112) define a organização cultural de um povo como “um tecido de valores, de formações ideológicas, de sistemas de significação, de práticas produtivas e de estilos de vida, num contexto geográfico e num dado momento histórico.” Para garantir a reprodução de um estado de coexistência social, é necessário transmitir estes valores e práticas às novas gerações. Nesse processo, a educação é um vetor decisivo (BOSI, 1992).

Thompson (1998) enfatiza a necessidade de entender a definição de cultura, não como um único sistema, que de forma ultraconsensual incorpore todas as atitudes, valores e símbolos de uma sociedade. Para o autor, cultura é também um conjunto de diferentes componentes, nos quais estão incorporadas diversidades e contradições:

Mas uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, com a sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto. (THOMPSON, 1998, p.17).

No contexto do surgimento de novas abordagens sobre a identidade, mais precisamente a partir da década de 1970, surgiu a discussão apontada por Hall (2006), ou seja,

a concepção de identidade do sujeito pós-moderno, em que ocorre a fragmentação de uma identidade “unificada e estável” até o momento.

Na “pós-modernidade” – segundo a visão de Hall (2006) – a identidade seria composta de várias identidades, algumas vezes contraditórias e provisórias. Na verdade, a idéia de uma identidade única e estável teria sido, uma ilusão. Parte desta constatação ao encontro das crenças de Lèvi-Strauss (apud ORTIZ, 2006, p.137) sobre “identidade” ao defini-la como “uma entidade abstrata sem existência real, muito embora seja indispensável como ponto de referencia”.

Não se pretende no decorrer desta pesquisa adentrar na complexidade de uma outra discussão – bastante polêmica – sobre o emprego e pertinência do termo “pós-moderno” defendido por Hall (2006), pois enquanto alguns autores concordam com esta nomenclatura – como Frédéric Jameson¹ e David Harvey² – outros argumentam sobre o seu despropósito, como Sérgio Rouanet³, Sílvio Collin⁴ e Jurgen Habermas⁵. Portanto, tal discussão demandaria mais aprofundamento sobre este assunto específico, não considerado objetivo desta pesquisa.

Importa perceber o seguinte: no momento atual – entendido ora como “moderno”, “moderno tardio”, “pós-moderno” ou “neomoderno” – é fundamental compreender “cultura” e “identidade” por um viés distinto daquele ligado unicamente à emancipação nacional, destacando principalmente a necessidade da existência da identidade, mesmo como entidade abstrata (LÈVI-STRAUSS, 1977 apud ORTIZ, 2006). Assim, o ser humano – como um ser social – precisa encontrar identificação, seja com a cultura do seu país, com a sua cidade, com o seu bairro, com a sua rua, com a sua casa ou com a sua família.

3.2 Lugar

Diante da indispensabilidade da identidade (ORTIZ, 2006) e, ao reconhecê-la tanto abstrata como – sobretudo – variável, diversificada e por vezes, contraditória (THOMPSON, 1998; LEVI-STRAUSS, 1987), torna-se fundamental, no contexto do presente

¹ Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio.

² Condição pós-moderna.

³ A verdade e a ilusão do pós-moderno.

⁴ Pós-modernismo: repensando a arquitetura.

⁵ Modernidade – um projeto inacabado. In: ARANTES, O.; ARANTES, P. **Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas**. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 99-123.

trabalho, relacioná-la com as noções de lugar e espaço, já que o objeto aqui estudado (a casa) é um componente espacial fixo, durável, funcional, artístico e cultural.

Uma das definições de identidade é a de Ferreira (1986), segundo a qual esta é “o conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa”. Com base nesta definição e por meio da abordagem de Tuan (1983), podem ser discutidas as seguintes questões: Como as noções de lugar e espaço contribuem e influenciam na consolidação desta identidade? Ou melhor, como a casa (objeto de estudo), entendida ao mesmo tempo como espaço e como referência de lugar, influencia na natureza desta identidade?

A percepção de espaço e de lugar varia entre as diferentes culturas, apesar de existirem, nestas perspectivas, componentes universais para a condição humana. Por exemplo, no mundo ocidental, o espaço é, para o senso comum, um símbolo de liberdade. A cultura pode acentuar ou distorcer capacidades, necessidades e aptidões humanas. Embora seja uma condição para a sobrevivência biológica, ao espaço são atribuídas necessidades e características subjetivas, condicionadas culturalmente. Por exemplo, a quantidade de espaço para um homem viver confortavelmente é uma informação variável, de acordo com os modos de viver, das condições socioeconômicas, da visão de mundo, entre outros aspectos. (TUAN, 1983).

A noção de espaço pode ainda estar associada a algo desconhecido ou intangível, como o infinito. Existem também os espaços míticos, classificáveis, conforme Tuan (1983), em duas categorias distintas, que persistem no mundo moderno. Uma delas é “uma área imprecisa do conhecimento deficiente envolvendo o empiricamente conhecido”. (TUAN, 1983, p.97). A outra seria “o componente espacial de uma visão de mundo, a conceituação de valores locais por meio da qual as pessoas realizam suas atividades práticas”. (TUAN, 1983, p.97).

Lugar significa um “espaço ocupado” (FERREIRA, 1986) ou, também, um “espaço próprio para determinado fim”. Enquanto o espaço pode significar abertura e amplitude, independência e ação, lugar geralmente indica fechamento e restrição, dependência e pausa. A intimidade e familiaridade são características de lugar. Este, ao ser profundamente explorado e conhecido, passa a assumir o centro do mundo da pessoa ou do grupo que com ele se relaciona.

“[...] quando residimos por muito tempo em determinado lugar, podemos conhecê-lo intimamente, porém a sua imagem pode não ser tão nítida, a menos que possamos também vê-lo de fora e pensemos em nossa experiência”. (TUAN, 1983, p.21).

Assim, a interpretação do meio ambiente – seja este natural ou construído pelo próprio homem – é bastante influenciada pela cultura e experiência de cada um. Para um turista, uma cidade pode representar um espaço interessante, a ser explorado e descoberto em apenas alguns dias, enquanto esta mesma cidade, para quem nela reside desde quando nasceu, significa o lugar mais adequado e agradável para se morar. Para conhecer um espaço, é necessário a pausa:

Lugar é uma pausa no movimento. Os animais, incluindo os seres humanos, descansam em uma localidade porque ela atende a certas necessidades biológicas. A pausa permite que uma localidade se torne um centro de reconhecido valor. [...] A afeição duradoura pelo lar é em parte o resultado de experiências íntimas e aconchegantes. (TUAN, 1983, p.153).

Relacionado “espaço”, “lugar” e “identidade”, pode-se afirmar que um lugar seria um espaço conhecido, familiar e, portanto, identificável.

3.3 Casa: conceituações e significados

Como consta em Ferreira (1986), a palavra casa deriva do latim *casa*, e significa choupana. Choupana, por sua vez, é definida como uma cabana, ou um rancho (BUENO, 1989). Tais termos sugerem um envoltório construído com materiais naturais (CHING, 1999). Conforme se verifica, originariamente, a casa é entendida como um espaço para abrigar alguém ou alguma coisa. Embora seja uma construção, ao mesmo tempo destina-se a cumprir funções.

Algumas conceituações especificam melhor as funções de uma casa: “construção que serve de moradia” (CHING, 1999); “edifício para habitação”, “morada”, “moradia”, “mansão”, “lar”, “vivenda”, “domicílio”; “prédio”, “estabelecimento”, “loja” ou “cada uma das divisões de uma habitação”. (FERREIRA, 1986).

É fundamental perceber nas principais definições sobre casa que, de origem, este termo vincula-se à vida, seja ela humana ou não. Segundo adverte Rykwert (2003), a necessidade de um abrigo ou casa é inerente ao ser humano, aspecto percebido desde a infância: “A paixão pela construção de espaços fechados, ou por ‘adotar’, por tomar posse de um volume limitado sob os pés de uma cadeira ou de uma mesa como um ‘lugar aconchegante’ para se fazer uma ‘casa’, é um dos jogos infantis favoritos”. (RYKWERT, 2003, p.218).

Em 1866, na proposta de criação de uma nova disciplina científica vinculada à biologia, com a função de “estudar as relações entre as espécies animais e o seu ambiente

orgânico e inorgânico” Ernest Haeckel utilizou o termo “ecologia”, a “ciência da casa” derivada da palavra grega *oikos* (eco) – que significa casa (LAGO; PÁDUA, 1991).

Se a casa em sua definição mais original abriga o significado do lugar da vida, é indispensável uma breve reflexão sobre o que deveria se esperar de um espaço apropriado para tal fim. A vida é definida por Ferreira (1986, p.1774) como “o conjunto de propriedades e qualidades graças às quais animais e plantas, ao contrário dos organismos mortos ou da matéria bruta, se mantêm em contínua atividade, manifestada em funções orgânicas tais como metabolismo, crescimento, reação a estímulos, adaptação ao meio, reprodução e outras”. No caso da vida humana, complementa-se obrigatoriamente esta definição com a necessidade de estabelecer relações sociais, afetivas e de experimentar os sentimentos mais profundos do homem: amor, felicidade, prazer, bem-estar, satisfação e fé, entre outros. Na figura 1 a seguir são expostos alguns tipos de casa.



FIGURA 1 – Residências unifamiliares em Montevidéu, Uruguai.

Fonte: Lima, janeiro de 2008.

Nesse sentido, a casa – entendida como o lugar da vida humana – deveria ser pensada, planejada, construída e habitada de maneira apropriada. Deveria possibilitar a realização plena de atividades – alimentar-se, vestir-se, abrigar-se, dormir, cozinhar, ir ao banheiro, lavar-se, limpar, sentar, conversar, estudar, cantar, plantar, pensar, refletir, escrever,

Exemplar 13908295

trabalhar, brincar, discutir, entre outros –, e o espaço mais adequado para a manifestação da afetividade, mais especificamente, o amor. Estas considerações contrastam com as variadas significações que o termo casa adquiriu no espaço e no tempo.

Por exemplo: as favelas, os cortiços, os barracos e muitos projetos de habitações de interesse social – naturalmente designadas como casa – denotam as péssimas condições de moradia, por não terem sido programadas para o homem com base na dignidade, ou seja, no respeito e cuidado com suas necessidades individuais e coletivas, que englobam não somente a sobrevivência, mas, principalmente, a vivência. Ao mesmo tempo, existem as casas produzidas sob condições de extrema riqueza e luxo, denominados, especificamente, “mansão” e “palácio”. Na figura 2 a seguir podem ser vistas moradias precárias.

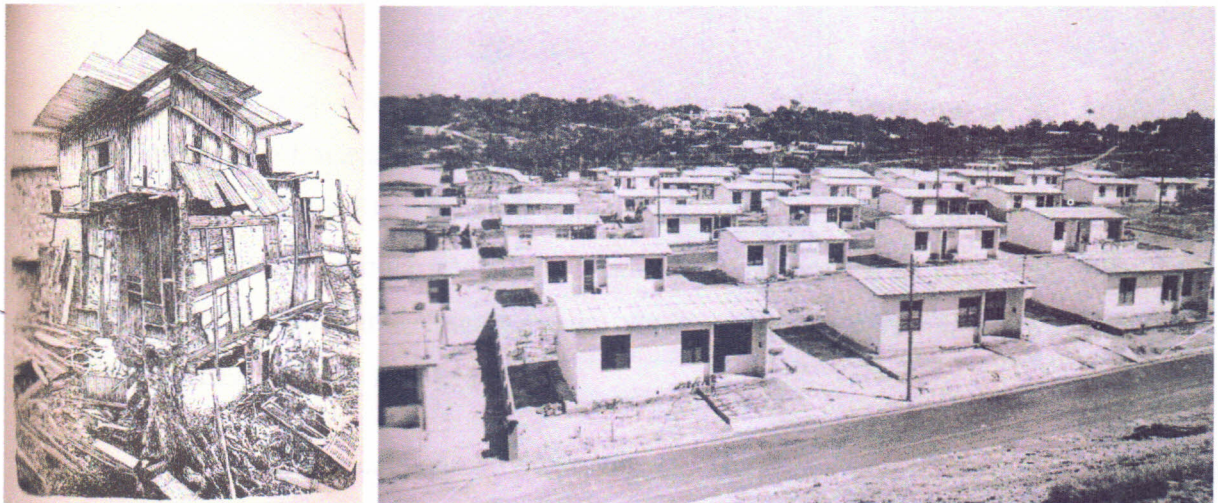


FIGURA 2 – Formas de moradia precárias. Favela (esquerda) e conjunto habitacional (direita).

Fontes: Weimer, 2005 e BNH, 1979.

Desta forma, podem ser encontradas derivações do uso da palavra em uma gama de propostas diversificadas. Pode, por exemplo, ser a designação de algumas repartições públicas, como a Casa Civil, a Casa da Moeda a Casa Branca (Washington D.C.) ou a Casa Rosada (Buenos Aires) ou, ainda, a Casa do Cidadão. Alguns edifícios que acolhem e tratam os enfermos, em vez de hospitais, são chamados de casas. Em Fortaleza, o primeiro prédio desta natureza foi a Santa Casa de Misericórdia, construída em 1861 e ativa até os dias de hoje. Na cidade é possível encontrar instituições com outros títulos, como Casa da Gestante, como mostra a figura a seguir, Casa do Estudante, entre outros. Eventos de decoração também

recebem este nome, como Casa Cor ou Casa Ceará, que são amostras de produtos e soluções espaciais e para ambientes domésticos. Na figura 3 a seguir, pode-se ver a Casa da Gestante.



FIGURA 3 – Serviço público de apoio à gestante, com a designação casa.

Fonte: Vasconcelos, janeiro de 2008.

Outras propostas do termo casa são adotadas. Na literatura, há um modo mais ameno e humano de tratar as catacumbas ou os cemitérios: as casas dos mortos. Esta mesma denominação foi feita por Dostoievski, com outra conotação, em Recordações da Casa dos Mortos (1862), onde se retrata a vida dos condenados nas prisões da Sibéria. Na linguagem matemática, pode significar o “lugar que um algarismo ocupa num número”. Por exemplo, casa decimal (FERREIRA, 1986).

Muitos estabelecimentos comerciais são nomeados com a designação casa. Tal expressão lhes fornece um tom mais familiar, como Casa das ferragens ou Casa dos colchões. Também é comum encontrar esta proposta terminológica no caso de instituições escolares, com denominações como Casa de Criança ou Casa da Tia Lea, transmitindo a imagem e a mensagem de uma continuidade do próprio lar do aluno.

Existem, portanto, inúmeros significados e subversões para o termo casa. Contudo, como se pode verificar, de maneira geral, embora esta palavra seja compreendida pelo senso comum, em suas diferentes aplicações, seu sentido original foi bastante alterado. Resgatar este sentido é uma proposta desta pesquisa.

A casa pode ser entendida como um conjunto de espaços arquitetônicos que definem funções sociais e as relações humanas. Segundo observa Tuan (1983), quando o ambiente é planejado pelo homem e não quando este é a própria natureza, é mais fácil para as pessoas identificarem quem elas são e como devem se comportar. Ainda segundo a mesma

fonte, ao mesmo tempo em que é um espaço, a casa, para quem a conhece e habita, torna-se lugar:

A casa como lugar está cheia de objetos comuns. Nós os conhecemos através do uso; não lhes prestamos atenção como fazemos com as obras de arte. Eles são quase uma parte de nós mesmos, estão muito próximos para serem vistos. [...] O lar é um lugar íntimo. Pensamos na casa como lar e lugar, mas as imagens atraentes do passado são evocadas não tanto pela totalidade do prédio, que somente pode ser visto, como pelos seus elementos e mobiliários, que podem ser tocados e também cheirados: o sótão e a adega, a lareira e a janela do terraço, os cantos escondidos, uma banquetta, um espelho dourado, uma concha lascada. (TUAN, 1983, p.159).

O lugar onde moram é a primeira associação que as pessoas do senso comum estabelecem com a denominação casa. Representa, portanto, um *consensus gentium*. A palavra casa lembra-lhes o espaço onde dormem, comem, conversam e convivem, ou seja, está de acordo com a definição: “*a building for human beings to live in*”⁶ (GURALNIK, 1986, p.168). Este espaço construído para abrigar as funções humanas mais fundamentais está intimamente ligado com quem nele mora. Indagadas sobre o significado de casa, duas senhoras responderam respectivamente: “É o meu porto seguro, é para lá que quero sempre voltar” e “é o lar, o aconchego”. Dimensões históricas, simbólicas e religiosas são citadas por Cheers (2006) ao destacar a complexidade da casa, aspectos que estão ligados com o ser humano e suas necessidade imateriais.

Consoante se percebe, a casa, para o ser humano, é, primeiramente, um espaço necessário, o qual, uma vez instalado e habitado, supre a demanda por abrigo, segurança, proteção e acomodação. Entretanto, enquanto estas necessidades básicas vão sendo satisfeitas, também estabelecem-se – através do tempo, das relações sociais e das práticas cotidianas – as relações afetivas com a casa, que passa a ser chamada de lar. É a experiência vivida que faz com que um espaço indiferenciado torne-se um lugar, dotado de valores e intimamente conhecido pelo seu usuário. (TUAN, 1983).

Há também a vinculação da expressão à noção de família e às suas tradições. Pode remeter à família em si, com seus componentes (pai, mãe, filho, marido, avô, amigos próximos, etc.), ou até mesmo aos seus haveres ou bens. Segundo se observa, no entanto, é comum associar a família em si e os seus haveres à edificação que os abriga, ou seja, a residência familiar. Enquanto, numa visão tradicional, a família pode representar a unidade fundamental de uma casa, esta última pode traduzir a unidade espacial da cidade.

⁶ A construção para os seres humanos morarem (tradução da autora).

No sentido eminentemente humano e brasileiro, a casa é uma construção voltada para a família. Rybczynski (1987) ressalta que esta associação (família-casa) foi uma condição ocorrida aproximadamente a partir do século XVII, vivenciada, sobretudo, pela burguesia. Neste contexto surgiram as noções de domesticidade, intimidade, conforto e lar⁷.

Desse modo, é o espaço onde são cultivados os mais profundos sentimentos de amor, na relação entre os membros desta instituição. Por ser o lugar que abriga a formação familiar, é nele onde são guardados os valores materiais – como objetos, mobiliários, equipamentos, vestuário, alimentos, entre outros –, e valores não-materiais – amor, segurança, cuidados, dedicação, união, princípios de vida, visão de mundo e cultura, entre outros. Estes valores, inicialmente comuns aos membros da família, são fatores de identificação, e podem conformar a “identidade” de cada indivíduo. Tal noção engloba o próprio senso de casa.

Entre tantos conceitos e significados, o trabalho ora desenvolvido pretende utilizar o termo casa desta forma mais perceptível pelo senso comum: o edifício onde mora o homem em sua unidade social (família) ou melhor, o lugar onde mora o homem. Isso pressupõe a coexistência do morador vivo (componente biológico, social e cultural) e da casa (componente físico-espacial) em conjunto para conferirem uma análise e interpretação completa dentro da proposta formulada. Foram buscadas, portanto, residências habitadas que tivessem certo tempo de existência e uso na cidade de Fortaleza.

3.3.1 Breve evolução da casa

Se a casa pode ser, entre outras designações, um edifício (componente arquitetônico), seria relevante considerar as colocações de Zevi (1998), que caracteriza este por uma pluralidade de valores – econômicos, sociais, técnicos, funcionais, artísticos, espaciais e decorativos – e considera que a verdadeira história deste edifício deve estar fundamentada nestes fatores. A casa, como objeto arquitetônico, seria o resultado das seguintes interações: o homem (sua natureza, aspirações, organizações sociais, visão de mundo, modo de vida, necessidades sociais e psicológicas, atitude perante a natureza,

⁷ Na Idade Média, a idéia de família era distante daquela hoje existente, especialmente no relacionado aos filhos pequenos. Estes, ao completarem sete anos de idade, eram mandados de casa para trabalhar em outros locais. Já com a ascensão da burguesia, as crianças transformaram-se em aprendizes de artesãos, e se utilizavam do espaço da casa, despertando a necessidade de intimidade para com os outros membros da família.

tecnologias disponíveis, etc.) e a natureza (aspectos físicos, como clima, paisagem, materiais, leis estruturais, etc.).

Conforme Rapoport (1969), o estudo da casa representa a melhor maneira de relacionar o sistema completo onde está inserida, contemplando implantação, paisagem, edifícios monumentais e modo de vida. Para este mesmo autor é importante a descoberta das forças atuantes sobre a forma da casa. Ele discorda de uma abordagem simplista que atribua esta forma a uma única causa, ou de uma explicação física determinista deste resultado. Para Lemos (1996), na casa estão implícitas as técnicas ou o saber fazer decorrente do conhecimento próprio da comunidade.

Na definição de Ching (1999) sobre casa, estão descritas e esquematizadas graficamente as tipologias representativas de diferentes culturas. Apesar de ser compreendida de modo geral como um espaço de moradia para o ser humano, a casa assume suas particularidades nas diferentes culturas e sociedades. Por exemplo, a habitação indígena, comumente conhecida como oca, assume nomenclaturas, materiais e, por vezes, formas diferentes de acordo com a tribo a ela relacionada. *Tepi* é a casa ou tenda dos índios norte-americanos, feita de peles de animais (CHING, 1999), enquanto *pueblo* é a habitação típica e o espaço de proteção dos índios *pueblo*, do sudoeste dos Estados Unidos, construída de adobe ou pedra, geralmente no chão do deserto. Já a habitação representativa dos esquimós é o *iglu*, comumente construído em blocos de neve endurecidos ou gelo, na forma de uma cúpula, quando temporário. Algumas destas casas podem ser vistas na figura 4 a seguir.



FIGURA 4 – Tipos de casas indígenas.

Fonte: Ching, 1999.

A casa, entendida como abrigo (necessidade básica), está presente na vida humana desde o início da sua existência. Como primeiro abrigo do homem, destaca-se a caverna, que resolvia bem um modo de viver simples, ao oferecer proteção e isolamento temporário dos outros animais (GARDINER, 1976). Como afirma Benévolo (2005), o homem tinha uma relação bastante direta e de inclusão com a natureza, e procurar nesta proteção contra as intempéries e os inimigos. De modo geral, as modificações do espaço natural eram superficiais e temporárias, tendo em vista o caráter nômade da vida humana primitiva.

Rykwert (2003), ao tentar rastrear a noção da primeira casa do homem, afirma que a cabana primitiva – primeira casa do homem – afigurou-se como “um paradigma do edifício: um padrão pelo qual, outras edificações deveriam, de certa forma, ser avaliados, pois foi a partir dessa frágil origem que todas elas surgiram”. (RYKWERT, 2003, p.216). Ilustrativamente a figura 5 a seguir mostra a primeira casa do homem.



FIGURA 5 – Primeira construção, segundo Viollet-Le-Duc.

Fonte: Rykwert, 2003.

Historicamente, a casa evoluiu desde um padrão inicial de cabana primitiva a vertentes sofisticadas estética e tecnologicamente. No entanto, Cheers (2006) adverte que a função fundamental da casa foi mantida, desempenhada em modos e proporções diferentes.

Ao discorrer sobre a casa desenvolvida na sociedade grega antiga, Benévolo (1998), enquadra-a em uma das divisões da organização do espaço: a área privada. O espaço

dividia-se também em outras duas áreas: as áreas sagradas (casas de moradia) e as áreas públicas (locais de reuniões políticas e comércio). Embora a relação do homem com a natureza fosse de equilíbrio, a casa fazia parte de um organismo artificial (cidade) inserido no ambiente natural.

Na civilização romana, como mostra a figura 6 a seguir, existiam basicamente dois modelos de casa: *domus* e *insulae*. As primeiras eram casas individuais, com um ou dois pavimentos na parte externa, e abertas para os espaços internos. As segundas eram construções coletivas (as *cenacula*) usadas como habitação de uma população crescente, geralmente pobres ou escravos, e possuíam cinco a sete andares. Para as famílias que viviam nas *cenacula*, a vida era, de modo geral, aglomerada e desconfortável. A maioria não dispunha de água corrente, e havia muitos perigos, como de desabamento e de incêndios, por conta do tamanho dos edifícios e da proximidade entre eles. (HODGE, 1971).

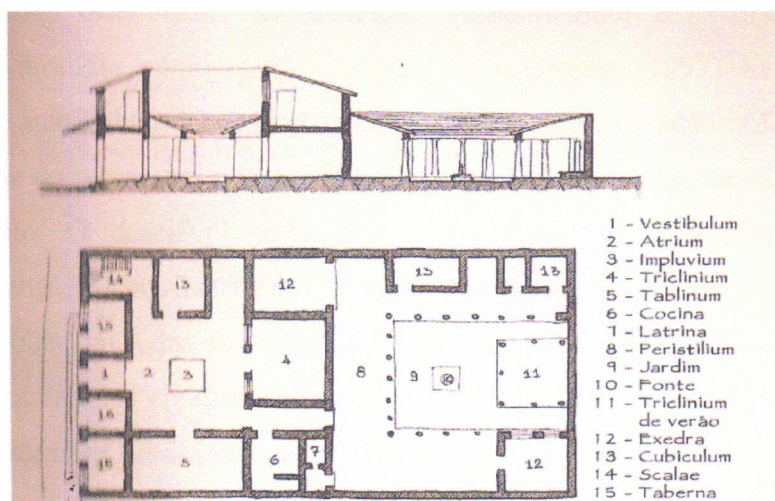


FIGURA 6 – Esquemas da casa romana.

Fonte: Ching, 1999.

Na Idade Média, a casa refletia, por sua localização, uma divisão de classes na sociedade: casas das pessoas mais abastadas no centro da cidade e casas dos pobres na periferia. A cidade era concebida como burgos, circundada por muros, fortificações; Surgiu, então, uma nova classe, a burguesia, população artesã e mercantil, crescente do início do século XI até metade do século XIV. Rapoport (1969) identifica no final deste período da história o início da separação dos espaços da casa de acordo com as atividades (dormir, estar, comércio). Apesar da relação do homem com a natureza ser de domínio, havia uma adaptação do edifício e da cidade aos aspectos físicos da natureza. Como revela Rybczynski (1987), as casas, na Idade Média,

eram personificadas, ou seja, recebiam nomes próprios, costume mantido até o século XX, talvez para representar a necessidade de identidade dos seus moradores com a casa.

A partir da Renascença, intensifica-se a centralidade da figura humana na vida. Até então, o homem dominava o ambiente natural, e propunha novos métodos e modelos de construção e idealização do edifício e do espaço urbano. Na nova realidade, surge a figura do arquiteto, especialista de alto nível que define a forma exata da obra a construir. (BENÉVOLO, 2005). A descoberta de outros mundos reafirmou a relação de aparente superioridade do homem europeu com a natureza, com a posse da terra. Descobriram-se as culturas indígenas e também legados de civilizações anteriores, como os Incas, Astecas, Maias (América Central) e Marajoaras (Brasil), entre outras.

Com a Revolução Industrial, manifestaram-se no espaço urbano os efeitos do aumento populacional e da crescente urbanização e industrialização, entre outros, o que acabou repercutindo diretamente na habitação. Intensificaram-se as discussões sobre as formas ideais de moradia, como aquelas suscitadas por Gropius (1997). Este autor esclarece que é a casa que atende bem às condições capitais para uma habitação utilizável, sejam elas luz, ar e liberdade de movimento: “a construção plana é a que melhor satisfaz tais requisitos, no sentido amplo. O desejável seria uma casa unifamiliar com jardim” (GROPIUS; GUINSBURG, 1997, p.138). Entretanto, as condições de viver nas cidades muitas vezes não permitiram acomodar em todas as situações este tipo de habitação. Este fato fez surgir novas propostas de moradia mais compactas, como os edifícios verticais para habitação. Conforme percebido por Gropius (1997), se bem planejados – o que nem sempre ocorreu – podem atender bem às condições saudáveis de viver.

Para melhorar as péssimas condições de moradia no período citado acima – como confinamento, falta de higiene e doenças – dos trabalhadores das indústrias, foram construídos conjuntos habitacionais localizados nas proximidades das fábricas. Este sistema, denominado *cottage system*, foi inicialmente aplicado na Inglaterra, mas passou a ser adotado posteriormente em outros países do continente europeu (FINEP-GAP, 1983). No Ceará, surgiram as vilas operárias a partir do século XIX. (ANDRADE, 1990).

No início do século XX, o arquiteto norte-americano Frank Lloyd Wright desenvolveu tipologias de casas que ficaram conhecidas como *prairie houses*, conforme exposto na figura 7 a seguir. Geralmente estas casas possuíam como características principais

a utilização de materiais tipo madeira e tijolos assim como uma relação com o ambiente natural externo. Outra característica desta tipologia era a solução da distribuição espacial em planta baixa, comumente em cruz, que acabou por marcar a arquitetura norte-americana, por ter sido bastante reproduzida. (HITCHCOCK, 1978).



FIGURA 7 – Casa projetada por Frank Lloyd Wright, dentro da proposta das *prairie houses*.

Fonte: Hitchcock, 1978.

Ao se comparar o modo de construir a casa e de morar no mundo moderno com as sociedades mais remotas, se verá que uma das diferenças significativas está no valor assumido pela casa:

[...] No mundo moderno, as pessoas não constroem suas próprias casas, como o fazem nas sociedades pré-letradas e de camponeses, nem sequer participam de maneira simbólica na construção de monumentos públicos. [...] A casa não é mais um texto que agrupa as regras de comportamento e até uma total visão do mundo que pode ser transmitida através das gerações. Em lugar de um cosmos, a sociedade moderna tem crenças divididas e ideologias conflitantes. A sociedade moderna é cada vez mais letrada, o que significa que depende cada vez menos dos objetos materiais e do meio ambiente físico para corporificar o valor e o sentido de uma cultura: os símbolos verbais têm progressivamente deslocado os símbolos materiais, e os livros instruem mais do que os prédios. (TUAN, 1983, p.130).

3.5 Um critério para o desenvolvimento sustentável: a casa como lugar

A aplicação de princípios e conceitos de desenvolvimento sustentável se diferencia caso a caso: é diferente tratar dos elementos ou indicadores de desenvolvimento sustentável para uma área de produção agrícola, uma empresa industrial, uma instituição pública, um bairro, uma casa ou um modo de vida individual em particular.

De acordo com Bellen (2007), existe uma grande variedade de abordagens relacionadas ao conceito de sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável. Entre os mais conhecidos, pode-se citar a definição do Relatório Brundtland, elaborado a partir da World Commission on Environment and Development (WCED), segundo a qual o desenvolvimento sustentável é o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades das gerações presentes, sem comprometer a possibilidade de satisfação das necessidades das gerações futuras”. Conforme acredita Bellen (2007), alguns componentes da sustentabilidade não podem ser mensuráveis, como, por exemplo, o cultural e o histórico.

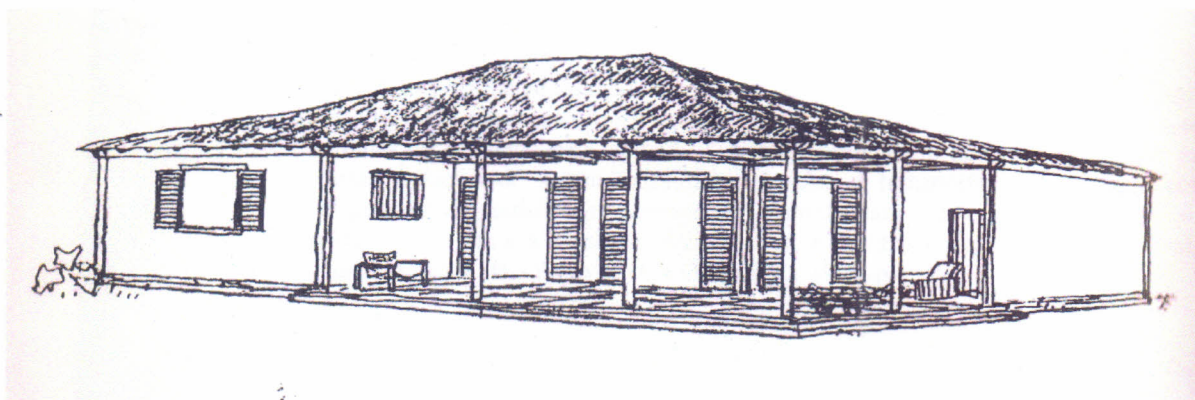
Desta forma, uma condição de satisfação em continuidade é um aspecto *sine qua non* para a existência do desenvolvimento sustentável. Em relação ao objeto de estudo desta pesquisa (a casa), a satisfação abrange principalmente os seguintes aspectos interrelacionados:

- a) modo de morar (apropriação do espaço, atitudes, valores, visões de mundo) e qualidade de vida (satisfação de necessidades básicas individuais, felicidade e bem-estar);
- b) aspectos técnico-construtivos (materiais duráveis, mão-de-obra local, tecnologia de baixo impacto);
- c) conforto ambiental (ventilação natural, insolação, baixo consumo energético, acústica, olfato, visão, tato);
- d) gestão de resíduos (manejo do resíduo doméstico) e manutenção (preventiva e corretiva).

Segundo se percebe por estes itens, uma discussão sobre a relação entre desenvolvimento sustentável e a casa é bastante ampla, e engloba tanto componentes objetivos – vinculados ao planejamento e à gestão – como subjetivos, a depender diretamente da educação e consciência de cada morador ou família.

A simples existência da experiência de um lugar consolidado pode reforçar a motivação de outros usuários, vizinhos e moradores próximos a também zelarem, manterem, conservarem, reformarem e melhorarem as unidades que ocupam. Desta forma, homogeneízam territorialmente bons princípios e boas práticas (cidadania, educação, civilidade, solidariedade), aspectos favoráveis a uma condição de sustentabilidade.

4 CASAS CEARENSES: processos de formação



Fui feita com esmero, contaram os ventos, antes que eu mesma dessa verdade tomasse tento. Meu embasamento, desde as pedras brutas quebradas pelos homens a marrão aos baldrames ensamblados nos esteios, deu-me solidez. [...] As redes armadas a balouçar suspensas nos armadores de madeira chumbados nas paredes dos quartos, esteios do copiar e alpendre, foram tecidas das fibras de suas folhas e as velas que me iluminaram as noites, feitas de sua cera. [...] Tenho o pé-direito bem alto, o que ajuda muito os ventos na sua missão de arejo. As arcadas contíguas das salas da frente são sustentadas por pilares e paredes de duas vezes, guarnecidas de fasquias de madeira e vedadas com pedra sossa, barro, cal e areia.

Natércia Campos, A Casa

Este capítulo visa discutir o processo histórico de ocupação territorial do Estado do Ceará, a fixação e o estabelecimento das primeiras casas e a formação básica das principais tipologias residenciais no Estado, relacionando-o com os aspectos socioculturais, ambientais e econômicos.

4.1 A contribuição indígena

Anteriormente à ocupação européia no Brasil, destaca-se o importante desenvolvimento da cultura indígena, alcançado pelo “profundo conhecimento que adquiriram estes homens de seus recursos e o desenvolvimento de técnicas agrícolas adaptadas às condições topológicas e edafológicas de seu território”. (LEFF, 2000, p.23).

Assentadas no território brasileiro, as primeiras casas abrigavam esses povos nativos, geralmente nômades. Os materiais de construção derivavam principalmente do reino vegetal: a madeira, os cipós, as palmas e as folhas.

Índios, juridicamente falando, não tinham domicílio, apenas residência, não havendo razão para se preocuparem com casas duradouras. Mudavam periodicamente as ocas e tabas de um local para outro [...]. Natural escolherem madeiras perecíveis mais fartas e fáceis de serem extraídas, coletadas e transportadas e porque apenas dispunham de utensílios rudimentares. Desconheciam roda e animal de tração e de carga, o que tornaria o trabalho mais penoso. Além disso, a estrutura das ocas exigia madeiramento mais flexível. (CATHARINO, 1995, p.403).

Com base em uma análise social e cultural das casas indígenas, segundo se percebe, o cotidiano nas comunidades indígenas pode ser expresso pela produção e utilização dos espaços nestas sociedades. De acordo com o apontado por Rapoport (1969), a forma de uma habitação pode ser determinada a partir da visão que um povo tem de vida ideal. Desta forma, fatores como clima, materiais e técnicas seriam mais secundários. A análise da casa pode, portanto, contribuir para a compreensão da concepção de espaço elaborada por uma sociedade. (NOVAES, 1983).

Apesar das diferenças e particularidades das aldeias existentes no Brasil, Novaes (1983) observa uma característica comum a todas: o domínio feminino. Além disso, ressalta-se que a organização espacial reflete uma concepção de sociedade que é, nitidamente, igualitária. Esta característica pode ser exemplificada com o formato circular de distribuição das casas, como na aldeia dos Timbira e dos Xavante. As casas são localizadas em torno de

um círculo, separadas por distâncias praticamente iguais. No centro do círculo, está o pátio, centro de decisões políticas e de toda a vida ritual. De modo geral, as casas não possuem divisões internas. Ilustrativamente, na figura 8 a seguir são apresentados esquemas da casa dos índios Xavante.

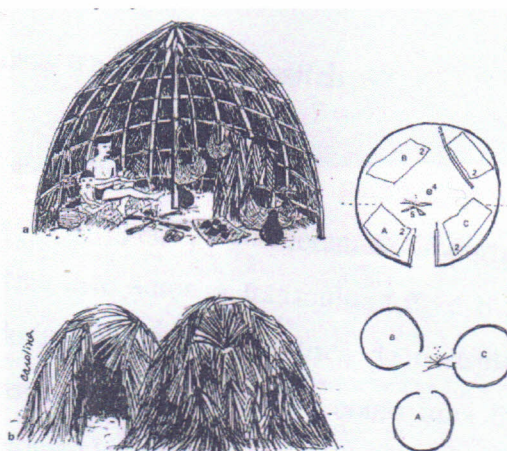


FIGURA 8 – Esquemas gráficos da casa dos índios da tribo Xavante.

Fonte: Novaes, 1983.

Como descreve Leff (2000, p.97), a organização do espaço está diretamente ligada à economia e à cultura das sociedades indígenas:

A natureza não acumulativa das economias indígenas e camponesas compartilha esta racionalidade de produção rural e das economias de auto-subsistência, que integram valores culturais orientados por objetivos de estabilidade, prestígio, solidariedade interna e satisfação endógena de necessidades, assim como de distribuição e acesso equitativo da comunidade aos recursos ambientais.

Na análise da forma de assentamento de diferentes tribos e espaços indígenas, verifica-se relativa heterogeneidade, mas não se encontra nelas o alto grau de especialização do espaço, como ocorre nas sociedades urbanas. O círculo exprime idéias básicas de igualdade e intensidade de vida social. No caso de aldeias que já passaram por processos de urbanização e, conseqüentemente, tiveram de adotar padrões novos, como a distribuição das casas ao longo de ruas, a aldeia continua a ser respeitada e compreendida em forma circular. (NOVAES, 1983).

Do modo de viver indígena, alguns valores e costumes foram amplamente assimilados pela população brasileira, como o cultivo dos frutos da terra e o consumo desses alimentos, os banhos diários e as redes de dormir. Estes hábitos são práticas realizadas no

interior das casas. Mas conforme ressalta Weimer (2005), os valores de vida fora da casa estão sendo desprezados pela cultura moderna brasileira, sejam eles a convivência em harmonia com a natureza ou a preservação ambiental.

4.2 Origens das “casas tradicionais brasileiras”

Para falar sobre a formação de padrões de casas desenvolvidos no Brasil no decorrer da “conquista européia”, consideram-se importantes as colocações de Gutiérrez (1989). Segundo afirma este autor, a transculturação é o aspecto mais predominante desse período. Contrariando uma visão eurocêntrica de transplante linear da arquitetura latino-americana, ele descreve este fenômeno não como uma transferência direta da cultura do colonizador à do colonizado, mas como um processo que implica mudança na própria realidade a se transferir: “Ocorre um processo de seleção de elementos culturais, uma decantação e uma síntese”. (GUTIERREZ, 1989, p.57).

Desta forma, a cultura transmissora acaba selecionando os elementos que irá transferir e, no contato, ocorre uma modificação adicional desta cultura. Apesar da assimetria deste processo, pois a cultura receptora mantém uma relação de dependência para com a cultura transmissora, o resultado pode ser uma nova forma cultural, alcançada mediante adaptação e criatividade, onde há apropriação ou rejeição.

Por ser a casa um fenômeno cultural (WEIMER, 2005), no período colonial brasileiro formou-se a casa de residência ecológica e funcionalmente brasileira, bem representada pelo modelo da casa-grande patriarcal de engenho de cana-de-açúcar, de fazenda, de estância, de sítio ou de chácara. Qualifica-se a casa-grande como caracteristicamente brasileira. Nas palavras de Freyre (1971, p.35):

[...] a de espaços vazios de um território oficialmente lusitano por brasileiro continuadores de portugueses no esforço de fundar-se na América tropical uma civilização ampliada da luso-católica e assimiladora de culturas ameríndias e africanas, além de já enriquecida de calores semitas e orientais.

A arquitetura da casa-grande é resultado, portanto, de um transplante espacial e sociocultural, que acabou por adaptar-se a um clima e a uma ecologia tropical sem renunciar a sua lusitanidade, expressa por meio das técnicas construtivas, dos materiais de construção e, por vezes, da aparência estilística da casa. Moradia dos escravos, a senzala, anexa à casa-

grande, possibilitou a continuidade de muitos outros costumes não lusitanos, como, por exemplo, a poligamia.

Quanto à funcionalidade da casa-grande (que pode ser visualizada na figura 9 a seguir), conforme observado, que esta adquiriu características próprias condicionadas pelo regime escravocrata, pelo clima e pelas condições socioeconômicas, tal como a localização exterior do fogão e, conseqüentemente, da cozinha. Esta solução já era adotada pelos índios, que costumavam cozinhar fora da área de dormir. Entretanto, nas casas pequenas dos pobres, o fogão manteve sua localização ao lado do dormitório. Pode-se citar também a presença do quarto de hóspedes no corpo da casa, porquanto a hospitalidade era quase uma obrigação social como acomodação temporária dos peregrinos conhecidos que viajavam a longas distâncias. Os estranhos eram abrigados na área externa da casa, o alpendre. (LEMOS, 1996).



FIGURA 9 – Casa de fazenda do século XIX.

Fonte: Bardi, 1975.

O alpendre, ou seja, o telhado que se prolonga para fora da parede mestra da casa rural e que é apoiado por colunas em suas extremidades, é um elemento arquitetônico disseminado amplamente por todo o Brasil. Sua função principal é a de sombreamento do volume fechado da casa. Ao evitar o acúmulo de calor nas paredes, permite o resfriamento dos ambientes internos. Outra função importante do alpendre é a de abrigo e repouso dos peregrinos estranhos que pernoitavam na casa para seguir viagem no dia seguinte. Funciona também como elemento de transição entre o exterior (área desprotegida) e o interior da casa, área íntima e familiar, ou para proteger a casa da chuva.

Freyre (1971), também destaca subtipos “igualmente ecológicos e funcionais” de residência, como a casa de caboclo rural, o mocambo⁸ rural e o mocambo urbano. Como confluência de duas heranças de culturas primitivas – a ameríndia e a africana – desenvolveu-se no Brasil e, principalmente no Nordeste, o mocambo, derivado da choça de palha indígena: “[...] este precário pelo material, leve de estrutura, móvel até, porém também caracteristicamente brasileiro; e porventura mais telúrico, mais ecológico e até mais higiênico que a casa-grande ou o sobrado patriarcal da cidade”. (FREYRE, 1971, p.36).

Desta forma, ainda segundo a mesma fonte, dois tipos de casas caracteristicamente brasileiras, se desenvolveram no Brasil, cada uma, porém, com atributos bastante distintos e até mesmo extremos. De um lado, a casa-grande, símbolo da atividade representada pelo senhor de engenho ou fazendeiro, dominando espaços delimitados como sesmarias, engenhos, fazendas, estâncias e bastante sólida, rígida e fixa, formada por materiais como pedra, tijolo, telha, azulejo, vidro e soalho. De outro lado, a choça, no Nordeste chamada de mocambo, símbolo da atividade do bandeirante, bastante móvel e transitória, ilustrativamente exposta na figura 10 a seguir. Caracteristicamente primitivo, o mocambo apresenta soluções bastante simples, em contraste com o modelo de casa-grande:

Na pureza de habitação vegetal, com os cipós fazendo as vezes de pregos e as portas feitas da própria palha ou folhas dos tapumes e da cobertura, o mocambo do litoral do Nordeste, quando construído no seco e entre coqueiros, exprime aquele primitivismo de cultura de modo atraente. (FREYRE, 1971, p.66).

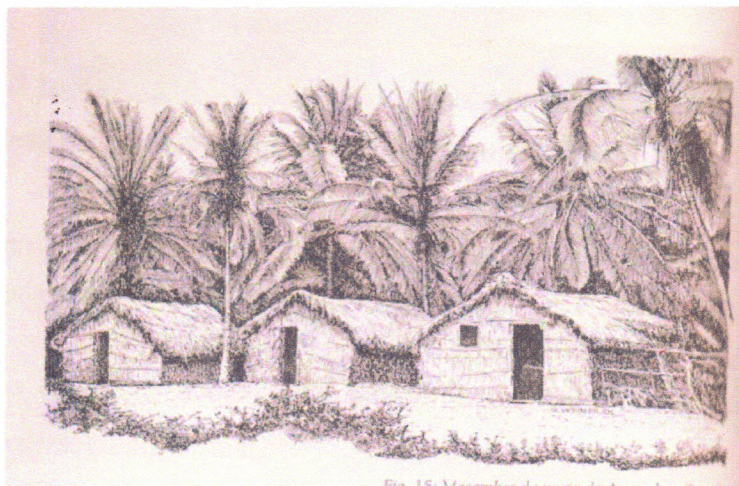


FIGURA 10 – Mocambos no Ceará.

Fonte: Weimer, 2005.

⁸ Mocambo é uma palavra quimbunda, formada do prefixo *mu* com o radical *kambo*, e significa esconderijo. (FREYRE, 1971).

Ainda segundo Freyre (1971), as influências africanas e indígenas foram dominantes para a construção de casas populares mais simples, mesmo com a introdução da técnica européia, em alguns casos, como janelas e portas de madeira.

Na sua simplicidade, o mocambo possui a estética, derivada da sua honestidade artística: nenhum elemento é camuflado para não ser visto, pois todos eles cumprem determinada função essencial (sustentar, cobrir, vedar, abrir), inexistem ornamentos e há simplicidade de linhas.

Quanto à casa de fazenda, um modelo de casa tradicional no Brasil, como mostra a figura 11 a seguir, continua a ser reproduzida até os dias atuais. Conforme observa Freyre (1971), até mesmo alguns arquitetos modernistas optaram pela adoção deste tipo de residência, que contém elementos da arquitetura da casa de fazenda do Brasil colonial, e, portanto, é adequada à ecologia tropical do Brasil.



FIGURA 11 – Casa de fazenda projetada pela arquiteta Nícia Paes Bormann. Iracema-CE, 1974.

Fonte: Acervo virtual do escritório de arquitetura Oicos Arquitetos Associados. Disponível em: <<http://www.oicosarquitetos.com.br>>. Acesso em: 20 maio 2008.

Para os exemplos comentados anteriormente, convém chamá-los de arquitetura vernácula definida da seguinte forma:

Arquitetura vernácula é aquela feita pelo povo, por uma sociedade qualquer, com seu limitado repertório de conhecimentos num meio ambiente definido, que fornece determinados materiais ou recursos em condições climáticas bem características. Com o seu próprio e exclusivo “saber fazer” essa sociedade providencia suas construções, suas casas, satisfazendo a peculiares necessidades expressas em programas caracterizados por próprios e únicos usos e costumes. É, portanto, uma expressão cultural. Só pode ser *daquele povo e daquele sítio*. (LEMONS, 1996, p.15).

“Arquitetura popular”, segundo Weimer (2005), ao referir-se às manifestações construtivas do povo, é considerado um termo apropriado:

[...] em seu sentido mais direto, significa aquilo que é próprio das camadas intermediárias da população. Essa definição parece ser extremamente atual e muito feliz: exclui a arquitetura realizada para a elite – denominada erudita – e a dos excluídos em que, modernamente, se tem usado o termo favela e outros termos semelhantes. (WEIMER, 2005, p.XL).

Configurando-se como tipologia, a casa de fazenda serviu como referência para arquitetos modernos, como Oscar Niemeyer, como mostra a figura 12 a seguir:



FIGURA 12 – Casa de Oscar Niemeyer em Brasília, com referências construtivas às casas de fazenda.

Fonte: Disponível em: <<http://www.vivercidades.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2008.

Outra vertente arquitetônica de residências pode ser enumerada: a residência urbana colonial, cuja influência advém das antigas tradições arquitetônicas e urbanísticas européias, principalmente latinas, de origem medieval-renascentista. Neste caso, o edifício era construído sobre o alinhamento das vias públicas e as paredes laterais sobre os limites dos terrenos. Com a finalidade dar uma aparência portuguesa às vilas e cidades brasileiras, estas casas apresentavam uma padronização quanto às fachadas (exigências das Cartas Régias). Ademais, a organização interna da residência, mesmo sem legislação, era de modo geral sempre a mesma (REIS FILHO, 2002). As técnicas construtivas eram primitivas: paredes de pau-a-pique, adobe ou taipa de pilão ou pedra e barro para residências mais abastadas.

Enquanto a produção da casa e o seu uso eram baseados no trabalho escravo, os detalhes decorativos da casa derivavam dos modismos estilísticos sobretudo de Portugal.

A maioria das casas populares urbanas do período colonial era construída em terrenos estreitos e compridos, o que limitava a distribuição espacial dos ambientes. Por isso, grande parte destas casas apresentava plantas semelhantes. Com porta e janela para a rua, o cômodo da frente era a sala, já os dormitórios eram os cômodos intermediários, acessados por um corredor lateral e sem aberturas para o exterior. A cozinha e a varanda alpendrada tinham acesso para os fundos ou o quintal da casa, onde havia um espaço com instalação sanitária (LEMOS, 1996). Esta forma de habitação, chamada até hoje de “casa de porta e janela”, exposta na figura 13 a seguir, foi a mais importante tipologia no Brasil até o fim do Império. Dimensionados em varas ou braças, os lotes urbanos tinham larguras correspondentes a múltiplos de 1,10 metro (WEIMER, 2005).



FIGURA 13 – Casas de porta e janela em Fortaleza.

Fonte: Weimer, 2005.

Outro tipo de construção eram os sobrados, ou “casas ricas do tempo de colônia”, geralmente de propriedade de comerciantes. Eles poderiam abrigar duas funções: comércio ou escritórios no pavimento térreo e residência no pavimento superior. Nas cidades ricas, como Salvador e em Minas Gerais, alguns sobrados foram construídos com perceptível intenção plástica, recorrendo-se aos estilos em voga e aos mestres de renome. (LEMOS, 1996). Ao se referir ao assunto, Weimer (2005, p.101) assim se pronuncia: “Quanto mais rica a cidade e seus habitantes, maior era a incidência de sobrados. Por influência das casas de nobreza, o sobrado teve uma conotação de poder e de riqueza, que era enfatizado pela maior largura do lote ocupado”.

No território brasileiro, a técnica construtiva e a distribuição espacial dos sobrados possuem variação. Em Recife, a cozinha era localizada no último pavimento, solução possibilitada unicamente pela presença do escravo. Na Bahia, alguns sobrados eram obras consideradas monumentais, como o Solar do Unhão, em virtude da prosperidade de algumas famílias com a economia do ouro. Mencionam-se, ainda, os sobrados em São Luiz do Maranhão, como ilustra a figura 14 a seguir.



FIGURA 14 – Sobrados em São Luiz do Maranhão.

Fonte: Silva, 1986.

A técnica de taipa de pilão foi empregada em outras regiões do Brasil além do Nordeste, pois as casas urbanas coloniais paulistas possuíam como principal característica esta técnica, modo de construir próprio de áreas pobres de materiais de construção como cal, pedra e tijolo. Outra característica destas casas é, em alguns casos, a inexistência do corredor interno de ligação da rua para o quintal. Assim, os cômodos eram distribuídos em sucessão, com passagem obrigatória.

Quanto às casas urbanas mineiras, possuíam uniformidade tanto na técnica construtiva como no planejamento, devido à influência portuguesa. Primavam pelo respeito ao perfil natural do terreno, com a técnica dos sistemas estruturais de madeira. Já a distribuição dos cômodos destas casas seguia a solução da maioria das construções brasileiras semelhantes do período.

4.3 A ocupação do interior nordestino e o estabelecimento de casas de fazenda

Ao discorrer sobre os séculos XVII e XVIII (1640-1770), Prado Júnior (1976) trata da ocupação do interior nordestino, baseada economicamente na pecuária e tendo como grandes focos de irradiação as regiões da Bahia e de Pernambuco. Esta ocupação distribuiu-se irregularmente, de modo “escasso e muito ralo”, e nela a disponibilidade de água por um fator de localização das casas de fazendas, pois este é um recurso escasso na região do semi-árido. Como afirma o autor:

É sobretudo nas margens dos poucos rios perenes que se condensa a vida humana: no São Francisco, nos rios do Piauí e do alto Maranhão. Intercalam estas regiões mais favorecidas extensos desertos a que somente as vias de comunicações emprestam alguma vida. Ao longo delas estabelecem-se alguns moradores, apesar das dificuldades locais, para prestarem concurso aos viajantes e às boiadas que transitam na proximidade, ou para recolherem a baixo preço alguma rês estropiada pelas longas caminhadas, e constituírem assim uma pequena fazenda (PRADO JÚNIOR, 1976, p.67).

Ao longo do tempo, a progressão de fazendas de gado tomou duas direções: uma delas acompanhou o curso do rio São Francisco e a outra seguiu deste rio para o Norte. Em fins do século XVII, a região onde hoje está situado o Estado do Piauí começou a ser inteiramente ocupada, sendo as fazendas de gado ali estabelecidas as mais importantes de todo o Nordeste. Nas regiões do rio Parnaíba, do Maranhão e do Ceará também se estabeleceram fazendas de gado.

Enquanto as habitações do engenho de açúcar organizavam-se em conjunto, as habitações da fazenda de gado do sertão nordestino eram implantadas de modo disperso no interior das terras, os latifúndios de pecuária extensiva. Tanto os engenhos de açúcar como as fazendas de gado estruturaram as sociedades nas quais estavam inseridas. No caso das fazendas de gado sobressaía como principal diferença a existência de mão-de-obra livre. Nessa sociedade, a figura mais destacada, por sua grande influência regional, era o proprietário das terras, conhecido como “coronel”, seguido do capataz e dos vaqueiros, ambos pagos pelo regime de “sorte” ou parceria no rebanho (meia, terça ou quarta). Existiam outros trabalhadores, mas, por causa da falta de serviço permanente, não havia necessidade de pessoal numeroso. A agricultura era praticada subsidiariamente e em pequena escala de subsistência para as próprias fazendas. Para impedir a invasão do gado, pois ele é criado solto usavam-se cercas, feitas de troncos tortuosos, da caatinga. No Agreste, são comuns as cercas vivas de avelós, as quais limitam pastos ou campos de cultivo (COSTA; MESQUITA, 1978).

acrescenta Castro (1987a), no período em discussão, iniciou-se a formação de vilas no interior da capitania; entre elas, Icó no médio Jaguaribe e Aracati, à foz do rio.

Contudo, segundo Lemenhe (1991), foi somente a partir do século XVIII que se deu, efetivamente, a inclusão do Ceará na história urbana brasileira. O processo de salga da carne, introduzido em torno do século XVIII, acabou provocando modificações significativas na economia local. Isto acarretou a superação, embora pequena, da incipiente vida urbana na Capitania do Ceará.

Neste período, o núcleo urbano dominante era Aracati, mediante da produção de carne salgada, que provocou a comercialização de um maior volume de excedente.

A reconstrução histórica da ocupação do Ceará revela o papel secundário que a região ocupou nos planos metropolitanos. Se foi conhecida no início do segundo século de colonização, o foi pela circunstância de estar a meio caminho entre a costa leste, já ocupada produtivamente, e o norte, desconhecido e ainda não conquistado para o domínio português, e, o Maranhão, ameaçado pelas incursões de franceses. (LEMENHE, 1991, p.22).

Castro (1987b) aponta o desenvolvimento tardio do Estado do Ceará, pois o seu povoamento efetivo iniciou-se somente no princípio do século XVIII. Consoante se evidencia, a área que sediou as duas primeiras vilas da Capitania – Fortaleza e Aquiraz – ficava isolada das rotas do gado (áreas produtivas), distribuídas na “estrada geral do Jaguaribe” e nas “estradas das boiadas” (LEMENHE, 1991).

A vila de Fortaleza, distanciada dos sertões da pecuária, continuaria sendo por mais de um século, um aglomerado sem sustentação econômica. Apesar de abrigar indivíduos ocupando posições sociais definidas num universo urbano, o da Metrópole, serão durante muito tempo povoadores e fazendeiros como muitos outros da capitania. (LEMENHE, 1991, p.33).

No final do século XVIII, com as transformações na Europa, principalmente na Inglaterra, verificou-se o renascimento da agricultura no Ceará. Em virtude da sua importância como matéria prima têxtil na Europa, com o advento da Revolução Industrial, o algodão foi o novo produto desenvolvido no Estado. Com a retração dos Estados Unidos durante o período das guerras da independência, o Ceará recebeu estímulos à produção de algodão no Brasil e seu ambiente natural mostrou-se adequado para a expansão deste tipo de cultivo. Além disso, havia disponibilidade de mão-de-obra, gerada na expansão da pecuária. Contudo, a partir de 1777 (ano de grande seca), a posição do Ceará como principal fonte de abastecimento do mercado interno de carne salgada foi enfraquecida. José Pinto Martins, um dos maiores charqueadores de Aracati

migrou para o Rio Grande do Sul neste período, e transferir para aquela capitania as técnicas da salga e, possivelmente, considerável capital. (LEMENHE, 1991).

Posteriormente a vila de Fortaleza acabou sendo beneficiada pela agricultura comercial para exportação de produtos como o algodão. Entre as benfeitorias, destacam-se a instalação de uma alfândega, a construção de mercado público juntamente com a regulação de realização de feiras semanais e a inauguração de uma repartição de correio agregada à Tesouraria da Fazenda. No referente à estrutura física da vila, foi solicitado um plano diretor, para expandir o núcleo urbano, com a abertura de novas ruas, como mostra a figura a seguir. De acordo com o ressaltado por Lemenhe (1991), era desejo da classe dominante igualar-se em prestígio aos de Salvador e Rio de Janeiro.

Foi ao longo do século XIX que Fortaleza, então capital do Estado do Ceará, constituiu-se como núcleo urbano hegemônico da Província. (LEMENHE, 1991). Além de ser o centro de captação da produção agrícola (algodão), foi também o maior centro importador, pois tomou de Aracati a exclusividade do comércio do couro. Na figura 15 a seguir, pode-se ver a primeira planta de Fortaleza. Mais uma vez nas palavras de Lemenhe (1991, p.110):

A hegemonia econômica e político-administrativa de Fortaleza, iniciada na primeira metade do século XIX, mais precisamente em torno dos anos 20 e 30, completa-se na sua segunda metade. No início dos anos 60, Fortaleza já era o núcleo urbano dominante no Ceará.

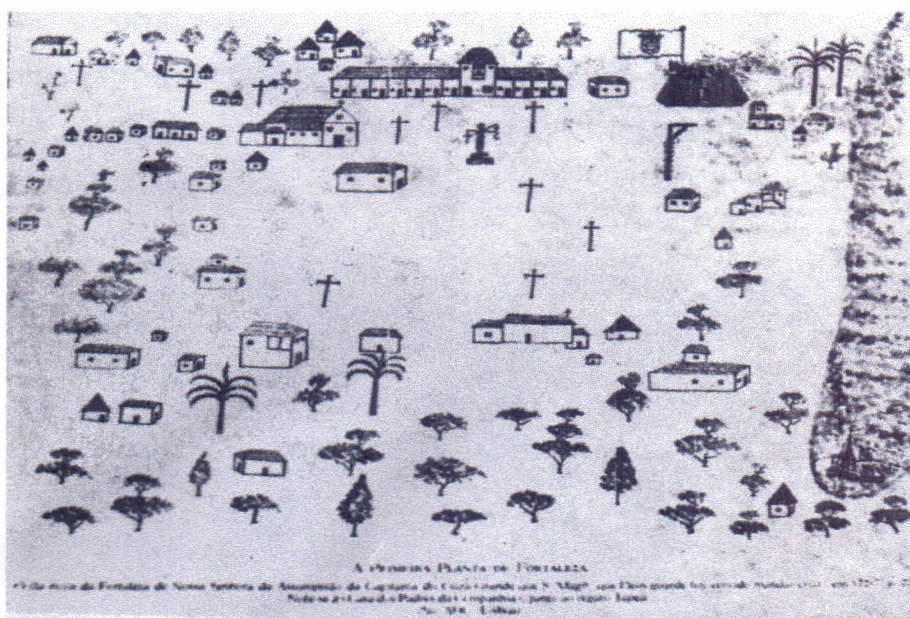


FIGURA 15 – Primeira planta da cidade de Fortaleza, de 1726 realizada por autor desconhecido.

Fonte: Acervo virtual do Museu da Imagem e do Som do Ceará.

4.4 Novas formas de morar a partir do final do século XIX

É no século XIX que se encontram as origens da modernidade latino-americana: “[...] Esse período vê nascer o conjunto de fatores que, integrados entre si ou separados por contradições insanáveis, constituirão a particularidade da nossa existência contemporânea” (SEGRE, 1991, p.67). Gradativamente a vida comunitária vai se enriquecendo. Como instrumento desse enriquecimento, citam-se a semente das nacionalidades, a convicção do progresso social por meio do conhecimento científico e dos avanços tecnológicos, a abolição da escravatura e a convicção do valor da cultura.

O Brasil do final do século XIX foi caracterizado por transformações – demográficas, socioeconômicas, políticas, culturais e espaciais – que acabaram por afetar o difuso e instável espaço urbano, a moradia urbana e, conseqüentemente, a vida e as casas dos brasileiros. As cidades começaram a se afirmar como palcos de modernização, e apresentavam como principal referência de organização, modo de viver e atividades da Europa. (SEGAWA, 2002).

Novos habitantes, vindos das antigas senzalas e casebres do interior do país ou dos portos estrangeiros, somavam-se aos antigos escravos, forros e brancos pobres que já inchavam as cidades imperiais, e junto a eles aprenderiam a sobreviver na instabilidade que marcaria suas vidas também em seu novo habitat. Movimentar-se-iam, todos eles, pelas ruas alvoraçadas em busca de empregos e de tetos baratos para abrigar-se, num deslocamento contínuo que fundia vivências, experiências, tensões – espaço. (NOVAIS, 1998, p.132).

Até a metade do século XIX, as cidades brasileiras conservaram os esquemas urbanísticos e arquitetônicos do período colonial. (REIS FILHO, 2002). Mas determinados fatores, como as transformações socioeconômicas e tecnológicas durante a segunda metade do século XIX – decadência do trabalho escravo, imigração européia, abertura dos portos – provocaram o desuso dos hábitos coloniais de construir e habitar, tanto no meio rural como no cenário urbano.

Conforme admite Costa (1962), o programa de necessidades da habitação no Brasil sofreu transformações no século XIX, condicionadas por dois motivos fundamentais. O primeiro é a abolição da escravatura – na segunda metade do século –, visto que a casa colonial era totalmente dependente da figura do escravo. O modo de vida foi afetado por uma tardia valorização da presença do empregado assalariado doméstico, repercutindo no programa da habitação, que com o modelo colonial se apresentava incômodo em virtude das

distâncias, alturas, excessos de cômodos, sem o trabalho do escravo. Como segundo fenômeno menciona-se a Revolução Industrial do século XIX, tardia no Brasil, e mais ainda no Nordeste, em relação à Europa.

Modificou-se – a partir de avanços técnico-construtivos – a implantação da casa e esta pôde ser dotada de um jardim lateral. Tal medida possibilitou melhoria no conforto térmico e lumínico do ambiente interno, com o aumento de áreas abertas para o exterior da casa. (REIS FILHO, 2002).

Nas janelas, passou-se a empregar vidro plano transparente e isto permitiu uma iluminação mais intensa e eficiente no período diurno. Modernos lampiões de mecha circular propiciaram a mudança de hábitos caseiros, antes vinculados apenas à luz do sol. A casa tradicional de feições modestas e simples passou a receber novos elementos que modificaram sua aparência.

[...] Nos quartos de dormir, lavatórios providos de bacias e jarras. Agora, soalhos encerados. Paredes forradas de papel decorado. Cortinas, reposteiros. [...] Grades de ferro forjado ou fundido nos balcões. Fachadas iluminadas à noite por meio de lanternas penduradas em graciosos suportes. Tintas de novas cores. (LEMOS, 1996, p.45).

As casas urbanas também adquiriram equipamentos novos – como ferro de passar roupas – e ornamentos como vasos de flores, relógios de parede, espelhos de cristal, cadeiras de palhinha. Estas alterações foram disseminadas pelo Rio de Janeiro, nova capital do país a partir de 1808, ano da chegada da Família Real.

Consoante assinala Lemos (1996), a partir deste período, a maioria das cidades brasileiras teve acesso direto ou indireto às novas possibilidades e formas de morar. Houve, portanto, tendências à homogeneização. Neste sentido, identificam-se duas modalidades de residência: a local, vinculada à tradição construtiva regional e à economia modesta; e a moderna, própria da prosperidade recente e ditada pelos ricos.

Sobre as transformações na estrutura social da cidade de Fortaleza, Ponte (2001) delinea a emergência de novos grupos dominantes, a constituição das camadas médias afluentes e o surgimento de um crescente contingente de trabalhadores pobres, que formariam um mercado de trabalho urbano.

No início do século XX, as grandes capitais do Brasil eram sujas, caóticas, desordenadas, atrasadas e desagradáveis para os estrangeiros provenientes dos países

européus, considerados civilizados e com padrões arquitetônicos e sanitários superiores. Como tentativa de equiparar as cidades e o modo de viver brasileiros aos da Europa – referente a soluções espaciais e construtivas de aeração, circulação, limpeza, lazer, monumentalidade e também, a controle sociopolítico – serão impostos novos modelos de convívio urbano, tendo como referência principal a remodelação da cidade de Paris pelo prefeito Barão de Haussmann, no final do século XIX.

Se antes, no período colonial, a rua apresentava-se – pelo menos para a população mais pobre – como extensão da casa, no período em discussão houve diferenciação entre ruas e casas – os espaços públicos e os privados –, por meio de uma ordem estipulada pelos gestores do Estado para cada um destes espaços. Esta instituição afetou as noções e as vivências de privacidade, vizinhança e intimidade, como afirma Novais (1998, p.136):

A diferenciação entre ruas e casas [...] devia ainda ser necessariamente acompanhada pela geografia de exclusão e segregação social, eu acabasse separando em bairros distintos os diversos segmentos da sociedade. Privacidade, portanto, não poderia mais confundir-se com domesticidade, com os simples limites da casa, mas escapava para uma dimensão que abarcava os convívios, os vizinhos – todos sujeitos a uma mesma gramática de comportamento.

Avolumaram-se, então, as periferias. A formação das grandes periferias sem infraestrutura foi uma das características da expansão das grandes metrópoles brasileiras contemporâneas. Surgiram os cortiços, habitações coletivas enfileiradas destinadas a abrigar intenso contingente, da população que saía do campo e vinha para a cidade, atraído pela indústria e possibilidades de emprego. Eram insalubres, mal ventiladas e mal iluminadas e representavam um risco tanto para a saúde como para a segurança física dos moradores. (LEMOS, 1996).

Era preciso controlar a situação. Na implementação de tentativas de controle de convivências sociais nas cidades, existirão “ações e persistências dos brasileiros que praticaram suas próprias noções de identidade, intimidade, habitação e vizinhança”. (NOVAIS, 1998, p.137). A partir desta denotação, considera-se importante discutir o que eram e de que forma ocorreram estas “ações e persistências”.

As primeiras reformas urbanas “civilizatórias” no Brasil, a exemplo da remodelação de Paris por Haussmann, foram feitas no Rio de Janeiro, no governo do prefeito Pereira Passos. Este amplo projeto consistia, entre outros, na modernização estética e funcional da capital, por meio da pavimentação de vias de circulação, canalizações de

água, gás e esgotos e, principalmente, na abertura de grandes artérias monumentais que facilitassem as comunicações, rompendo com a fisionomia colonial existente. (BRUAND, 2002). Conforme Benévolo (2005) ao se referir à transformação de Paris, esta compreende, entre outros, a abertura de 95 quilômetros de ruas novas, cortando todos os sentidos e o organismo medieval, fazendo desaparecer 50 quilômetros de vias públicas antigas. Da metade do século XIX em diante, a nova Paris torna-se o modelo reconhecido por todas as cidades do mundo.

A moradia também sofreu mudanças, mediante tentativas, sem êxito de controle, para “harmonizar as vizinhanças e estender à dimensão coletiva, pública, os padrões de privacidade controlada e estável”. (NOVAIS, 1998, p.137). E, como qualquer proposta para a moradia, haverá implicações diretas na vida do morador. Ainda segundo a mesma fonte: “O Rio de Janeiro foi palco de uma firme tentativa de reformar os costumes, aliando o controle e o redesenho dos espaços públicos ao ataque violentíssimo aos espaços privados e às propriedades edificadas”. (NOVAIS, 1998, p.145).

Inegavelmente, sobretudo, para as elites, existia a herança de antigos hábitos lusitanos de reclusão formal. Mas para a maioria da população, não era isto que caracterizava o ato de morar. Uma descrição breve do modo de viver em sobrados do início do século nas cidades brasileiras, particularmente no Rio de Janeiro, revela esta realidade.

Mas da maior parte das construções assobradadas e da imensidão de casas térreas das cidades, o que se deve lembrar mais vivamente é o intenso entra-e-sai nas portas, uma diluição contínua de espaços – algo mais necessário à dura sobrevivência improvisada dia a dia pelos muitos pobres miseráveis que povoavam as cidades brasileiras do que as ilusões de reclusão e discrição propaladas pelas elites. (NOVAIS, 1998, p.138).

Quanto à habitação popular propriamente dita, estas não poderiam seguir os ditames impostos tanto por tradições de reclusão como pelas novas regras de comportamento social dos moradores. Para estas populações, a casa era uma referência praticamente móvel, em virtude do incipiente controle de epidemias tropicais, causadas, entre outras, pelas más condições de salubridade dentro das próprias casas e nas ruas sujas e sem infra-estrutura urbana. Este tipo de moradia foi combatido, pois era considerado o principal foco de dispersão das epidemias pelas cidades. Além das moradias, indesejadas pelas elites dirigentes, também o foram os moradores. As medidas de limpeza urbana somavam-se às de limpeza social, por meio da demolição de numerosos cortiços e estalagens, a maioria instalada na área central do Rio de Janeiro, sob a legitimação garantida pelo sanitarismo.

Agindo tanto no controle dos espaços privados como no dos logradouros públicos, as reformas urbanas cariocas expulsariam grande parte da pobreza e da miséria, das manifestações populares e das atividades tradicionais visíveis nas ruas e nas casas modestas da cidade. (NOVAIS, 1998, p.143).

No caso de Fortaleza, com o objetivo de disciplinar a expansão urbana da cidade, o engenheiro Adolfo Herbster concluiu a “Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios”, na qual propôs a ampliação do traçado da urbe para além dos seus limites e conferiu-lhe três *boulevards*⁹ que margeariam o perímetro central (CASTRO, 1987a, p.27). Conforme lembra Castro (1987a), a criação de *boulevards* procede das reformas de remodelação de Paris. É importante observar, sobre as iniciativas de embelezamento de Paris descritas por Benévolo (2005), o desprezo pelas estruturas antigas da cidade (anti-historicismo) e pelos aspectos ambientais. Desta forma, segundo se pode afirmar não apenas o modelo formal de renovação parisiense foi transposto para as outras cidades do mundo, mas também esta visão de desprezo pela cultura local, pela tradição e pela realidade ambiental. Em Fortaleza, o tabuleiro de xadrez foi a forma escolhida pelo projeto de Adolfo Herbster, em continuidade à proposta anterior do engenheiro Silva Paulet, de 1818. Sobre a finalidade original deste traçado, Ponte (1993, p.27) destaca:

Concebido para fins de dominação e ordenamento da expansão urbana, o mesmo corrigia becos, desvios e ruas desalinhadas que facilitavam a ocorrência de motins urbanos substituindo-os por vias alinhadas, longas e cruzadas em ângulo de 90° que favoreciam a vigília do poder sobre as cidades.

Em Fortaleza, as iniciativas de remodelar e regular a cidade, a partir de 1850, provinham tanto de poderes públicos quanto particulares. Independentemente de afinidades políticas entre os setores envolvidos, o objetivo era civilizar a capital e a população. Podem-se exemplificar algumas destas estratégias. As novas elites, na tentativa de um alinhamento com o senso estético do mundo moderno, buscavam afirmação pela construção de edificações suntuosas, como observa Girão (1979 apud PONTE, 1993). Nesse âmbito, o mesmo autor destaca as características associadas à modernização urbana, sejam elas: calçamento, limpeza, sociabilidade, prosperidade e recorte disciplinado das ruas. Na figura 17 a seguir, consta a planta de Fortaleza de 1875.

⁹ Largas avenidas, com perspectivas finais em monumentos ou edifícios históricos, com tratamento ajardinado nos passeios.

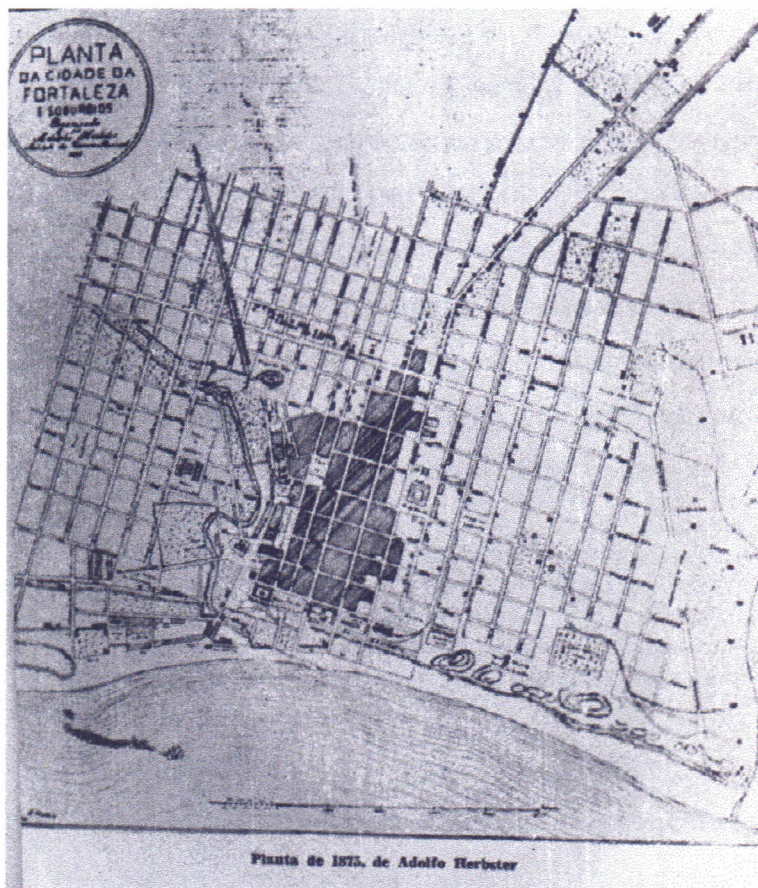


FIGURA 17 – Planta de Fortaleza, de 1875, executada por Adolfo Herbster.

Fonte: Acervo virtual do Museu da Imagem e do Som do Ceará.

Como nova área de lazer e sociabilidade, Ponte destaca a criação do Passeio Público, no final de década de 1890, com uma divisão em patamares segundo as classes sociais. A imagem do logradouro, difundida em um álbum de fotografias impresso na França, evidenciava a modernização da capital. Como investimento disciplinar, citam-se, segundo Ponte (1993) na década de 1880, a criação do Asilo de Alienados de São Vicente de Paulo (1886) e do Asilo de Mendicidade (1886), além da campanha de casamento de amasiados (1885). Como observa o mesmo autor, a estratégia de modernização via inovação tecnológica, como a implantação do serviço de transporte coletivo feito por bondes de tração animal, inaugurado também na década de 1880, trazia consigo a exigência de novos comportamentos em relação à população. Exigia-se que os passageiros estivessem vestidos com decência, qualidade traduzida pelo uso de acessórios e vestimentas como paletós, colarinhos e sapatos. Além do modelo parisiense, adotado na maior parte das intervenções disciplinares na cidade, Ponte (1993) também aponta a influência norte-americana. Entre os anos 1889 e 1896, apesar das poucas práticas voltadas para a modernização de Fortaleza, houve a tentativa de substituição dos nomes das ruas por números, como em Nova York.

As iniciativas quanto ao embelezamento e aformoseamento da cidade são predominantes no período do governo de Nogueira Acioly, de 1896 a 1912. Castro (1987a) explica o aformoseamento como sendo o ajardinamento de praças e a aparência urbana. Entre as medidas tomadas, Ponte (1993) cita a construção, em 1897, do Mercado de Ferro. Esta edificação atendia aos princípios de salubridade e higiene, pois serviria especificamente ao abastecimento da urbe. Ao mesmo tempo, adequava-se aos ideais estéticos e tecnológicos, como edificação construída na França, com o emprego do ferro. Desta forma, era uma edificação que expressava os imaginários de civilização e progresso do período. Ponte (1993, p.39) percebe os reais objetivos disciplinares implícitos nestas obras de modernização urbana:

Pretendia-se que tais obras marcassem, nos corações e mentes “embrutecidos” da população, a crença na positividade moral e social que o progresso civilizador portava: ele produz a docilidade política – já que ensina virtudes e promove a pacificação dos espíritos – e utilidade sócio-econômica, pois estimula o sentimento de solidariedade no trabalho e nas relações entre classes sociais.

Em atendimento aos objetivos de embelezamento urbano, a legislação da cidade sofreu modificações, conforme observa Castro (1987a). O Código de Posturas (de 1893) passava a exigir a padronização formal das fachadas das edificações, mediante adoção de platibandas nas fachadas frontais. Nesta época, a prática de exercícios corporais começava a ser estimulada, como mostra Castro (1987a, p.216), para obtenção “do vigor físico semelhante aos robustos e ativos brancos europeus”. Estimulava-se até mesmo a mudança de repertórios musicais, através das apresentações públicas da banda do Batalhão de Segurança, que executava “produções eruditas européias já consagradas por platéias civilizadas”. (CASTRO, 1987a, p.216).

Inaugurado em 1910, o Teatro José de Alencar, é considerado a realização mais importante da arquitetura cearense, como adverte Castro (1987a). Esta edificação “simbolizava material e espiritualmente os anseios e os conceitos de progresso e civilização então vigentes” (CASTRO, 1987a, p.229). Nele, o principal modelo adotado foi o teatro Ópera de Paris. Diferente do padrão grego, que podia abrigar toda a população da cidade, esta edificação surge como espaço fechado e pequeno, onde acontecem os espetáculos e cerimônias coletivas, e comporta apenas uma pequena parcela da população, certamente a mais poderosa economicamente.

Na maioria das abordagens em discussão, o que se percebe é uma preocupação dos setores dominantes e do poder público com a imagem da cidade e da sociedade em

ascensão, amparados pelos conceitos de progresso, higiene e civilização. A visão é a de natureza exterior à sociedade humana, explicada por Smith (1988). A dependência cultural e tecnológica do modelo externo, explicada por Leff (2000), está presente nas iniciativas disciplinares. Isto acarreta muitas vezes a segregação social e cultural, em virtude de ignorar as peculiaridades da maioria da população. Apesar das imposições comportamentais e culturais à sociedade, esta continuou a elaborar suas propostas, como verifica Gutiérrez (1989). Ilustrativamente, a figura 18 a seguir mostra uma rua de Fortaleza em 1905.



FIGURA 18 – Rua Floriano Peixoto. Fortaleza, 1905.

Fonte: Acervo virtual do Museu da Imagem e do Som do Ceará

Mesmo com o embelezamento e modernização de Fortaleza com novas praças ajardinadas, teatro, cinemas e abastecimento de água e esgoto, a população demonstrou seu descontentamento em relação ao governo Nogueira Accioly. Depredou praças, quebrou postes de iluminação, saqueou lojas, virou bondes e destruiu uma fábrica de tecidos. É a revolta urbana de 1912, descrita por Ponte (1993). O autor em epígrafe interpreta estas atitudes não como frutos de uma insatisfação apenas com o oligarca, mas como protesto contra a ordem urbana em geral que se instaurava.

Em continuidade da discussão sobre a dependência cultural e tecnológica, alguns autores se pronunciam. Enquanto Gutiérrez (1989) vê na arquitetura implantada nos países latino-americanos pelos europeus no século XIX o início de uma dependência ambiental em

relação aos países europeus e a ruptura com os principais valores da etapa colonial, Segre (1991, p.74) percebe na renovação formal, espacial, funcional e estética deste período o “ponto de partida de uma simbiose geradora da ‘modernidade adequada’ de nossa região”. Neste período surgiu uma arquitetura que, apesar de partir da intenção de equiparar o nível de vida no mundo subdesenvolvido com o dos ricos dos centros metropolitanos, aproveitou as inovações técnicas que permitiram, entre outros, maior atenção de engenheiros e arquitetos aos problemas climáticos e ecológicos. (SEGRE, 1991).

Conforme Bosi (1992) identifica, nesse período, quando os estilos da cultura erudita foram estabelecidos pelas instituições, faltou por diversas vezes o sincretismo democrático existente no período anterior. Entre algumas modificações nas cidades, Gutiérrez (1989) destaca a alteração da relação da arquitetura com a natureza, em favor do monumento autônomo e paradigmático, de modo que o prestígio da cidade era alcançado pelas obras isoladas, e não pela harmonia do conjunto. Técnicos, profissionais e cientistas foram “importados” da Europa com a missão de transformar a realidade colonial “atrasada” dos países latino-americanos. Sobre esta questão, como Bosi (1992) acrescenta, existia, neste período, a idéia de substituição de um contexto arquitetônico colonial por outro, neoclássico.

4.5 Características das casas brasileiras

Considera-se a casa um assunto complexo. No caso brasileiro, a casa patriarcal marcou a existência histórica do Brasil. A casa pode ser entendida como uma expressão coletiva e anônima de uma cultura regional (brasileira-nordestina-cearense) autêntica e valiosa. Tem, portanto, poucas e pontuais interferências de artistas e arquitetos individuais ou eruditos em sua formação. É também fruto de um permanente ajustamento – primeiramente indígena, depois europeu, africano e brasileiro – de certo sistema social de organização familiar ao seu entorno e às suas funções, e a uma ecologia e a um conjunto de atividades socioculturais ambientalmente condicionadas.

Na tentativa ousada de sintetizar as características da arquitetura popular do Brasil, Weimer (2005) elabora algumas hipóteses:

- a) simplicidade, em virtude de ser o resultado da utilização dos materiais fornecidos pelo meio ambiente;

- b) adaptabilidade, por ser resultado de adequações de técnicas e sistemas tradicionais estrangeiros às circunstâncias locais;
- c) criatividade, por estar despida do compromisso selado pela arquitetura erudita com as culturas que deram origem às mais recentes conquistas tecnológicas, o que possibilita maior imaginação formal e criatividade no emprego de materiais de construção;
- d) presença de forma plástica evidenciada, menos por uma intenção do que por um resultado lógico dos materiais e da técnica usada.

A forma de caracterização de Weimer (2005) busca qualidades e princípios da arquitetura que, de certa forma, unificam a arquitetura popular brasileira em alguns aspectos. Esta qualificação considera a diversidade das construções, em suas diferentes regiões e peculiaridades, em virtude de apontar tipologias em vez de destacar um modelo construtivo, sendo, portanto, importante para a pesquisa ora elaborada.

5 CASAS EM FORTALEZA: tipologias e opinião dos arquitetos



Nas cidades a vida é mais pequena
Que aqui na minha casa no cimo deste outeiro.
Na cidade as grandes casas fecham a vista a chave,
Escondem o horizonte,
empurram nosso olhar para longe de todo o céu,
Tornam-nos pequenos porque nos tiram
O que os nossos olhos nos podem dar,
E tornam-nos pobres porque a única riqueza é ver.

Fernando Pessoa

Buscou-se neste capítulo apresentar a primeira parte da pesquisa de campo, qual seja, a identificação geral, mediante observação das principais tipologias habitacionais da cidade, de 1930 a 1980, e a entrevista com especialistas, relacionando estas informações com os aspectos teóricos abordados nos capítulos anteriores.

5.1 Contextualização sócio-histórica

A partir da década de 1930, – período marcado pelos efeitos da crise da bolsa de valores de Nova York de 1929 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder – o Brasil, país exportador de matérias primas, iniciou seu processo de industrialização por meio da substituição de importações. Tal fato modificou, entre outros aspectos, sua realidade espacial (COSTA, 1988). No caso do Estado do Ceará, não somente produtos como algodão e carnaúba foram exportados para outras regiões, mas também a mão-de-obra, principalmente para o Sudeste. As secas, que agravaram os problemas agrários, repercutiram na vida da população do campo, e esta passou a migrar para Fortaleza. Desse modo, provocou intenso crescimento demográfico, com reflexos diretos nas formas de morar da população. A seguir, a figura 19 mostra uma vista aérea da cidade, do ano de 1966.

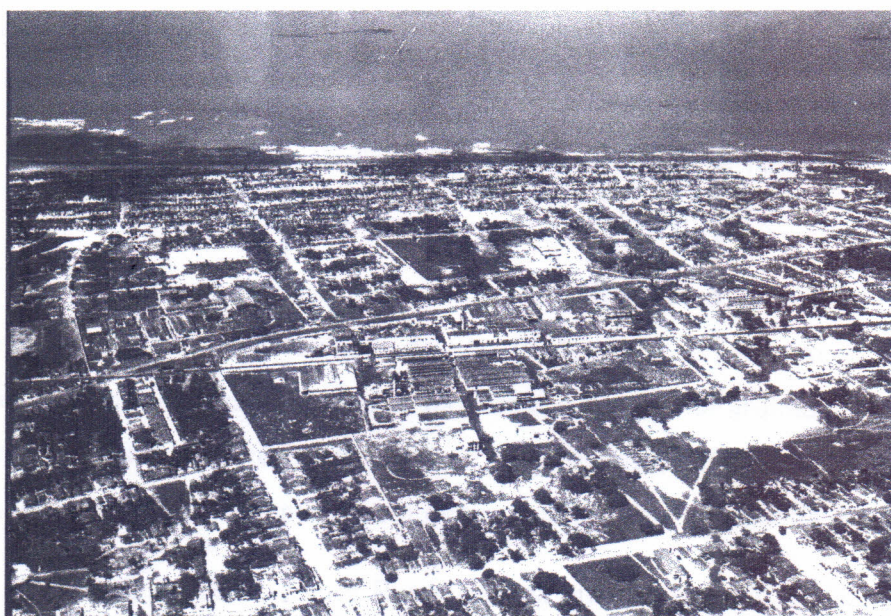


FIGURA 19 – Vista aérea de Fortaleza e sua “Beira-Mar” em 1966.

Fonte: Acervo virtual do Museu da Imagem e do Som.

Formaram-se em Fortaleza novos bairros – como Jacarecanga e Benfica e, posteriormente, Aldeota, Meireles, Dionísio Torres, Papicu e outros – e novas tipologias

habitacionais surgiram – como a casa isolada no lote e, posteriormente, os condomínios verticais e horizontais –, de acordo com novas legislações urbanas e sob influências artísticas, tecnológicas e arquitetônicas provenientes do Sudeste do país e da Europa. Ao mesmo tempo intensificaram-se a desigualdade social e a segregação espacial, com a proliferação de favelas, cortiços e conjuntos habitacionais mal planejados.

Com suas propostas de racionalização, economia e plasticidade ligada à função, a arquitetura moderna, passou a ser assimilada no Brasil, inicialmente por ser “a solução para um problema novo que a todos afligia: como criar casas para abrigar a enorme quantidade de pessoas pobres que acorriam para as cidades naquele começo de processo de industrialização”. (CAVALCANTI, 2001, p.14).

Originados na Europa e Estados Unidos nos anos 1920, os princípios da arquitetura moderna surgiram dentro de um contexto de expansão do capitalismo industrial, como forma de atender racionalmente e economicamente às demandas deste processo, especificamente no relacionado à arquitetura e ao urbanismo. No Brasil, seus princípios foram introduzidos por figuras estrangeiras como o arquiteto russo-brasileiro Gregory Warchavchik (1896-1972), que no ambiente da cidade de São Paulo ousou realizar obras dentro de uma linguagem mais depurada e funcionalista, sem ornamentos de fachada, como sua própria casa, no ano de 1928. (BRUAND, 2002).

Construir uma casa a mais cômoda e barata possível, eis o que deve preocupar o arquiteto construtor da nossa época de pequeno capitalismo, onde a questão de economia predomina todas as mais. A beleza da fachada tem que resultar da racionalidade do plano da disposição do interior, como a forma da máquina é determinada pelo mecanismo que é a sua alma. (BRUAND, 2002, p.384).

Mas o maior embaixador desta nova arquitetura no Brasil foi Le Corbusier, arquiteto francês que visitou as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, onde pronunciou conferências propondo a compatibilização da forma e função da arquitetura com o avanço técnico-científico. Os princípios do modernismo arquitetônico propagados por Le Corbusier foram acatados pelo então estudante de arquitetura Lúcio Costa, no final da década de 1920.

Na década de 1930, com a Revolução de 30 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, Costa foi indicado para assumir a diretoria da Escola Nacional de Belas-Artes, renomada academia de artes e arquitetura do país, localizada no Rio de Janeiro. No curto período em que desempenhou a função, Costa modificou a estrutura curricular do curso, bem como seu corpo docente, e o substituiu por professores antenados com o movimento artístico divulgado por Corbusier.

Realizados dentro da perspectiva proposta por Corbusier, os projetos residenciais de Lúcio Costa, demonstram ser possível estabelecer um diálogo entre a arquitetura tradicional praticada no Brasil e os princípios do movimento moderno. Ou seja, propiciou a inovação na arquitetura, sem, no entanto negar o lugar, as tradições, o clima, as práticas vernaculares e a diversidade.

[...] Lúcio Costa concluíra estar a arquitetura brasileira tradicional muito mais próxima do que se supunha da arquitetura contemporânea; descobrira que os verdadeiros problemas arquitetônicos tinham sido percebido e resolvidos com bom senso pela arquitetura colonial.[...] A arquitetura moderna não podia consistir numa ruptura pura e simples com o passado. (BRUAND, 2002, p.124).

Isto pode ser fortemente evidenciado em seus projetos residenciais, cujos programas ofereciam “maiores facilidades de síntese entre a tradição local e a arquitetura contemporânea”, como na Casa do Barão de Saavedra (1942-1944), e no Parque Guinle (1948-1954), um conjunto arquitetônico de residências multifamiliares. Na primeira, Costa propôs a estrutura de concreto e o uso de treliças¹⁰ de madeira nos guarda-corpos das varandas, além de *brise-soleil*¹¹ verticais fixos. Já no Conjunto Residencial Parque Guinle, verifica-se uma preocupação com a ventilação cruzada e, ao mesmo tempo, com a minimização da entrada de calor para as unidades habitacionais, por meio da utilização de painéis de cobogó cerâmico nas varandas. Estas edificações podem ser vista na figura 20 a seguir.

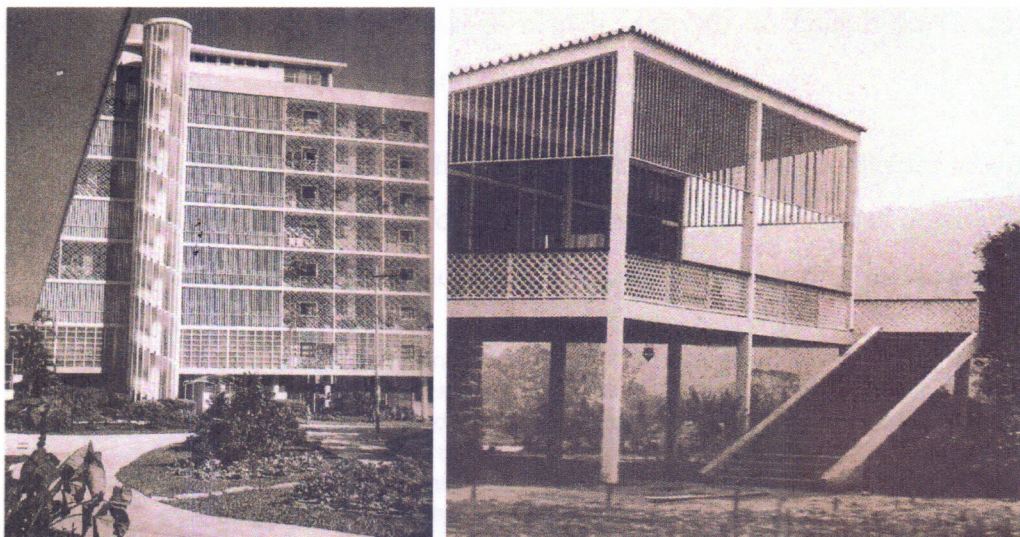


FIGURA 20 – Projetos residenciais de Lucio Costa: Parque Guinle (esquerda) e Casa Saavedra (direita)

Fonte: Lúcio Costa, data ignorada.

¹⁰ Treliça: [...] nome de qualquer armação composta de vigas, sarrafos ou fasquias de madeira cruzadas, como nas rótulas das janelas, por exemplo (CORONA; LEMOS, 1972).

¹¹ *Brise-soleil*: nome francês para o elemento arquitetônico de proteção, com a finalidade principal de interceptar os raios solares, como um quebra-sol, quando estes forem inconvenientes, composto de placas horizontais ou verticais, móveis ou fixas, sistematização criada por Le Corbusier, em 1933. (CORONA; LEMOS, 1972).

No Nordeste do país, os ideais da arquitetura moderna manifestaram-se primeiramente em Pernambuco, mais especificamente em Recife, com a figura de Luís Nunes, arquiteto mineiro graduado pela Escola de Belas-Artes no Rio de Janeiro, encarregado de organizar e dirigir a Seção Técnica de Engenharia e Arquitetura do Estado de Pernambuco, em 1934. Influenciado pelo arquiteto alemão Walter Gropius (1883-1969), Nunes mostrou-se bastante preocupado com a funcionalidade do edifício, a economia e a organização da construção quando esteve à frente da secretaria, até 1935. Em virtude da efemeridade do “movimento” iniciado por Nunes, suas propostas não foram propagadas como poderiam ter sido. Por isto, o contato da região Nordeste com os princípios eruditos da arquitetura moderna aconteceu apenas a partir da década de 1950. (BRUAND, 2002).

Inúmeros outros arquitetos brasileiros e até mesmo latino-americanos poderiam ser lembrados na presente pesquisa, a exemplo de Oscar Niemeyer (1907-), do mexicano Juan O’Gorman (1905-1932), de Delfim Amorim (1917-1972) e de Acácio Gil Borsoi – ambos com atuação na região Nordeste – como profissionais que buscaram adaptar os princípios da arquitetura moderna à realidade diversificada do Brasil. Entretanto, esta não é intenção desta pesquisa, em face do objetivo do trabalho.

No momento, importa explicar de modo breve o significado deste movimento técnico-artístico-cultural e suas repercussões para o contexto do Estado do Ceará e, mais especificamente, da cidade de Fortaleza, no período em discussão.

Uma das hipóteses sobre a disseminação dos valores da arquitetura moderna pelo Brasil é a de que esta ocorreu de duas formas: mediante criação de escolas de arquitetura em várias regiões do Brasil e por meio do deslocamento de profissionais de uma região para outra.

Essas migrações caracterizaram um processo de transferência de conhecimento e tecnologia de regiões mais desenvolvidas (como o Rio de Janeiro, São Paulo e os grandes centros regionais) para outras menos desenvolvidas, num processo indutivo de modernização e uniformização de valores culturais e técnicos via arquitetura. Nesse sentido, a arquitetura foi um agente de modernização, contribuindo com uma informação que, adequadamente apropriada a nível regional, foi e será capaz de estabelecer uma nova base de atuação dos arquitetos no ambiente. (SEGAWA, 2002, p.134).

No caso do Estado do Ceará, arquitetos como José Liberal de Castro, Neudson Braga e outros, formados na Faculdade Nacional de Arquitetura pela Universidade do Brasil no Rio de Janeiro, participaram da fundação da Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará.

Somente a partir da metade do século, o Ceará começa gradativamente a ser invadido por jovens arquitetos que, diplomados em outras áreas do país, retornam à terra natal. Constituem um grupo reduzido, mas, ainda assim mesmo, encontram condições de implantar a Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará, cujas atividades principiam em 1965. (CASTRO, 1982).

José Liberal de Castro formou-se em 1955 e teve contato com Lúcio Costa, ao assumir o cargo de representante do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado do Ceará de 1957 a 1983. Outros arquitetos como José da Rocha Furtado, Nícia Bormann e Marrocos Aragão também tiveram formação no Rio de Janeiro, e participaram ativamente dos âmbitos acadêmico e mercadológico da arquitetura e do urbanismo no Ceará.

O Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará foi instalado em 1965, como a terceira escola no Nordeste. Neste período, a profissão de arquiteto estava em seu auge e houve a difusão do ensino da arquitetura por muitas partes do país, como Curitiba e Belém. (SEGAWA, 2002).

Se até o século XIX a cidade de Fortaleza não tivera papel funcional importante – como mostrou o capítulo 4 –, no século XX ela passou a assumir uma condição de grande cidade, de porte metropolitano: “De uma pequena cidade nos fins do século passado, com somente 40.902 habitantes, Fortaleza, em menos de um século alcança e ultrapassa a cifra de cidades com mais de dois milhões de habitantes”. (SILVA, 2000, p.230). Atualmente, Fortaleza é a quarta capital do país, e conta com mais de 2 milhões de habitantes.

As cidades brasileiras em geral passaram, em maiores ou menores proporções, pelo processo ora exemplificado. Em 1940, a população urbana correspondia a 31% da população total. Na atualidade, esta população passou para 75% nas urbe. (CANCLINI, 2005; SILVA, 2000). Ao mesmo tempo, os contrastes sociais ficaram mais evidentes e intensificaram-se os déficits relacionados aos setores de infra-estrutura, equipamentos e serviços nas áreas do saneamento básico, habitação, saúde e educação.

5.2 Principais tipologias residenciais observadas

Ao se percorrer o Centro Histórico de Fortaleza, encontraram-se edificações residenciais bastante representativas do início do século XX, como os sobrados – cuja maioria funciona como estabelecimentos comerciais, conforme se observa na figura 21 a seguir – e as

casas “de porta de janela”, as quais em grande parte, sobrevivem em sua função inicial de moradia, como mostra a figura 22.



FIGURA 21 – Sobrados antigos do Centro da Cidade de Fortaleza, hoje já descaracterizados quanto a fachadas e funções originais.

Fonte: Vasconcelos, janeiro de 2008.

Esta tipologia, remanescente do período colonial, foi encontrada em bairros diversos, como o Centro (como mostra a figura 22), o Benfica e a Praia de Iracema, configurando-se como um padrão residencial urbano que se repete ao longo do tempo e do espaço, no interior do Estado e em várias outras situações atuais da periferia da cidade de Fortaleza. Entretanto, muitas casas estão bastante degradadas e a paisagem frequentemente é emoldurada por edifícios de apartamentos ou escritórios comerciais, *outdoors* e anúncios de venda, como exposto na figura 22 a seguir.



FIGURA 22 – Casas do tipo “porta e janela”, em áreas diferentes da cidade de Fortaleza: Centro (esquerda), Praia de Iracema (centro) e Benfica (direita).

Fonte: Vasconcelos, janeiro de 2008.



FIGURA 23 – Residências com estreita relação com a rua, no Centro de Fortaleza.

Fontes. Vasconcelos, janeiro de 2008.

Nos bairros da Aldeota, Dionísio Torres e Fátima encontraram-se casas bastante semelhantes quanto a suas formas de implantação isolada no lote. Ressalta-se que a arquitetura da primeira metade do século XX em Fortaleza foi notabilizada principalmente por projetos realizados por práticos desenhistas em parceria com engenheiros civis, alguns deles já antenados com a configuração formal da arquitetura moderna (CASTRO, 1982).

Neste contexto, a obra arquitetônica do húngaro Emilio Hinko, que chegou a Fortaleza em 1929, é de grande importância para a configuração do espaço urbano da cidade, pois ele foi o primeiro arquiteto a se estabelecer em Fortaleza. Além de edificações diversas – galpões, igrejas, clubes, colégios e outras instituições construídas e projetadas por ele –, destaca-se sua produção residencial, sobretudo a partir dos anos 1930.

Emilio Hinko trouxe informações, experiências, técnicas e visões da Europa. Portanto, que representava uma referência para a cultura, valores e o que se desejava urbanisticamente para o futuro da cidade de Fortaleza, sobretudo os modelos arquitetônicos dos novos edifícios.

Quando Emilio Hinko chegou à cidade, Fortaleza tinha apenas cerca de 100 mil habitantes, restringindo-se a algumas ruas no Centro e a grandes faixas de praias, dunas e coqueirais. Seus projetos e sua profissão passaram a ser conhecidas pela população, principalmente por profissionais da burguesia, a partir de desenhos e croquis que esboçava por conta própria, logo ao chegar à cidade. As primeiras encomendas partiram de médicos interessados em construir novas residências e os bairros do Benfica e Jacarecanga foram as primeiras áreas que abrigaram os projetos residenciais de Emilio Hinko.

Primeiramente, no referente ao lote urbano, Emilio Hinko propôs o afastamento da edificação dos limites do terreno e criou jardins laterais e áreas livres, as quais permitiam a entrada de luz e vento por todos os lados da casa. Além disto, os banheiros foram incluídos como ambientes internos. Estas modificações beneficiaram o modo de viver da população que tinha acesso a estes projetos, pois resolviam questões ligadas a salubridade, conforto e higiene, preocupações trazidas por Emilio Hinko da Europa, que havia passado por diversas epidemias de doenças infecto-contagiosas. Do ponto de vista formal, o arquiteto buscou equilíbrio na volumetria das edificações, bem como a utilização de elementos modernos como *brises* e *pergolas*, conforme informações concedidas pelo arquiteto Marcondes Araújo Lima, em novembro de 2007.

Na década de 1940, a convite do brigadeiro Eduardo Gomes, Emilio Hinko elaborou e administrou a construção dos vários edifícios componentes da Base Aérea de Fortaleza, inclusive das residências para sargentos próximas à Base, localizada na Avenida Borges de Melo, e para oficiais superiores, no Bairro da Aldeota. Nestes projetos, foi desenvolvido um estilo regional, com uma arquitetura adaptada ao clima, com varandas, terraços, marquises e elementos vazados. Na figura 24 a seguir, podem ser vistas casas projetadas pelo mencionado arquiteto.

Outra importante característica diz respeito ao caráter permanente das obras projetadas e construídas por Hinko. Sua obra resiste ao tempo, não apenas pela resistência dos materiais empregados, [...] mas também porque os usuários gostam das construções, e não fazem intervenções. (VERAS, 1998).



FIGURA 24 – Área residencial próxima à Base Aérea, com casas projetadas por Emilio Hinko.

Fonte: Vasconcelos, janeiro de 2007.

Esta constatação pode ser comprovada ao se percorrer a cidade de Fortaleza nas áreas onde os projetos de Hinko foram adotados. Uma série de casas para aluguel – os

famosos castelinhos da Praça Luíza Távora (figs. 25 e 26) – foi construída pelo arquiteto Emilio Hinko, a pedido de Pierina, esposa de Plácido Carvalho, empresário e proprietário do castelo demolido na área central da praça, com quem o arquiteto manteve contato.



FIGURA 25 – Castelinhos da Praça Luíza Távora, que anteriormente funcionavam como residências.

Fonte: Vasconcelos, janeiro de 2007.



FIGURA 26 – Inovações arquitetônicas nas casas por Emilio Hinko: arcos nas varandas (esquerda), cobogós (centro) e aberturas para o exterior (direita).

Fonte: Vasconcelos, janeiro de 2008.

Outras obras projetadas pelo arquiteto continuam funcionando e são mantidas em seus aspectos originais, como o Náutico Atlético Cearense, o Clube Iracema, a atual Secretaria de Finanças da Prefeitura, a Casa do Estudante (na Rua Nogueira Acioly), a Igreja do Coração de Jesus, a Igreja de São Pedro e a Capela das Irmãs Missionárias, na Avenida Rui Barbosa, além de várias casas na Avenida Santos Dumont e na Praia de Iracema, ainda existentes e conservadas. Ao percorrer a Avenida Rui Barbosa, observa-se que esta tipologia residencial, mesmo com todo o processo de verticalização evidente nesta via, ainda é

marcante em sua paisagem. A área residencial próxima à Base Aérea é notabilizada de um modo mais intenso por esta tipologia residencial, o que revela a horizontalidade da escala urbana nessa área da cidade. A seguir, a figura 27 mostra exemplo de projetos de Hinko para um residência estudantil.



FIGURA 27 – Casa do Estudante, residência estudantil projetada por Emilio Hinko em Fortaleza.

Fonte: Vasconcelos, janeiro de 2008.

Hinko trabalhara na costa sul da Itália, para em habitações dependentes de soluções para os problemas das epidemias vividas na Europa, na década de 1920. Construía vilas de casas de veraneio para a prevenção e cura de doenças como a tuberculose. Estas preocupações foram incorporadas desde seus primeiros trabalhos residenciais, e, por este motivo, ele afastava as edificações dos limites do terreno, promovendo amplas aberturas de ventilação e iluminação, chegando a realizar os primeiros casos de residências “soltas” no lote. Criou, assim, casas com quatro fachadas.

Hinko introduziu uma nova forma e expressão para as casas em Fortaleza, em várias escalas, isto é, seus modelos de casas para clientes mais abastados (médicos e grandes comerciantes) serviram para ilustrar o padrão de moradia desta categoria social. Os modelos desenvolvidos por Hinko para clientes institucionais que preconizavam tipologias menos exclusivas e mais universais (como as casas para militares da Base Aérea de Fortaleza) serviram como referência amplamente adotada pela classe média, em suas variações socioeconômicas. (Marcondes Araújo Lima, em entrevista em janeiro de 2008).

Outra grande qualidade da contribuição de Hinko para as construções residenciais de Fortaleza se deve ao alto padrão obtido pela introdução de novas técnicas, novos componentes arquitetônicos (pérgolas, cobogós, mosaicos, esquadrias, como elementos decorativos) e novos materiais de acabamento (pó-de-pedra e texturas).

Na segunda metade do século XX, a proposta residencial de Emilio Hinko consolidou-se em Fortaleza, não apenas em seus aspectos formais e decorativos, mas também nas soluções espaciais e funcionais, como a introdução dos ambientes de cozinha e banheiro no interior da casa e nas preocupações com os aspectos de higiene e salubridade. Mesmo não contratar Hinko como arquiteto, muitas famílias adotaram o padrão residencial das casas por ele construídas, como no exemplo mostrado a seguir (fig. 28).



FIGURA 28 – Residência no bairro da Aldeota, com elementos da arquitetura proposta por Emilio Hinko, embora não tenha sido projetada por ele.

Fonte: Vasconcelos, janeiro de 2008.

Embora uma parte das residências construídas por Emilio Hinko tenha sido destruída, encontram-se unidades remanescentes adaptadas a novas funções, como estabelecimentos comerciais, restaurantes e consultórios médicos, entre outros, como pode ser visto na figura 29 a seguir.



FIGURA 29 – Residências adaptadas a novas funções de serviços (esquerda) e comércio (direita).

Fonte: Vasconcelos, janeiro de 2008.

Nas mesmas áreas onde foram encontradas tipologias ligadas às propostas de Emilio Hinko, foram também observadas casas que se inserem nas propostas arquitetônicas dos primeiros profissionais formados na cidade, ligadas aos princípios da arquitetura moderna, como mostra a figura 30 a seguir, tipologia residencial amplamente disseminada pelo Brasil e na cidade de Fortaleza, embora hoje grande parte dela tenha sido destruída.



FIGURA 30 – Residências com princípios da “Arquitetura Moderna Brasileira” em Fortaleza.

Fonte: Vasconcelos, janeiro de 2008.

5.3 Atuação e visão dos especialistas sobre a produção residencial em Fortaleza

Para dar suporte às análises propostas no trabalho, buscou-se entrevistar determinados profissionais da arquitetura participantes e testemunhas dos processos de produção de residências unifamiliares na cidade de Fortaleza e suas possíveis repercussões para o ambiente urbano. As entrevistas foram realizadas, portanto, com profissionais que contribuíram ora no âmbito acadêmico, mediante disseminação de idéias e valores da arquitetura moderna por meio do ensino, ora no meio mercadológico, ora exercendo ambos os papéis. Na figura 31 a seguir podem ser vistas residências remanescentes em Fortaleza, baseadas na arquitetura moderna.



FIGURA 31 – Residências remanescentes em Fortaleza com princípios construtivos e formais da arquitetura moderna.

Fonte: Vasconcelos, maio de 2008.

Conforme evidenciado, todos os arquitetos entrevistados foram influenciados pelos princípios da denominada arquitetura moderna brasileira, amplamente propagada e empregada em todas as regiões do país, sobremaneira a partir da década de 1950, especialmente depois da construção de Brasília.

A arquiteta, paisagista e artista plástica Nícia Paes Bormann, que nasceu no Rio de Janeiro e graduou-se pela Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, em 1964, participou da produção arquitetônica residencial de Fortaleza, desde a década de 1960, quando veio para a cidade com o marido, Gerhard Bormann, também arquiteto. Segundo Nícia Bormann, por sua formação ligada à Escola Carioca¹², trabalhar uma arquitetura para o Ceará foi relativamente fácil:

Em nossa formação [...], houve sempre a preocupação com a adaptação. Adaptação da construção ao terreno, à vegetação e ao clima. Em relação à Escola Paulista, que utilizava bastante o concreto, a Escola Carioca era mais aberta, tinha uma construção mais comprometida com o lugar. [...]

¹² Geração de arquitetos formados na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, influenciados por arquitetos como Lúcio Costa e Affonso Eduardo Reidy, etc.

Sabíamos que a casa tradicional era de uma grande simplicidade construtiva, que tinha pé-direito alto e grande relação exterior-interior. As pessoas que moravam em casas pequenas acabavam saindo para as ruas e ali conversavam, quando já não tinha mais sol (Nícia Bormann, em entrevista, em novembro de 2007).

Apesar das facilidades encontradas por Nícia Bormann, ao chegar a Fortaleza, existiram também dificuldades, sobretudo quanto ao programa de necessidades da habitação, como em sua primeira experiência projetual no Ceará:

Nosso primeiro cliente solicitou uma residência com programa de necessidades de uma casa sulista, que tivesse uma sala de jantar, uma sala de visitas e uma sala de almoço. Sabíamos, no entanto, que tanto a sala de jantar quanto a sala de visitas não seriam usadas, serviriam apenas para enfeitar. (Nícia Bormann, em entrevista em novembro de 2007).

Neste projeto, a arquiteta fez uma proposta considerada por ela mais adequada para a realidade e o modo de viver cearense, na qual trabalhou relações entre os espaços internos e externos, por meio de varandas, com a sala de jantar ligada a um jardim, utilizando pergolados e cobogós¹³. Modificou-se, portanto, um padrão de planta baixa residencial até então existente, com espaços de convivência delimitados e interligados por portas. Nesta época, a cidade de Fortaleza ainda não contava com a Escola de Arquitetura, grande responsável pela propagação e divulgação dos princípios e inovações da arquitetura moderna, diferente dos grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo.

Ao interferir no programa de necessidades até então existente, os arquitetos, como agentes da modernidade, também puderam induzir os clientes a uma nova forma de morar, integrando espaços de estar e os destinados a refeições, e abrindo-os para o exterior.

Um aspecto fundamental buscado pelos arquitetos, foi a utilização da mão-de-obra local como na própria residência do casal Bormann, que não teve detalhamento arquitetônico no projeto: “Nossa casa foi detalhada na própria obra”.

Nos projetos de casas de praia, Nícia Bormann buscou referências construtivas no Mercado da Carne de Aquiraz, e usou estruturas de carnaúba. Casas de fazenda também foram encomendadas à arquiteta, tanto na região da serra como em Jaguaribe, e nestas a arquiteta buscou referências na arquitetura tradicional: a casa de fazenda, com alpendre e cobertura com madeiramento de carnaúba e telhas de barro.

Outro profissional da arquitetura a ser mencionado é José da Rocha Furtado, cearense e professor aposentado do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade

¹³ Das iniciais dos engenheiros Coimbra, Boeckmann e Góis, elemento vazado de cerâmica ou de cimento, empregado na construção de paredes perfuradas, para proporcionar a entrada de luz natural e de ventilação.

Federal do Ceará, formado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) em 1968. No período em que foi aluno de graduação, teve como professores João Batista Vilanova Artigas (1915-1985), Paulo Mendes da Rocha (1928-) e Joaquim Guedes (1932-), arquitetos da chamada Escola Paulista. Esta escola influenciou sobremaneira o ensino e a produção arquitetônica brasileira, principalmente quanto ao emprego da tecnologia do concreto armado e à busca da honestidade construtiva na edificação. Como observado, o domínio do concreto armado pelos arquitetos e o seu emprego foi uma das características da arquitetura moderna no Brasil.

Furtado elaborou projetos arquitetônicos tanto para o serviço público, na Secretaria de Viação, Obras, Minas e Energia (SEVOME), quanto como projetista particular, a partir de 1968, ano de retorno a Fortaleza. Sobre a experiência com casas no Ceará, conforme o arquiteto afirmou ao chegar aqui, pensou em propor a utilização do concreto armado e da laje¹⁴ impermeabilizada com manta asfáltica, em substituição à tecnologia de tijolo cerâmico e telhas de barro. Entretanto, logo percebeu esta proposta inviável no período: “Não tínhamos tecnologias de impermeabilização”. Portanto, tentou adaptar esta tecnologia à realidade da nossa cidade: rejeitou a platibanda¹⁵, que escondia o telhado, e manteve-se fiel à linha arquitetônica na qual tinha sido formado. Inicialmente trabalhou com o telhado de amianto¹⁶ aparente, utilizando o concreto para estrutura e outras vedações.

Com o passar do tempo, Furtado verificou que o revestimento de azulejo serviria como uma solução para a impermeabilização das cobertas, e passou a adotá-lo na cor branca, para refletir a luz e minimizar a propagação de calor para a laje de concreto. Sentiu a necessidade de abrir os espaços da casa para o exterior, por meio de pérgolas e jardins internos, como na Residência Rocha Furtado, de 1974, toda detalhada pelo arquiteto. Construiu também sua própria casa, a “casa-atelier” no Bairro do Alagadiço Novo.

Já nas casas de veraneio, situadas na Serra de Maranguape e nas praias do município de Aquiraz, o arquiteto utilizou a linguagem construtiva tradicional: “as condicionantes locais me forçaram a utilizar materiais da nossa região”. No final de 1977, Furtado foi para os Estados Unidos, para cursar o mestrado na Universidade de Wisconsin, em Milwaukee. Segundo Furtado, a partir de 1976, quando voltou a trabalhar sozinho, foi “redescobrimo” os encantos do telhado.

¹⁴ Teto de um compartimento ou piso (FERREIRA, 1986), geralmente de concreto.

¹⁵ Mureta de alvenaria maciça ou vazada, construída no topo das paredes externas de uma edificação, contornando-a acima da cobertura, destinada a proteger ou camuflar o telhado e compor ornamentalmente a fachada. (FERREIRA, 1986).

¹⁶ Telhado formado por telhas de amianto, ou seja, fibras de asbesto. Também conhecido como fibrocimento (explicações da autora).

Como sócio de Furtado na década de 1970, o professor de teoria e projeto arquitetônico, Roberto Martins Castelo, graduou-se em 1969 pela Universidade de Brasília, onde teve contato com o então diretor Oscar Niemeyer. Apesar de ter nascido no Ceará, Castelo retornou para residir em Fortaleza apenas quando se formou. Em suas obras arquitetônicas, marcadas principalmente pelo uso do concreto armado, o viés tecnológico é uma característica constante. No entanto, segundo Castelo afirmou, diante das condicionantes climáticas da cidade, foi necessário pesquisar maneiras de adequar suas propostas. A insuficiência de uma abordagem que relacionasse tecnologia e clima levou-o a observar como os espaços eram utilizados:

Impressionava-me ver, ao fim da tarde, as pessoas sentadas em cadeiras dispostas na calçada, apreciando o movimento ou conversando com os vizinhos. Eu estava acostumado ao acolhimento das salas, a observar com discrição o movimento das pessoas. Em Minas as pessoas não se expunham, como aqui. Tudo era diferente! [...] Percebi que o espaço é apropriado diferentemente; basta uma sombra e a brisa. (Roberto Martins Castelo, em entrevista em novembro de 2007).

Este relato é semelhante às observações de arquitetos provenientes de outras regiões, como as de Nícia Bormann, já citada. Tais situações tão naturais para os moradores do Ceará foram consideradas peculiares para arquitetos provenientes de outras regiões.

[...] Na verdade, para quem vinha de condições outras, era possível identificar diferenças significativas. Por exemplo: embora todo projeto previsse uma sala-de-visitas, ela era pouco ou nunca utilizada, mesmo considerando a qualidade e custos do mobiliário e outros apetrechos. Recebia-se nas varandas ou no aberto, notadamente à noite. Essas áreas destinavam-se preferencialmente às festas. (Nícia Bormann, em entrevista em novembro de 2007).

Enquanto Nícia Bormann apropriou-se da linguagem mais tradicional da nossa arquitetura, sobretudo no referente aos materiais da cobertura (como madeira e telhas de cerâmica), Castelo persistiu na aplicação do concreto armado, tanto para a estrutura como para a cobertura, preocupou-se em proporcionar áreas sombreadas e ventilação: “Uma casa implicava sombra e ventilação constante.” Ao mesmo tempo, tentou integrar espaços externos às salas de visita e refeições. Para isto, utilizou-se de vedações transparentes e prolongou o piso interno às áreas de fora. Uma das suas soluções para as aberturas das residências foi utilizar janelas basculantes, por garantirem ao mesmo tempo iluminação e ventilação naturais.

A preocupação tecnológica também foi premissa para o primeiro arquiteto a obter diploma de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará, Paulo Cardoso da Silva, professor aposentado desta escola. Cardoso trabalha como profissional autônomo e ministra palestras e cursos sobre arquitetura, estrutura e conforto ambiental. Para o profissional, “a estrutura materializa a arquitetura; é ela que lhe dá expressão”. Esta afirmação

revela alguma influência recebida pelo arquiteto da Escola Paulista, principalmente do arquiteto brasileiro João Batista Villanova Artigas (1915-1985) e de outros arquitetos latino-americanos como Félix Candela (1910-1997).

Para Cardoso, o domínio da construção é um aspecto considerado essencial. Ele admira o trabalho de arquitetos como Lúcio Costa (1902-1998), Rino Levi (1901-1965), Affonso Eduardo Reidy (1909-1964), João Filgueiras Lima (1932-), Sérgio Bernardes (1919-2002), Oscar Niemeyer, (1907-) Frank Lloyd Wright (1867-1959) e Le Corbusier (1887-1965). Na opinião de Cardoso, este conhecimento possibilita ao arquiteto pesquisar soluções mais adequadas para cada realidade, e promover a inovação na arquitetura.

Entre 1970 e 1978, trabalhando em escritório próprio, Cardoso recebeu encomendas de projetos residenciais de clientes da classe média, nos quais tentou adequar a arquitetura moderna ao modo de viver cearense, que, segundo o arquiteto, é fortemente vinculado ao clima. Entre algumas inovações, Cardoso cita o uso de bandeirolas¹⁷ de portas e jardins internos, que melhoram o conforto ambiental dos espaços internos. O arquiteto considera “obra-prima” sua própria casa, que materializa suas idéias sobre a arquitetura residencial no Ceará. Esta edificação, construída em 1974 e habitada pela mesma família até hoje, atendeu aos critérios estabelecidos na presente pesquisa. Desse modo, foi escolhida para ser analisada no próximo capítulo.

Assim como Furtado, o arquiteto Delberg Ponce de Leon recebeu influências da Escola Paulista, com a diferença de ter sido graduado na terceira turma de arquitetura do Curso de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da Universidade Federal do Ceará (UFC), em 1971. Ponce de Leon, a exemplo de Cardoso, enfatiza que uma das premissas propagadas pelos professores no período era a forte ligação entre arquitetura, projeto e construção. Desta forma, quando passou a exercer a profissão, responsabilizava-se pelos projetos de arquitetura, instalações, cálculo estrutural e pela construção da obra. Em atividade desde 1967 como autônomo, sempre primou por trabalhos em equipe, e teve como principal parceiro o arquiteto e urbanista Fausto Nilo.

Seus primeiros trabalhos foram solicitados por amigos ou clientes da classe média emergente, como médicos. Entretanto, como Ponce de Leon reconheceu, as primeiras casas projetadas não eram adequadas para a realidade do Ceará: “São casas de pés-direitos baixos e de concreto aparente”. Ambas as soluções derivavam de propostas para a realidade da região Sudeste.

¹⁷ Abertura localizada acima da porta, com ou sem função decorativa, que permite a entrada de iluminação e ventilação, mesmo se a porta estiver fechada.

Ponce de Leon considera sua grande obra uma casa na Avenida Santos Dumont em 1970, projetada quando ainda era estudante. Hoje esta edificação, que perdeu sua função residencial original, abriga o Banco Real. É uma casa de arquitetura moderna, não modificada para se transformar em um estabelecimento. Como aspecto fundamental do seu trabalho, o profissional ressaltou a preocupação em realizar a arquitetura para o futuro, pois o edifício deve ser pensado para modificações, alterações e transformações posteriores. Atualmente, porém, a maioria das casas projetadas por Ponce de Leon foi destruída, e cedeu espaço a novos edifícios.

Assim como Furtado e Cardoso, Ponce de Leon propunha o uso de pergolados, adequados às condições climáticas da região. Utilizava estes elementos como estratégias projetuais de sombreamento do lote. O pergolado, usado em jardins internos, conferia qualidade aos ambientes que a ele se abriam, tanto do ponto de vista climático e estético: permitia a ventilação cruzada e possibilitava visuais diferenciados do interior da casa. Em fase posterior, já nos anos 1980, Ponce de Leon começou a propor a utilização de elementos da arquitetura tradicional, como a telha de barro, a madeira e o tijolo, considerados materiais adequados para a realidade local.

Outro arquiteto entrevistado foi Nelson Serra e Neves, que ingressou na Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará em 1966, e graduou-se, como Delberg, em 1971. Nelson Serra e Neves trabalha como autônomo em parceria com outros arquitetos, e tem participado da realização de diversos projetos arquitetônicos – como residências unifamiliares, edifícios de apartamentos e complexos turísticos – e projetos urbanísticos, como loteamentos fechados e requalificações urbanas dos municípios de Sobral, Icó e Quixeramobim. Os primeiros projetos de Nelson Serra e Neves, na década de 1970, eram de residências unifamiliares particulares:

Nossa clientela vivia em apartamentos antigos, sem elevador. Os primeiros apartamentos de Fortaleza tinham três pavimentos e não possuíam elevador. Este pessoal estava mudando de padrão, eram os profissionais liberais, da classe média em ascensão, que hoje não existe mais. Eram médicos, advogados, engenheiros, agrônomos, etc. (Nelson Serra e Neves, em entrevista em novembro de 2007).

Quanto aos elementos arquitetônicos utilizados por Neves no projeto dessas casas construídas na década de 1970, assemelham-se às propostas de Ponce de Leon e Cardoso: “buscamos usar jardins internos, pérgolas, brises, para garantir a ventilação cruzada”. Nelson Serra e Neves realizou trabalhos de arquitetura residencial principalmente para a Aldeota. “Na década de 1970, este bairro tinha bastante espaço; era um bairro de casas unifamiliares, com

terrenos generosos”. Inicialmente o principal material construtivo proposto nos projetos arquitetônicos residenciais de Nelson Serra e Neves era o concreto armado. Na década de 1980, passou a voltar-se para elementos construtivos da arquitetura vernacular, os quais, segundo o arquiteto, eram mais apropriados para a nossa região do que o concreto armado, empregado tanto na estrutura como nas paredes e coberturas. Para o arquiteto, esta nova visão representa uma evolução do seu trabalho:

A verdade é que, no início, tínhamos a admiração pelo concreto como elemento plástico, influência da Escola Paulista e de seus arquitetos, como Vilanova Artigas e Paulo Mendes da Rocha¹⁸. Trabalhamos, então, com a arquitetura do concreto, porém sempre adotando elementos que captassem a iluminação e ventilação cruzada naturais. Posteriormente, vimos que o Ceará exigia um tratamento diferenciado. Buscamos nas raízes da arquitetura cearense elementos para nossos projetos. A arquitetura cearense é uma arquitetura comum, simples, devendo servir o concreto apenas como elemento de estrutura e não como elemento plástico. Na época, o concreto era o símbolo da modernidade, havia uma aceitabilidade grande por parte dos clientes e os arquitetos estavam antenados com as possibilidades do material. (Nelson Serra e Neves, em entrevista em novembro de 2007).

Este pensamento pode ser evidenciado no Projeto Morada Nova, realizado por Nelson Serra e Neves na década de 1970, numa experiência quase pioneira no Nordeste de participação e interferência do arquiteto no planejamento físico-rural nesta região. Já existira uma iniciativa como essa no Estado de Pernambuco, mas não obteve êxito. Conforme comentou Nelson Serra e Neves, no caso da proposta para Pernambuco, houve a fragmentação de populações em lotes agrícolas e lotes residenciais. Isto dificultou o desenvolvimento do projeto como o esperado.

No nosso projeto, tentamos rebater a idéia realizada em Pernambuco. Preferimos juntar os colonos em grupos habitacionais, com direito a escola, saúde, convivência comunitária e treinamento. Era mais coerente. Criamos, então, núcleos habitacionais. (Nelson Serra e Neves, em entrevista em novembro de 2007).

A arquitetura das casas do Projeto Morada Nova derivava da casa tradicional rural pequena, desenvolvida de varanda ou com apenas uma sacada na frente. Quanto aos materiais especificados no projeto, eram o tijolo, para as paredes, e as telhas de barro e madeiramento de carnaúba para a cobertura.

Como na casa tradicional o banheiro e a cozinha eram localizados na parte externa da casa, o arquiteto propôs para este novo projeto anexar o banheiro à casa, com acesso externo. Tal idéia possibilitaria a incorporação deste cômodo à edificação, em caso de ampliação da residência. Após a construção das casas, contudo, esta proposta não foi

¹⁸ Paulo Mendes da Rocha (1928-) é arquiteto brasileiro da geração de outros arquitetos como Vilanova Artigas.

assimilada pela maior parte dos moradores, os quais preferiram utilizar a área do banheiro como despensa ou depósito, e construir um novo ambiente de taipa, que servisse para a função. Isto revelou a forte resistência cultural dominante nas populações rurais.

Como verificado na entrevista com Neves, o Projeto Morada Nova não atendeu aos resultados esperados, a começar pelo projeto de irrigação, que apresentou problemas e provocou a salinização do solo. Diante desta situação, os colonos foram relocados para outras áreas. Posteriormente, os outros moradores que permaneceram modificaram suas residências com vistas a atender às suas novas necessidades.

Nelson Serra e Neves comentou também sobre seus projetos mais recentes, como um *resort* solicitado por clientes portugueses, localizado na Praia da Lagoinha, no município de Paraipaba. Com tipos diferentes de unidades residenciais, o arquiteto propõe espaços como varandas, utilizando o telhado aparente, com madeiramento de tesouras, e telhas de barro. Planos coloridos e formas inusitadas conferem certa ousadia ao projeto.

Das casas de Fortaleza construídas na década de 1970 quase nada existe. Elas deram lugar a empreendimentos de habitação multifamiliar, geralmente erguidos em edifícios verticais, os arranha-céus da cidade. O arquiteto e ex-professor do CAU-UFC, Marrocos Aragão, formado em 1962 pela Faculdade Nacional de Arquitetura e Urbanismo na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, é outra testemunha desta realidade, pois praticamente todas as residências por ele projetadas neste período já foram destruídas.

Para Aragão, a produção atual de edifícios verticais é caracterizada por certa mediocridade: “Os edifícios são sempre os mesmos; mesma plástica visual, mesmo padrão, não importa se estão localizados próximos à praia ou a áreas verdes”. Além disto, ressalta o arquiteto, houve uma desatenção para com os aspectos do conforto ambiental da edificação, como a captação eficiente de ventilação.

Aragão continua em plena atividade. Um dos seus trabalhos mais recentes, em fase de construção, é um projeto de um loteamento horizontal fechado alternativo que, segundo ele, contém princípios paradigmáticos para a cidade do futuro: desenho viário radial, jardins generosos, e espaços de convívio em família, com caramanchões e praças lineares, pois estas, na opinião do entrevistado, seriam mais adequadas do que as praças quadradas. Neste trabalho, o arquiteto propõe como diferencial a justaposição de residências unifamiliares e multifamiliares, em torres verticais, integradas com as funções urbanas

comércio, serviço, circulação e lazer. Esta proposta continua inserida na idéia de fechamento e isolamento dentro da cidade, como nos projetos para condomínios fechados convencionais. Aragão considera-se um constante pesquisador de soluções para melhorar a qualidade de vida da cidade. Sobre o condomínio fechado por ele idealizado, afirma: “Depois vamos quebrar os muros, para não viver na cidade medieval”.

5.4 Casas cearenses

Na opinião inicial de Furtado, entendida como uma arquitetura distinta de outras áreas do Nordeste, “não existe arquitetura cearense”. Segundo o arquiteto, há certas peculiaridades da arquitetura do Nordeste, como a varanda, que a diferencia de algum modo de outras regiões do país. “Talvez esta arquitetura cearense possa ser vista em casas de praia, mas na cidade, talvez nas Seis Bocas.” Conforme se percebe, o termo arquitetura cearense está sendo associado a espaços não urbanos, como o litoral.

Ponce de Leon considera como característica da casa cearense os pés-direitos altos, utilizados bastante em casas da década de 1940. “A antiga Casa do Governador expressa bem esta idéia, com grandes vãos e varandas”, como mostra a figura 32 a seguir. Mas a maioria destas casas foi destruída, inclusive uma projetada posteriormente por este arquiteto, lançando mão desta linguagem.



FIGURA 32 – Antiga Casa do Governador do Ceará, hoje Centro Cultural do Abolição.

Fonte: Vasconcelos, maio de 2008.

Já de acordo com Nícia Bormann, a adaptação é um aspecto fundamental a ser objetivado em um projeto arquitetônico. Segundo afirma, para cada situação existem condições peculiares como tipo de lote, vegetação, clima, insolação e material construtivo. Mediante uma postura de comprometimento com o lugar, a arquiteta acredita existir uma arquitetura residencial apropriada para o Ceará: “A casa cearense deve ter varanda de nascença, e deve conseguir captar ventilação.” Nícia Bormann, em seu próprio repertório projetual, contém exemplos que refletem seu modo de pensar uma arquitetura residencial para nosso Estado.

Na opinião de Marrocos Aragão, a casa no Ceará deve seguir orientações apropriadas para a região litorânea, como buscar uma visão de paisagem, e ao mesmo tempo introduzi-la nesta paisagem: “A casa, mesmo em áreas urbanas, deveria ter mais aproximação da natureza”. Outro aspecto importante ressaltado pelo arquiteto é que um afastamento generoso da casa em relação ao lote permite um tratamento da área intramuros com vegetação, o que melhora o conforto ambiental. Reconheceu também a importância da varanda como área coberta aberta, que funciona como anteparo à insolação. Enfim, como acrescentou, o arquiteto deve pesquisar estratégias com vistas a favorecer a ventilação natural e a exaustão, como o pé-direito alto.

Outra descrição das características de uma casa cearense é a de Nelson Serra e Neves: “A casa cearense tem grandes varandas, grandes beirais, telhas aparentes, materiais não industrializados”.

Mencionou-se, ainda, Paulo Cardoso segundo o qual o modo de viver cearense é expresso por suas condições climáticas.

A arquitetura do Ceará tem expressões simples – as casas de fazenda. A leitura que faço da casa é a leitura climática: uma casa aqui tem que ter insolação natural e ventilação natural. [...] Nossa identidade é indígena. [...] A casa cearense tem alpendre circundando toda a casa, o núcleo é a própria casa (tem os quartos). (Paulo Cardoso, em entrevista em novembro de 2007).

Consoante este arquiteto acrescenta, é possível encontrar casas que reflitam este modo de pensar em municípios próximos a Fortaleza: “Mostraria casas em Aquiraz, Maranguape e Aracati para um desconhecido interessado em conhecer a casa cearense”.

Apesar de não ter o tradicional telhado com telhas de barro, a casa de Cardoso contém materiais locais, como o tijolo cerâmico – conformando paredes e cobertura – e a ventilação e insolação naturais bem resolvidas, assunto mais detalhado no próximo capítulo.

Já José Liberal de Castro, assim como Furtado, considera que discutir sobre a casa cearense seria uma forma bastante generalizante de enquadrar o panorama residencial diversificado do Ceará. Estudar tipologias seria mais coerente.

Complementarmente às entrevistas com os especialistas, foram entrevistadas, também, pessoas do senso comum. Optou-se por pessoas idosas que tivessem vivido por pelo menos trinta anos na cidade de Fortaleza, e que tivessem conhecido outras localidades do Estado do Ceará. Todos responderam informalmente à seguinte pergunta: “Como você descreve a casa cearense?”

As entrevistadas logo começavam a descrever e contar um pouco sobre o seu modo de viver e a sua própria casa. Consoante percebeu-se, esta discussão sobre casa cearense não é compreendida pela população de leigos da mesma forma como o é pelos pesquisadores. Interessa, em particular, a opinião daqueles envolvidos intelectualmente com a cultura, história e arquitetura cearense. Ainda como percebeu-se, esta pergunta ou discussão não havia permeado o pensamento destas pessoas no decorrer de suas vidas. A visão de cada entrevistado sobre sua própria casa foi o mais importante ponto de vista desenvolvido por estas pessoas. Tal fato revela que o sentido de casa, para a população, está necessariamente vinculado com o seu modo de viver e sua visão de mundo.

As minhas casas são três casas conjugadas. Todas foram planejadas por mim mesma, não teve ninguém para orientar. A gente faz do jeito que dá certo, do jeito que o terreno comporta. Acho que cada um faz do seu jeito, sem nem seguir uma planta. O lugar que mais gosto é a área¹⁹. (Dona Rita, novembro de 2007).

As casas cearenses são um resultado da colonização, da arquitetura francesa, portuguesa. Atualmente, outras arquiteturas sempre influenciam. Minha casa é um estilo comum, tirado de outros estilos. Lá em Sobral era muito padronizado, e então começaram a copiar um modelo do outro. Não existe uma casa cearense. As casas são reflexos de nossa colonização. Os modernos são estudos dos arquitetos, que inteligentemente souberam aproveitar os modelos de fora e modificá-los, transformá-los. Não existe, deliberadamente, um modelo de casa cearense. (Jacira Pimentel Gomes, outubro de 2007).

As casas no Ceará são bastante simples, com tudo o que é essencial para a vida, como a que eu morava em Maranguape. Todas têm varanda. Agora estão tirando as varandas porque estão construindo apartamentos. (Dona Maria Alice, março de 2008).

Se é casa cearense, então tem que ser só do Ceará. As casas do Ceará podem ser encontradas em qualquer lugar do Brasil. No mundo que estamos vivendo, com uma variedade de residências, edifícios, acho complicado chamar isso de casa cearense. Talvez já tenha havido uma casa caracterizada como casa do Nordeste, antigamente. Mas isso é uma descendência portuguesa. Se nós formos para Portugal, encontraremos também estas casas. Não sei se podemos chamar isso de cearense. Houve a evolução. (Dona Maria Goretti, março de 2008).

Acho que não tem diferença do modo de morar no Ceará com o restante do Nordeste. Mas aqui todo mundo usa armadores de rede. Em Pernambuco e na Paraíba isso é mais difícil de ser encontrado. (Dona Senhorinha, maio de 2008)

¹⁹ Entende-se área como pequena varanda.

5.5 Um cenário crítico

A partir das descrições obtidas nas entrevistas e de outros aspectos observados na cidade de Fortaleza, podem ser delineadas algumas características e tendências do atual panorama da moradia, especificamente o caso da residência unifamiliar, na cidade de Fortaleza.

Primeiramente, verifica-se um contínuo e descontrolado processo de demolição das construções de residências unifamiliares, localizadas em áreas estratégicas e de interesse para a especulação imobiliária, como foi o caso dos bairros Aldeota e Meireles – na década de 1980 – e do Bairro de Fátima, na década de 1990. Estas residências geralmente ocupavam lotes generosos. Isto permitiu a implantação de novos tipos de edificações: o edifício comercial ou o edifício residencial multifamiliar. Ponce de Leon explica como isto aconteceu no Bairro da Aldeota:

O Shopping Center Um, há mais de 30 anos, permitiu a expansão do comércio, mas promoveu o início do esvaziamento de comércio e serviço do Centro da Cidade. O Bairro da Aldeota, formado de dunas, começou a crescer e ser ocupado por residências, com lotes de 20 x 50 metros. Houve épocas em que o bairro era totalmente desvalorizado. Hoje o bairro está praticamente todo verticalizado e foi todo levantado através do escambo: o empreendedor trocava o terreno por um apartamento construído. Não houve dinheiro vivo na negociação. É um verdadeiro pecado a legislação permitir a transformação de um bairro de residências horizontais, com áreas verdes, por edifícios verticais de apartamentos. E o governo que financiou tudo isto, já que muitos empreendimentos foram financiados pela Caixa Econômica. Porque o governo não dirigiu esta verba para a criação de novos bairros, com lotes e áreas mais adequadas para a verticalização? Mas não, nesta área, já servida de infra-estrutura urbana (esgoto, água etc.), resolveram levantar os edifícios (Ponce de Leon, em entrevista em dezembro de 2007).

A resposta para estes questionamentos de Ponce de Leon pode estar nas colocações de Rodrigues (1988, p.17): “No modo de produção capitalista, como é o caso do Brasil, a terra urbana e as edificações integram as mercadorias do sistema. A terra urbana, que nunca se desgasta, bem como as edificações, estes têm sido repositórios comuns e importantes da acumulação de riquezas.” Por ser a satisfação das necessidades das presentes e futuras gerações um requisito para o desenvolvimento sustentável, segundo o Relatório Brundtland, este critério está comprometido em suas proposições, no concernente ao tema desenvolvido na presente pesquisa.

Diversas discussões surgem a partir desta denotação. Dois aspectos, porém, merecem aprofundamento: o que isso representa na formação de ilhas de calor e para o conforto ambiental da cidade e como isso pode ter repercutido no modo de morar das pessoas que passaram por estas experiências.

O processo exemplificado por Ponce de Leon revela aspectos voltados para uma condição de insustentabilidade, pois há desperdício e geração de resíduos na demolição de

boas residências e grande impacto ambiental na construção de novos edifícios verticais. Tal geração transforma ou destrói a vegetação existente, impermeabiliza o solo e modifica o lençol freático, entre outros. Para o ambiente urbano, representa uma mudança na escala da cidade, por modificar a densidade populacional da área de implantação do empreendimento e provocar maior tráfego de veículos. É importante lembrar que estes bairros foram planejados inicialmente para o assentamento de unidades residenciais unifamiliares, na etapa de projeto, de loteamento, na configuração dos lotes, na legislação urbanística e na infra-estrutura urbana.

Como cada uma destas casas foi projetada individualmente para ser habitada de maneira duradoura por uma família, com suas necessidades e valores específicos, com as devidas atenções aos aspectos físicos do terreno, sejam eles relevo, orientação, vegetação – entre outros – ocorreram perdas quantitativas – conforto ambiental, desperdício de energia, água e mão-de-obra, trabalho, materiais de construção, insumos – e perdas qualitativas, representadas pela falta de respeito para com a história, memória e a cultura, aspectos ligados tanto ao ambiente da cidade quanto à família. Ilustrativamente, a figura a seguir mostra a verticalização na cidade de Fortaleza.



FIGURA 33 – Verticalização na cidade de Fortaleza, que revela a impessoalidade das edificações em relação aos seus moradores.

Fonte: Vasconcelos, maio de 2008.

Um aspecto essencial a ser abordado são os motivos que levam as famílias a procurarem, com pouco tempo de moradia, outras áreas da cidade para viver, contendo também novas tipologias habitacionais. Duas famílias relataram sobre este assunto. Segundo mencionaram a violência urbana e a insegurança pública são os principais fatores a influir na decisão por mudança. Conforme uma delas relatou que a primeira casa da família na cidade de Fortaleza – localizada na Avenida Santos Dumont, no Bairro da Aldeota – foi encomendada na década de 1970 a um arquiteto, que a projetou de acordo com seus anseios de “morar numa casa moderna”. Na década de 1980, a família passou a experimentar a insegurança, após diversos incidentes de roubos e furtos nas redondezas do bairro. Optaram por viver em um edifício de apartamentos – forma de morar “mais segura” – no Bairro do Meireles, de onde era possível vislumbrar o mar e a vegetação existente nos terrenos das residências do bairro. Atualmente, esta família – formada por três gerações (pais, filhos e netos) – decidiu mudar-se para um local “mais tranquilo” – já que neste bairro existe intenso tráfego de veículos, gerador de ruídos e situações problemáticas para pedestres. Enquanto o atual apartamento desta família está posto à venda, mudaram-se para o município do Eusébio, localizado a aproximadamente 30 quilômetros da cidade de Fortaleza, como novo local de morada, em um condomínio horizontal bastante arborizado.

A partir dos relatos ora citados, perceberam-se algumas evidências. Por exemplo: os arquitetos têm atualmente realizado menos trabalhos de residências individuais, em virtude de fatores como insegurança e violência, que ao ameaçarem a vida da população provocam desinteresse e resistência em relação a este tipo de moradia. Nos escritórios de arquitetura, a demanda por projetos arquitetônicos de condomínios residenciais horizontais fechados tem aumentado. Este novo tipo de moradia é uma alternativa para quem deseja morar em residências unifamiliares com segurança. No entanto, ao garantir segurança mediante muros altos e vigilância eletrônica para os condôminos, aumenta a insegurança extramuros. Portanto, é uma situação problemática e, ^{consequente} consequentemente, insustentável para o ambiente da cidade.

Diante desta nova realidade os profissionais da área se manifestam. O arquiteto-historiador José Liberal de Castro, por exemplo, constatou mudanças quanto à preocupação dos arquitetos sobre o conforto ambiental das casas:

Antes havia pesquisa de tecnologias novas, mas compatíveis e adequadas para nossa região. Antes, no ato de projetar a casa, havia pesquisa sobre a ventilação da casa, posição do sol, tudo para que ela fosse confortável. Hoje, não existe esta preocupação: tudo se climatiza com os aparelhos de ar condicionado. Estas máquinas só fazem retirar o ar quente de dentro e atirá-lo para o lado de fora. A cidade ficou quente. (José Liberal de Castro, em entrevista em dezembro de 2007).

Em entrevista concedida a esta pesquisa, José Liberal de Castro testemunhou a modificação climática por que a cidade passou, a começar pelo percurso por ele feito para ir da sua residência à Escola de Arquitetura. Também criticou a arquitetura ora adotada de residências multifamiliares, com o amplo e desregrado emprego do vidro, considerado por Castro incompatível com o clima do Estado.

No intuito de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade – O Estatuto das Cidades – traçou diretrizes e tem como primeira diretriz geral a “garantia do direito a **idades sustentáveis**, entendido como direito à terra urbana, à **moradia**, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”. Entretanto, como mostra a realidade, a cidade de Fortaleza, assim como as cidades brasileiras em geral, encontra-se em situação crítica, caracterizada por grande concentração de população nos centros urbanos, problemas habitacionais, crise ambiental, violência, desemprego, insegurança, crise de identidade, entre outros. A crise da casa engloba tanto o seu aspecto físico e material como o seu aspecto subjetivo, vinculado à formação do lar. Por entender a sustentabilidade como um paradigma a ser alcançado, a Agenda 21 indica como critério para uma vida urbana sustentável a superação da degradação física da cidade, invertendo a lógica em vigor, de lugar de consumo em consumo (usufruto) de lugar.” (NOVAES, 2000, p.78).

Embora esta situação crítica tenha se estabelecido na cidade de Fortaleza, é possível encontrar casas habitadas pelo mesmo morador há mais de vinte e cinco anos, a se impor como situação de resistência e sobrevivência tanto material como cultural.

6 O MEU LUGAR



Deve existir
Eu sei que deve existir
Algum lugar onde o amor
Possa viver a sua vida em paz
E esquecido de que existe o amor
Ser feliz, ser feliz, bem feliz
Vinicius de Moraes, Em Algum Lugar

Neste capítulo serão apresentados os elementos da pesquisa de campo, por meio da análise mais aprofundada de quatro residências unifamiliares habitadas. Ao mesmo tempo, se verificará a relação entre a arquitetura destas edificações e o modo de viver dos seus moradores, de forma integrada às discussões teóricas dos capítulos anteriores, assim como as questões levantadas pelos especialistas. Esta etapa utiliza-se da experiência direta e íntima – do morador – e indireta e conceitual –, do pesquisador.

6.1 Unidade 1: Casa remanescente

Localizada na Avenida Visconde do Rio Branco, próxima à Rua Pinho Pessoa, como mostra a figura 34, esta residência compartilha de características comuns a muitas outras edificações da época na cidade, como uma estreita relação com a rua – pois não possui muros frontais e alinha-se fisicamente ao passeio²⁰ – e escalas urbanas semelhantes, de um ou dois pavimentos. Entretanto, a casa em análise destaca-se visualmente na paisagem da rua, por diversos aspectos.



FIGURA 34 – Fotografia aérea da quadra de localização da Unidade 1.

Fonte: Disponível em: <<http://www.googleearth.com>>. Acesso em: 24 fev. 2008.

Vários fatores contribuem, pois, para a notabilidade desta casa. Contudo, os principais são seus elementos construtivos e decorativos mantidos inalterados, originários do

²⁰ Passeio: calçada. (FERREIRA, 1986).

chamado ecletismo arquitetônico, expressos pela cornija²¹ na platibanda, balcões de ferro (fig. 36) e vidro colorido nas janelas, entre outros. Enquanto outras residências modificaram suas fachadas, ora aplicando novos revestimentos como a cerâmica e o azulejo, ora introduzindo gradis nas janelas e portas que abrem diretamente para a rua, esta mantém seus aspectos originais. Além disso, algumas edificações foram adaptadas para servir a outras funções, como comércio e serviço.

Conserva também, ao lado da porta de entrada, uma pequena placa metálica com a indicação “Dr. Aldenor Paiva, Advogado”, a indicar a profissão e o possível local de trabalho do proprietário, já falecido. Certamente, esta placa, ao reforçar nominalmente o proprietário e o seu trabalho específico, era uma forma de identificação familiar e social, sobretudo quando o proprietário era vivo e exercia a profissão. Encontrou-se, ao longo da via, outra casa também existe uma placa metálica com a inscrição “Dr. José Monteiro Advogado”, o que revela a conservação, nessa rua, de padrões de comunicação visual do início do século. Como se sabe, na primeira metade do século XX, era comum trabalho e habitação ocuparem a mesma edificação.

Na atualidade, esta placa, ainda presente na fachada da residência em análise, mantém viva a identidade da família que morou na casa. Dona Odete, a atual moradora, uma senhora idosa e bastante lúcida, afirmou estar vivendo nesta casa desde 1946, logo após seu casamento. Neste período, a casa pertencia a seus sogros, que nela também residiam, desde 1941. Segundo esta moradora, a casa teria sido comprada, pelos pais do seu marido, a uma pessoa desconhecida.

Não foi possível precisar a data de construção desta residência. Contudo, segundo José Liberal de Castro, em entrevista em abril de 2008, ela pode ter sido edificada entre 1890 e 1910. Portanto, configura-se como uma residência de transição entre o século XIX e o século XX.

Outro dado a ser relatado sobre o seu aspecto diferenciado é que esta casa ocupa um terreno de extensões maiores (formado por dois lotes) em relação aos outros lotes da via, orientado para o leste, ou seja, do lado da sombra, uma situação privilegiada. Isto possibilitou ser ela dotada de maior quantidade de aberturas diretas para a via do que as demais residências, o que confere uma relativa monumentalidade à edificação no contexto da Avenida Visconde do Rio Branco. Na figura 35 a seguir, expõe-se uma vista geral desta avenida.

²¹ Cornija: Molduras sobrepostas que formam saliências na parte superior da parede. (FERREIRA, 1986).



FIGURA 35 – Vista geral da Avenida Visconde do Rio Branco.

Fonte: Vasconcelos, setembro de 2007.

Na mencionada unidade, a porta de entrada ocupa posição central na fachada da casa. Mais quatro janelas são distribuídas simetricamente em relação ao eixo dessa porta, conformando uma fachada principal de cinco aberturas. Existem, ainda, alpendre e jardim lateral, que também funcionam como entrada opcional para o interior da casa, como mostra a figura 36 a seguir.



FIGURA 36 – Fachada da Unidade 1 e detalhe de balcão de ferro (direita).

Fonte: Vasconcelos, setembro de 2007.

Ao vivenciar e presenciar as modificações ocorridas na rua e no Bairro do Centro, Dona Odete, a proprietária demonstrou grande familiaridade com esta região da cidade. As transformações do Bairro do Centro e, conseqüentemente, da cidade de Fortaleza foram acompanhados pela moradora, que comentou sobre o bonde que passava em frente à casa. Como é notório, a Avenida Visconde do Rio Branco é ainda uma das principais vias de penetração regional mais antigas da cidade, de onde a primeira linha do bonde ligava-se em

direção a Messejana. O trecho da via ocupado pela residência em discussão constituía-se como extensão periférica do Centro, sendo possivelmente uma área de fazendas e vacarias que tinha relação com o rio Aguanambi²². Hoje a avenida encontra-se asfaltada, e serve como fluxo direto dos bairros do sul para o Centro da Cidade. Na figura 37 a seguir, mostra-se o jardim lateral da casa.



FIGURA 37 – Jardim lateral da casa na Unidade 1, visto da rua (foto esquerda) e vista do portão de entrada.

Fonte: Vasconcelos, setembro de 2007.

Esta casa pode ser classificada como uma variação da “casa de porão alto” (REIS FILHO, 2002) com jardim lateral, um tipo de residência representativo da transição entre os sobrados e as casas térreas. Possui um pavimento semi-enterrado, o porão, que possibilita o piso da casa se elevar em relação ao passeio. O jardim lateral, inovação residencial do século XIX, permitiu a abertura da edificação para uma das laterais da casa, enquanto a outra lateral continuava contígua à edificação vizinha. José Liberal de Castro classifica esta residência como híbrida, pois ela apresenta aspectos das residências coloniais urbanas (fachadas e organização interna da planta) e rurais (alpendre e generosa área de quintal).

Esta tipologia surgiu no Brasil em meados do século XIX, quando da integração do país no mercado mundial, com a Abertura dos Portos em 1808, ao possibilitar a importação de equipamentos que, mesmo mantendo os padrões tradicionais de construção, imprimiam novas aparências às edificações, com o emprego de platibandas, destinadas a esconder os beirais, pelo uso do vidro colorido ou comum, bandeiras nas portas e balcões de ferro nas fachadas. (REIS FILHO, 2002).

²² Informação do professor José Liberal de Castro, em abril de 2008.

Nesta casa, a área do quintal possui vegetação arbórea dispersa, inclusive com espécies frutíferas – como bananeira, cirigüeleira, goiabeira e sapotizeira – sendo também utilizada para estender roupas em varais. O piso do quintal é de terra natural. Estas características conferem a este ambiente aspecto de chácaras ou fazendas encontradas no interior do Estado do Ceará.

Quanto ao sistema técnico-construtivo da casa, é semelhante àqueles empregados no Nordeste até o início do século XX: paredes estruturais de tijolo, coberta com madeiramento de carnaúba e telhas aparentes de barro e esquadrias de madeira com sistemas de aberturas diferenciados.

A cobertura dos alpendres e do banheiro social é composta de telhas de barro tipo francesa, enquanto as demais telhas de cobertura são de barro do tipo capa-canal. Nos ambientes onde não existem aberturas diretas para o exterior, a iluminação natural dá-se pelo telhado, com a substituição de uma ou duas telhas de barro por telhas de vidro.

Em alguns ambientes, existe forro de madeira, como o quarto de casal e o quarto 2, antes ocupado pelo filho da moradora entrevistada. Este forro contém no centro um retângulo treliçado, que permite a passagem exaustão do ar quente e a passagem de iluminação natural zenital²³. Nos demais ambientes apenas o telhado os recobre. Na figura 38 a seguir podem ser vistos os dormitórios do filho e o forro com detalhe em treliça.



FIGURA 38 – Dormitório do filho (à esquerda) e detalhe do forro com treliça (à direita).

Fonte: Vasconcelos, setembro de 2007.

²³ Iluminação proveniente do céu através de um elemento de abertura disposto na coberta e/ou no forro (explicação da autora).

Em relação ao piso da casa, nas áreas sociais e no banheiro principal é usado o mosaico, mantido em suas características originais. Nos quartos é a madeira, em tábua corrida. Para melhorar a acústica, o piso do gabinete recebeu revestimento de carpete. Como o marido da moradora gostava de música, ele costumava realizar gravações nesse recinto.

Ao ser indagada sobre os materiais da casa, a moradora afirmou considerá-los “de muito boa qualidade”, pois eles se conservam desde quando esta senhora chegou à casa, em 1946. Neste período, a cor das paredes era o azul-claro, com exceção do gabinete, que até hoje mantém a pintura original, aplicada na cor verde-claro, com técnica de estêncil²⁴ em desenhos com motivos florais.

Para a manutenção das cores das paredes periodicamente estas são pintadas. Observa-se a utilização de diversas cores no interior da casa: verde-claro para os quartos da frente, bege e marrom para a sala de estar, amarelo-claro nos quartos dos fundos e branco nos banheiros.

Quanto a outras modificações, a moradora explicou que o antigo portão lateral da casa, de gradil de ferro, foi aumentado de tamanho para possibilitar a entrada de automóvel. Certamente, a garagem, uma área coberta no jardim lateral, foi construída a *posteriori*. A moradora também relatou uma alteração realizada na cozinha, que foi subdividida para comportar uma despensa. Também foram retiradas as folhas das portas que interligam o seu quarto ao gabinete. Na figura 39 a seguir consta a planta baixa da Unidade 1.

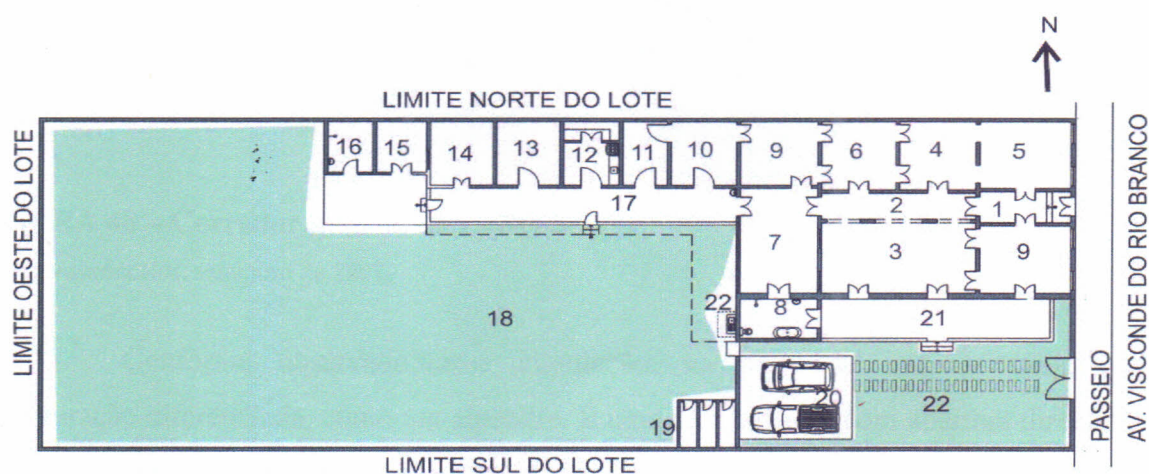


FIGURA 39 – Planta baixa da Unidade 1, compreendendo o lote.

1. Vestíbulo; 2. corredor interno; 3. sala de jantar/visitas; 4. dormitório 1; 5. gabinete; 6. dormitório 2; 7. copa; 8. banheiro; 9. dormitórios 3 e 4; 10. dormitório 5; 11. depósito; 12. cozinha; 13. dormitório 6; 14. depósito; 15. depósito; 16. banheiro; 17. alpendre; 18. quintal; 19. canil; 20. garagem; 21. varanda; 22. jardim lateral.

Fonte: Vasconcelos, setembro de 2007.

²⁴ Estêncil: Folha de papel recoberta por substância gelatinosa e gravada ou perfurada por estilete ou por máquina datilográfica, de jeito que, quando passa entre um rolo de tinta e uma folha de papel em braço, esta reproduz fielmente as letras ou desenhos traçados. (FERREIRA, 1986).

Ao se analisar a planta baixa desta residência, pode-se perceber, inicialmente, a compartimentação rígida dos espaços, definidos por paredes e interligados por portas. Um corredor central contínuo (fig. 40), que se inicia na porta principal e termina nos fundos da casa, possibilita o acesso aos ambientes da casa, ora localizados à esquerda – como as salas – ora à direita, como os quartos e os ambientes de serviço, como a cozinha, depósitos e quartos dos funcionários.



FIGURA 40 – Corredor interno da Unidade 1.

Fonte: Vasconcelos, setembro de 2007.

Conforme observado, esta circulação, na parte de trás da casa, possui configuração diferenciada, como um alpendre. É uma área coberta, com abertura direta para o quintal. Isto favorece o convívio dos funcionários e permite que, além de local de passagem, este ambiente possa servir como espaço de relativa permanência. Objetos como geladeira, máquina de costura, jarros de plantas, cadeiras e mesa foram dispostos ao longo deste corredor, como mostra a figura a seguir.



FIGURA 41 – Alpendre da Unidade 1.

Fonte: Albuquerque, setembro de 2007.

A moradora falou também sobre seu dormitório, assim visualizado na figura 42 a seguir.



FIGURA 42 – Dormitório 1, utilizado pela moradora.

Fonte: Vasconcelos, setembro de 2007.

De acordo com o verificado, ao delimitar espacialmente as atividades e funções realizadas no interior da casa, a circulação central acaba por definir socialmente o espaço. Os ambientes mais próximos à Rua Visconde do Rio Branco são aqueles mais ligados à família e seus membros, como as salas de estar e jantar, o gabinete e o quarto do casal. Estes espaços

contêm os pertences mais valiosos e objetos – como quadros, relógio de parede, imagens, porta-retratos, livros, aparelho de rádio e móveis – que remetem à memória familiar. Representam também a possibilidade de mostrar a história da família, da forma por ela desejada, para herdeiros, visitas e pessoas de convívio extrafamiliar.

Neste contexto, importa destacar o gabinete, utilizado sobretudo pelo proprietário já falecido. Atualmente, este ambiente se mantém praticamente intacto, com estantes, livros, discos de vinil, sofá, ventilador dos anos 1980, fotografias, troféus, bustos e lustres, além de um computador. A memória do proprietário continua viva apesar da sua morte, de modo que é neste ambiente onde se pode revelar sua identidade, que se renova na família, possibilitado pela forma cuidadosa como a moradora trata este ambiente. Na figura 43 a seguir, pode-se ver o escritório.



FIGURA 43 – Gabinete da Unidade 1, antigo escritório do proprietário da casa.

Fonte: Vasconcelos, setembro de 2007.

Como mencionou a proprietária, a mesa da sala de jantar pertencia à avó do dono da casa. Já a penteadeira do quarto de casal era utilizada pela avó paterna da moradora entrevistada, que até hoje mantém outros objetos antigos neste móvel, como uma bacia e uma jarra de prata. Localizado nesse mesmo ambiente, o armário para guardar roupas é proveniente do ano de 1919, segundo a moradora, e montado pelo de sistema de encaixe, ou seja, “sem prego e sem parafusos”. Quanto à cama, esta pertencia à sogra da proprietária, que também viveu na casa. Na figura 44 a seguir, constam detalhes das salas de visitas e jantar da Unidade 1.



FIGURA 44 – Sala de visitas e jantar da Unidade 1.

Fonte: Vasconcelos, setembro de 2007.

Ambiente marcado pela formalidade, a sala de jantar recebe iluminação e ventilação naturais provenientes da varanda, bastante utilizada pela moradora e sua família. A varanda é o local de conversas informais, de lazer e de descanso nas redes de dormir, como mostra a figura 45 a seguir.



FIGURA 45 – Varanda da Unidade 1.

Fonte: Albuquerque, setembro de 2007.

Contudo, a sala de jantar praticamente não é utilizada cotidianamente. Apenas em ocasiões especiais, como datas de aniversários ou outros eventos comemorativos este ambiente é utilizado. Serve, no dia-a-dia, como local de passagem para a varanda. É, portanto, um espaço de apropriação muito mais visual do que física. Esta condição reforça as contestações dos arquitetos entrevistados, em particular, Nícia Bormann e Roberto Castelo,

sobre a real função da sala de visitas, explicitada pelos seus primeiros clientes, que se justifica pela importância cultural deste ambiente.

Considerado o coração da casa, o principal ambiente de convívio familiar é a copa (fig. 46), que possui aberturas para o quintal. No período de julho a setembro, esta área torna-se bastante agradável, segundo a moradora. É nela onde são feitas as refeições da casa e onde se assiste à televisão em família. Ainda conforme a moradora relatou, nos finais de semana costuma receber seus filhos e netos para o almoço, realizado neste ambiente. Em outro período, costumava haver no espaço citado uma mesa de pingue-pongue.



FIGURA 46 – Copa da Unidade 1.

Fonte: Vasconcelos, setembro de 2007.

Diferentemente da sala de jantar, a copa possui um arranjo espacial informal, verificado pela existência concomitante de utensílios domésticos adquiridos recentemente – aparelho de microondas, geladeira, *freezer*, televisão – e mobiliário antigo – mesa de jantar, poltronas e cristaleiras. É um ambiente desorganizado do ponto de vista projetual, mas apresenta-se agradável pelo visual para a vegetação e a área livre do quintal (fig. 47). Conforme observado, a televisão e as poltronas ocupam exatamente o espaço que, em planta, seria a continuação do corredor. Portanto, a copa é um espaço de transição entre a parte da frente da casa e os fundos, e divide também a apropriação do espaço do corredor. De acordo com o percebido a maior parte do dia é vivida nas áreas informais da residência: copa, alpendre e quintal.



FIGURA 47 – Vistas do quintal da Unidade 1.

Fonte: Albuquerque, setembro de 2007.

Apesar do tamanho da casa, nela existem apenas dois banheiros. Destas, um é utilizado pela família e o outro, localizado na área externa da casa, é de uso dos empregados. O banheiro da família é acessado de duas formas: pela varanda da frente ou pela copa. Enquanto o acesso pela varanda é, especificamente para visitas, o da copa é para os familiares. No banheiro da família são encontrados equipamentos remanescentes de outros períodos, como a banheira de louça e o lavatório em coluna, como mostra figura 48 a seguir.



FIGURA 48 – Banheiro interno da Unidade 1.

Fonte: Vasconcelos, setembro de 2007.

Cinco pessoas moram na casa de modo permanente: a dona da casa, seu neto e três empregados domésticos. Eventualmente, outros familiares são hospedados por pouco

tempo. Como observado, a moradora mantém uma relação de relativa proximidade e dependência com os empregados, que vivem e trabalham na residência há bastante tempo. São eles os responsáveis pelo preparo das refeições, pela limpeza da casa, pela lavagem de roupas e pela manutenção das plantas. Quanto ao lixo doméstico, é armazenado em sacos plásticos, sem pré-seleção, e posto na rua para ser recolhido pelo serviço público de limpeza urbana.

Durante todo o dia, até as 18:00 horas, pode-se avistar, do alpendre de trás, a chegada de qualquer pessoa na porta da frente, em virtude da continuidade visual do corredor central, e as janelas de frente para a rua permanecem abertas. Costuma haver pessoas conversando no degrau externo da casa, no período da tarde, mas isto não intimida nem amedronta a moradora. Um cão, animal de estimação, auxilia na identificação de presenças nas janelas da casa, e, ao mesmo tempo, é uma companhia para esta moradora. Ainda conforme observado, apesar da possibilidade de invasão de privacidade, mediante olhares de transeuntes que caminham na Avenida Visconde do Rio Branco, esta senhora não reclama. Pelo contrário, eles passaram a fazer parte do seu modo de morar: “Me habituei a viver aqui e gosto”.

Esta residência consolidou-se como elemento integrante da via, da sua paisagem e da vizinhança. Os moradores vizinhos mantêm respeito para com esta casa e sua moradora.

Percebeu-se como um aspecto marcante desta casa uma forte relação de afeição da moradora com a história da casa, que se confunde com sua própria história de vida, e de amor, pois Dona Odete habita este lugar desde seu casamento. Mencionada residência abrigou gerações ascendentes (sogros) e descendentes (filhos e netos). A manutenção da casa é resultado de permanente zelo por todos os seus aspectos materiais e imateriais, ligados aos valores, princípios e à história da família.

Na entrevista, realizada em setembro de 2007, a moradora explicou que seus filhos, como herdeiros da casa, poderão futuramente vendê-la. Se tal realmente acontecer, é possível vislumbrar como seria a reação dos moradores vizinhos, de transeuntes, ou mesmo de profissionais ligados a cultura e ao meio ambiente, os quais certamente considerarão as condições para a preservação desta residência, consolidada como lugar de quem habita na casa e de quem a visualiza cotidianamente.

6.2 Unidade 2: A rua como extensão da casa

Situada no Bairro Jacarecanga, mais precisamente na Avenida Francisco Sá, esta residência possui a peculiaridade de localizar-se em uma conformação de pequena vila, acessada por uma via local perpendicular à rua principal. Enquanto ao longo da Avenida Francisco Sá há o uso concomitante de comércio, serviços, unidades de habitação unifamiliares e multifamiliares e instituições, a vila em discussão abriga eminentemente residências unifamiliares, com gabaritos e soluções estéticas semelhantes. Nas figuras 49 e 50 a seguir, constam a quadra de localização desta unidade e a conformação do seu lote.



FIGURA 49 – Quadra de localização da Unidade 2.

Fonte: Disponível em: <<http://www.googleearth.com>>. Acesso em: 24 fev. 2008.

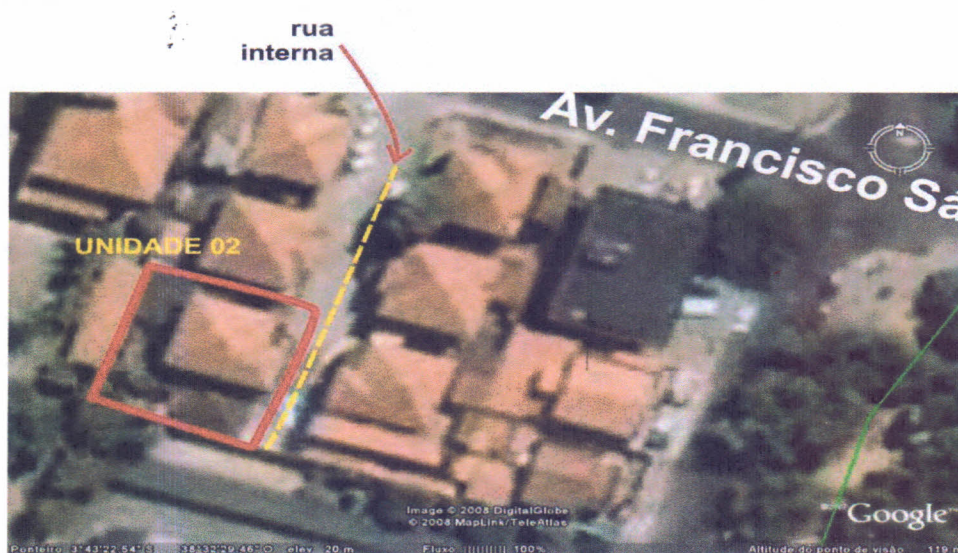


FIGURA 50 – Conformação do lote da Unidade 2.

Fonte: Disponível em: <<http://www.googleearth.com>>. Acesso em: 24 fev. 2008.

Como mostra a figura 50 acima, as residências possuem afastamentos laterais. Este fato que possibilita a existência de aberturas para o exterior, em todas as fachadas. São formadas por dois pavimentos (térreo e superior) e são destituídas de muros altos frontais; quando muito, há apenas muretas, como na primeira casa da vila, ou gradis, como a casa da presente análise. Estes aspectos contribuem para conferir à rua local – ou “ruela” – certa intimidade, tranqüilidade e senso de comunidade. Entretanto, esta condição está ameaçada pela existência de um edifício de apartamentos de doze pavimentos no lote vizinho à vila. Conforme se sabe, o Bairro de Jacarecanga, que a partir de 1915 começou a adquirir um caráter residencial unifamiliar pela evasão da elite fortalezense do Centro à procura de áreas mais tranqüilas, hoje se encontra em processo de verticalização.

Segundo observado, nem todas as unidades residenciais da vila apresentam o mesmo nível de manutenção, algumas já estão até descaracterizadas. Sob este ponto de vista, a casa escolhida para esta análise é a unidade que se encontra, em melhores condições. Tal aspecto reforçou o interesse da pesquisadora para aprofundar a verificação. A figura 51 a seguir ilustra visualmente aspectos desta unidade.



FIGURA 51 – Vista da rua interna da Unidade 2 (esquerda) e fachada da Unidade 2 (direita).

Fonte: Vasconcelos, setembro de 2007.

Segundo comentou o morador em entrevista à autora em setembro de 2007, este conjunto residencial pertencia aos herdeiros de Pedro Philomeno Ferreira Gomes, dono da antiga fábrica de tecidos São José, no bairro Jacarecanga.

Este conjunto residencial (fig. 52) foi idealizado com base em uma perspectiva empresarial. Enquanto as residências unifamiliares, de modo geral, são planejadas e construídas uma a uma, e atendem a necessidades particulares dos seus moradores específicos, o projeto idealizado por Pedro Philomeno Gomes – dentro de uma visão capitalista – engloba um conceito mais amplo, objetivo e coletivizado da casa, de modo à atender versatilmente as necessidades de abrigo de qualquer família em condições de alugar o imóvel.



FIGURA 52 – Fotografia de vila no Bairro de Jacarecanga, tirada em 1979.

Fonte: Sousa, 1979.

Quanto à data de construção da casa, o morador não soube precisar, mas, consoante afirmou, a caixa d'água possui a inscrição "1943"; esta é a possível data de edificação. Ainda como o morador afirmou, em 1968, quando começou a viver na casa, apenas através de aluguel era possível morar neste conjunto residencial, na condição de inquilino. Conforme se sabe, o aluguel passou a ser uma nova forma de obtenção de renda a partir do início do século XX nos grandes centros urbanos.

As dificuldades enfrentadas pela agricultura, com suas crises periódicas, a ausência de formas evoluídas de capitalismo e o crescimento ininterrupto da população dos maiores centros fariam com que as propriedades imobiliárias fossem um dos modos mais eficazes de aplicação financeira; para os grandes investidores, a vantagem seria a renda dos aluguéis de casas para a classe média. [...] Aqueles anos assistiram à multiplicação dos conjuntos de casas econômicas de tipo médio, repetindo, o quanto possível, as aparências das residências mais ricas, dentro das limitações e modéstia de recursos de sua classe. (REIS FILHO, 2002, p.66).

Posteriormente, foi permitida aos inquilinos a compra das suas próprias casas, a exemplo do ocorrido com o proprietário da unidade em discussão. Ele comentou orgulhosamente este episódio, em virtude de se identificar com a casa. Contudo, ainda hoje existem unidades residenciais alugadas nesta vila.

Quanto ao sistema técnico construtivo desta residência, é composto de estrutura de concreto, paredes de tijolo e cobertura de concreto e telhas de barro aparentes. O reboco, a pintura e a própria laje do último pavimento camuflam estes materiais, e lhes dão aparência semelhante.

Esta casa contém elementos da arquitetura eclética, mais precisamente *art déco*²⁵, como balcões²⁶ arredondados, óculos²⁷ e frisos em relevo, na cor branca, em contraste com o tom cinza das paredes externas. Como observado, o proprietário mantém a composição original da fachada, nas cores cinza e branco.

Por ser uma residência unifamiliar isolada no lote, possui duas áreas laterais descobertas: uma que dá acesso aos pedestres até os fundos do terreno e outra, de acesso a veículos. Já o interior da casa é alcançado pela porta de entrada, antecedida por uma área coberta, ou varanda.

A existência de dois pavimentos permite a divisão vertical dos espaços internos da casa segundo as funções desempenhadas e os usuários. Enquanto no pavimento superior estão as áreas mais íntimas e privativas da família (dormitórios e banheiros), no pavimento térreo encontram-se os principais ambientes de convívio familiar ou extrafamiliar, os cômodos de serviços, além de dormitórios para os empregados.

Ao se analisar as plantas baixas da residência (fig. 53), verifica-se a existência de um corredor interno central em ambas as situações. No pavimento térreo, esta circulação liga-se à sala de visitas, à sala de jantar, à copa, ao banheiro social e à escada de acesso ao pavimento superior. Neste último, a circulação permite acesso a dois dormitórios, a um banheiro, a um pequeno corredor interno e à escada.

²⁵ *Art déco*: movimento artístico europeu da década de 1920, que chegou tardiamente ao Nordeste do Brasil, menos por seu aspecto conceitual do que por sua proposta formal e estilística.

²⁶ Balcão: varanda ou sacada. (FERREIRA, 1986).

²⁷ Óculos: janelas circulares.

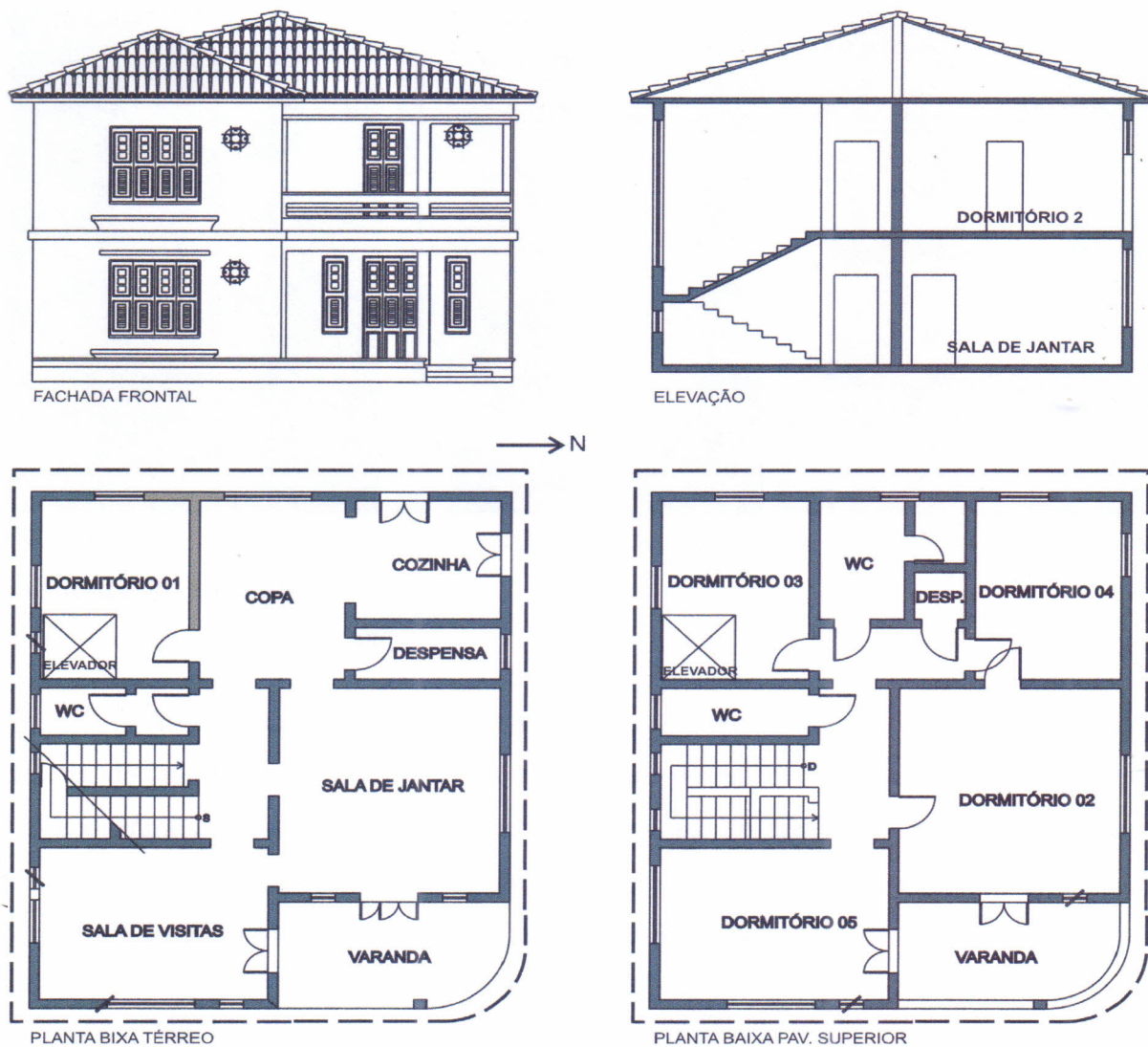


FIGURA 53 – Desenhos arquitetônicos da Unidade 2.

Fonte: Lucena, 1991.

Ao se analisar esta Unidade, percebe-se alguma semelhança em relação à Unidade 1, analisada anteriormente, quando se trata da forma de utilização dos espaços, por exemplo, das salas. A sala de estar é separada da sala de jantar, e há apenas uma porta de ligação entre ambas. Estes ambientes (fig. 54) situam-se na fachada da frente da casa, e possuem aberturas para o leste nascente, chamado o lado da sombra. Apesar desta localização privilegiada, são ambientes pouco utilizados, servem apenas para receber visitas ou para acontecimentos especiais. Mantêm-se sempre organizados e decorados, conforme o gosto da família, com cortinas, almofadas, quadros e adornos de cristal. No teto destas salas vêm-se molduras de gesso, procedentes do período em que o atual proprietário começou a morar na casa, assim como os lustres. Diferentemente da Unidade 1, os objetos encontrados nas salas da Unidade 2 não apresentaram a mesma importância afetiva e histórica para a família.



FIGURA 54 – Sala de visitas (esquerda), portas de ligação (centro) e sala de jantar (esquerda) da Unidade 2.

Fonte: Vasconcelos, setembro de 2007.

Assim como acontece na Unidade 1, a copa, localizada na parte de trás da casa – ou seja, do lado poente – assume a função cotidiana de refeições. Entretanto, este ambiente não concentra outras atividades de convívio, como na Unidade 1. Alguns fatores podem justificar esta condição, como o conforto térmico e visual deste cômodo. Próxima à cozinha, à despensa e ao dormitório da funcionária, a copa insere-se no espaço destinado às funções de serviço. Não possui abertura direta para o quintal, apenas uma janela. Nesta área existe também um *freezer*. Consoante observou-se, este equipamento, comprado recentemente, não coube no espaço da cozinha. A figura 55 a seguir ilustra estas informações.



FIGURA 55 – Copa e despensa (esquerda), cozinha (centro) e área de serviço (direita) da Unidade 2.

Fonte: Vasconcelos, setembro de 2007.

No referente à localização da cozinha, esta possui ligação direta com a copa, de modo que, quando a família está à mesa, é possível visualizar o preparo dos alimentos, a lavagem de louças e outras atividades próprias deste espaço. Esta situação é bastante distinta daquela encontrada na Unidade 1, pois demonstra a inserção da cozinha no espaço interno da casa e no cotidiano da família. Consoante se percebeu, a cozinha é um espaço utilizado pela própria família, aspecto não identificado na Unidade. Esta mesma relação acontece quanto à despensa de alimentos, um cômodo interno da casa.

A cozinha possui duas portas: uma de entrada pela lateral da casa, e outra, de acesso aos fundos do lote. Este último constitui-se de dois espaços: uma parte coberta, na qual se localizam a dependência de empregados e a área de serviços; e outra parte descoberta, ao ar livre, usada para estender as roupas e para lazer. Quanto ao piso do quintal, é composto de blocos de cimento na área mais próxima da casa. Já na lateral sul, este é de solo natural, com vegetação. Conforme se verificou, possivelmente o piso de blocos foi aplicado posteriormente, o que pode ter diminuído a quantidade de vegetação existente no quintal e conseqüentemente, intensificado o calor do lado poente da casa. Na figura 56 a seguir, constam detalhes do quintal desta Unidade.



FIGURA 56 – Quintal da Unidade 2.

Fonte: Vasconcelos, setembro de 2007.

Dos diversos compartimentos os locais de convívio, conversas e lazer da família são as duas varandas localizadas respectivamente, no pavimento térreo e no superior (fig. 57). Consideradas bastante agradáveis do ponto de vista climático e visual, favorecem a entrada de ventilação pelo lado nascente e possibilitam a visualização da rua interna da vila. A varanda do pavimento térreo é utilizada pelos moradores e funciona também para acolher visitas. Já a

varanda do pavimento superior possui uma dimensão espacial intimista, reservada apenas para os moradores da casa, e, mais especificamente, os usuários dos quartos mais próximos.



FIGURA 57 – Dormitório e respectiva varanda da Unidade 2.

Fonte: Vasconcelos, setembro de 2007.

Nas esquadrias da residência, ainda, originais, de madeira de lei, está o cedro²⁸. Nas portas internas do pavimento térreo existem bandeirolas, com desenhos geométricos, que permitem a entrada de luz e a circulação de ar. Algumas paredes possuem aberturas superiores, conformando retângulos, com estas mesmas funções. Conforme percebe-se, todos os ambientes possuem aberturas para o exterior, quer através de janelas retangulares quer circulares, denominadas óculos.

Comparativamente à Unidade 1, observou-se a existência de uma maior quantidade de banheiros e usos mais específicos para este ambiente. Por exemplo, o banheiro do pavimento térreo é utilizado especialmente pelas visitas. Há também um banheiro anexo à casa, nos fundos dos lotes, para o uso dos empregados. No pavimento superior, dois banheiros servem aos quatro dormitórios existentes.

Em 1991, algumas modificações e reformas foram realizadas nesta residência²⁹. O piso original, de madeira em tacos, foi substituído por cerâmica, por ter sido considerado danificado. Todos os banheiros foram reformados, e receberam revestimento cerâmico. Antes havia uma banheira, mas foi retirada. Construiu-se uma área de serviço ligada à cozinha, com tanque e máquina de lavar roupa, também com revestimento de cerâmica.

²⁸ Informação fornecida pelo proprietário, em setembro de 2007.

²⁹ Idem

Por medida de precaução, a estrutura da cobertura foi reforçada, com a utilização de “cachorros” nos beirais. Segundo disse o proprietário, ele temia que a laje de concreto não fosse segura para suportar o peso do beiral.

Com a reforma mencionada, na área dos dormitórios, foram fechadas as comunicações internas entre os ambientes. Inicialmente os quartos possuíam portas de ligação entre si, resquício de uma forma de morar e construir do período colonial, como na Unidade 1, já analisada. O proprietário preferiu uma entrada independente para cada quarto, apenas pela circulação. Este fato insere-se no contexto mais recente de individualização, independência e privacidade dos espaços internos da casa, e, conseqüentemente, dos seus usuários.

Entre outras modificações, houve a substituição das originais instalações elétricas e hidráulicas, consideradas inseguras pelo proprietário: “Naquela época se usavam canos de ferro” (proprietário da unidade 02, em entrevista em setembro de 2007).

Uma intervenção peculiar verificou-se no interior da casa: a instalação de um elevador. Por motivos de saúde, a esposa do morador ficara impossibilitada de movimentar-se. Diante disto, foi preciso adaptar a edificação para acomodar a máquina. Com esta finalidade, parte do dormitório da funcionária foi utilizada. Como observado, este dormitório está inserido no interior da casa, e a empregada é considerada um membro da família. Na figura 58 a seguir pode ser visto o dormitório térreo com o elevador.



FIGURA 58 – Dormitório do pavimento térreo com elevador (direita).

Fonte: Vasconcelos, setembro de 2007.

Por conta da privacidade e, principalmente, da segurança, foram colocados gradis na área externa da casa. O proprietário considerava a casa “muito devassada” e, segundo ele, quando alguém tocava a campainha, já “estava praticamente dentro de casa”.

Na casa moram, permanentemente, quatro pessoas: o dono da casa, sua esposa, sua cunhada e a empregada doméstica. Considera-se mais ventilada a face leste – nascente, mas, para o proprietário, a casa é bastante confortável de um modo geral. Observa-se que existem muitas aberturas, inclusive os óculos servem como exaustão de ar, e possibilitam tanto sua circulação como a iluminação natural, como mostra a figura 59 a seguir.



FIGURA 59 – Aberturas da Unidade 2: aberturas internas (esquerda), óculos (direita superior) e janelas retangulares com gradis (direita inferior).

Fonte: Vasconcelos, setembro de 2007.

O morador está satisfeito com a morada e percebe-se certo orgulho de possuir aquele bem, conservado e mantido há quarenta anos. Como, inicialmente, ele era morador inquilino desta residência, a aquisição desta casa – em momento posterior – representou a realização de um sonho. Em entrevista em setembro de 2007, o proprietário demonstrou profundo apego àquela casa, notado por sua preocupação em conservar os materiais, os acabamentos e em manter tudo funcionando e em comentar as transformações ocorridas naquela edificação. Sua afeição ultrapassa os limites da casa, evidenciada por sua identidade com a rua local e o Bairro de Jacarecanga.

Alguns problemas, porém, foram relatados pelo morador como interferências para sua permanência neste lugar. Entre estes, a falta de privacidade – resolvida em parte pela colocação de gradis na frente da casa – e relativa insegurança, minimizada pelo uso de gradis

nas janelas externas da casa. Entretanto, vínculos afetivos constituem-se como elementos favoráveis à permanência. Ao longo do tempo o morador apropriou-se do espaço da casa, da rua e do bairro como elementos que constituem sua identidade. Apesar dos mencionados problemas, ele não pretende mudar-se de local de morada, o que demonstra uma condição de continuidade futura.

6.3 Unidade 3: Casa-comunidade

Localizada no Bairro da Lagoa Redonda, esta casa possui a peculiaridade de, ainda no ambiente urbano, inserir-se em um lote com características do litoral, como vegetação e solo. Situa-se na Rua Mar del Plata, uma via de areia de duna onde estão implantadas também outras residências (fig. 60). A densidade ocupacional, entretanto, é menor em comparação com as situações das outras unidades residenciais ora analisadas. Esta Unidade foi escolhida por ser mantida e habitada há vinte e seis anos pelo mesmo morador. Atende, pois, critérios preestabelecidos para esta pesquisa.

Ao se acessar a Rua Mar del Plata, encontra-se um terreno de aproximadamente 5.000 metros quadrados³⁰ sem muros, apenas cercado por estacas de madeira e arame farpado, contendo em seu interior quatro unidades de moradia, das quais uma é a casa escolhida para ser objeto da presente análise. Também destituído de portões, o lote possui somente portais, com a inscrição “Comunidade Sabiaguaba”. Segundo o morador, estas quatro residências conformam uma comunidade, porquanto seus moradores compartilham dos mesmos princípios de moradia e convivência. Como observado, as características desse terreno remetem aos chamados sítios ou chácaras, como vegetação circundando a residência, o pequeno trânsito de veículos e a relativa tranquilidade. É possível escutar o barulho de animais como pássaros, cigarras e outros insetos. Localizada no centro, a área livre do terreno, é bastante utilizada pelas crianças e adolescentes da comunidade, que lá praticam informalmente atividades ligadas ao lazer ativo, como futebol, brincadeiras e jogos ao ar livre.

Inicialmente esta casa originou-se da escolha de um lugar ideal para viver, aspecto que demonstra uma situação consciente e planejada. Em entrevista à autora em setembro de 2007, o morador relatou os motivos que o levaram a optar por esta área da cidade: “Eu e minha mulher procuramos sair da loucura da cidade. Escolhemos um lugar perto da cidade e, ao mesmo tempo, isolado.” Ambos identificaram-se com o terreno encontrado no Bairro da

³⁰ Segundo informações do site br.geocities.com/jalbanobr/comunidade.html, acessado em 25 de abril de 2008.

Lagoa Redonda, próximo à praia e ao mesmo tempo à cidade. Nas figuras 60 e 61 a seguir, podem-se ver aspectos desta Unidade.



FIGURA 60 – Fotografia aérea de localização do terreno da Unidade 3.

Fonte: Disponível em: <<http://www.googleearth.com>>. Acesso em: 24 fev. 2008.



FIGURA 61 – Portal de entrada do terreno (esquerda), fotografias do terreno (direita).

Fonte: Vasconcelos, setembro de 2007.

Construída de 1980 a 1982, a casa em análise foi idealizada pelo morador para ser inicialmente seu ateliê, constando de um laboratório de fotografia, uma sala de arquivo, uma sala com biblioteca, uma sala de produção, dormitório para hóspedes, cozinha, banheiro, varanda e mezanino. Até 1986, a casa funcionou com este propósito, mas neste mesmo ano – com o término do seu casamento, este morador transferiu-se definitivamente para esta

residência, que passou a ser sua própria moradia. Sua antiga casa também localizava-se no mesmo terreno e hoje, é habitada por uma nova moradora, cujo modo de viver, é semelhante ao dos demais membros da comunidade.

Segundo o morador relatou, após algumas viagens pelo Estado do Ceará, tanto pelo sertão quanto pelo litoral – mais especificamente a Praia de Icapuí –, observou casas “belíssimas”, construídas em taipa. Por exercer a profissão de fotógrafo, ele realizou outras viagens exploratórias e de estudo para os Estados Unidos e Europa, localidades onde se empregava o vidro colorido, material pelo qual passou a ter preferência.

No planejamento da sua casa, o morador recorreu a instrumentos como desenhos a mão livre e modelagem de maquetes para expressar graficamente suas primeiras idéias sobre a morada. Posteriormente, contatou arquitetos que pudessem informar especificamente sobre o sistema construtivo proposto, a taipa de mão³¹, utilizando-se de dados de um documento da Fundação de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza (PROAFA) que no ano 1979, desenvolveu um projeto de cunho social relacionado a casas-modelo de taipa. As recomendações do PROAFA foram seguidas pelo proprietário, como a técnica de proteção dos paus-a-pique e a dimensão adequada dos beirais, destinados a proteger as paredes da incidência direta de raios solares e de água das chuvas (LOPES, 1998). A seguir, na figura 62, desenhos e maquetes do proprietário.

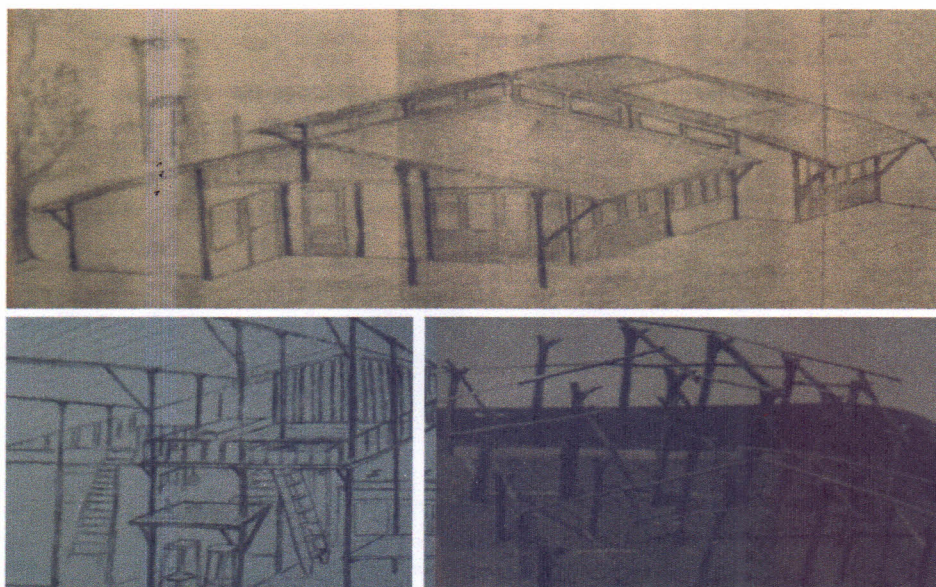


FIGURA 62 – Desenhos do morador da Unidade 3 e maquete.

Fonte: Albano, ano ignorado.

³¹ Taipa de mão: sistema construtivo artesanal, fundamentado no emprego combinado de materiais abundantes na natureza, madeira e terra. Ripas verticais e horizontais são preenchidas por uma mistura de água, terra e fibras, com amarração de tiras de cipó. (LOPES, 1998).

Mencionada residência ocupa uma área de 12,50 x 12,50 metros quadrados³², incluindo a varanda. Ao se observar sua planta baixa (fig. 63), percebe-se facilmente a existência de pouca compartimentação. A distribuição dos ambientes dá-se pelas extremidades, e isto permite fluidez física e visual. É uma planta peculiar, se comparada aos padrões habitacionais tradicionais, mas reflete a proposta de vida do seu proprietário. Nela a cozinha ocupa posição central e o próprio morador prepara os alimentos. Apesar das diferenças esta unidade resguarda uma característica comum às outras analisadas nesta pesquisa, como a presença da varanda.

Nesta unidade 3, porém, a varanda antecede o interior da casa, e localiza-se na fachada da frente. Como que esta casa é acessada pelo interior do terreno (figs. 60 e 62), tem, portanto, os fundos voltados para a rua. Tal aspecto contribuiu para privilegiar a casa do ponto de vista climático, pois ela está direcionada para o leste/nascente e, assim, é bastante ventilada. Entre as áreas mais ventiladas mencionam-se a varanda, a sala, a área de serviço e o mezanino. Já o laboratório fica na parte mais quente da casa e possui, por motivos técnicos e de segurança, aparelho de ar condicionado.

Esta casa foi edificada por pedreiros do local e teve participação do morador no processo. Embora a taipa de mão fosse bastante conhecida em relação ao aspecto visual e estético, o mesmo não se pode afirmar quanto ao processo construtivo. O morador explicou sobre a dificuldade de mão-de-obra especializada para essa tecnologia, sistema praticamente em desuso nos grandes centros urbanos.

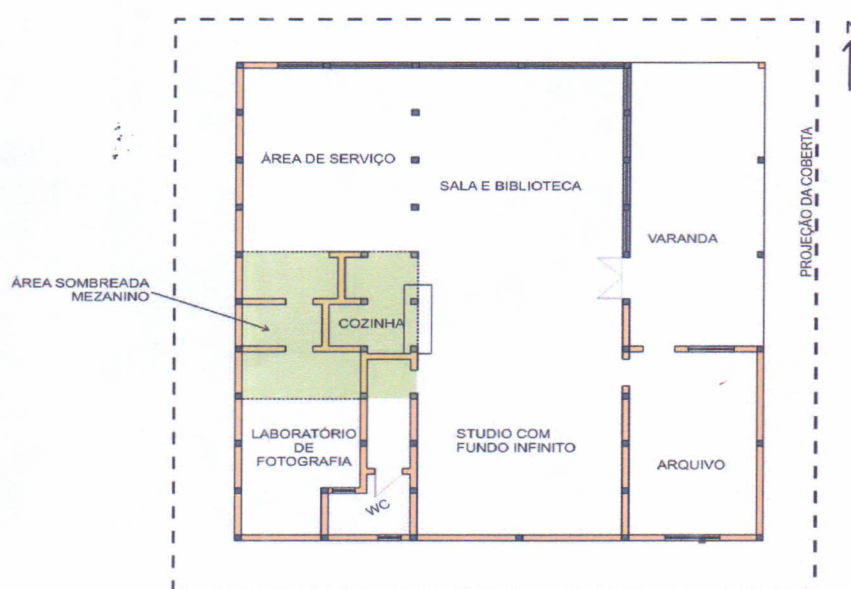


FIGURA 63 – Planta baixa da Unidade 3.

Fonte: Albano, ano ignorado.

³² Informação obtida através de desenhos de José Albano.

Na casa, como material estrutural, foi utilizada a madeira proveniente de depósitos de construção da periferia da cidade de Fortaleza. Já a argamassa de vedação foi composta pelo barro do próprio terreno. A madeira também foi usada nas esquadrias da casa, e há variações de desenho e tamanho, conforme a localização. Na sala, existem grandes painéis de plástico transparente estruturados por quadros de madeira. Estas janelas possuem níveis diferentes de abertura, projetadas pelo morador. Para aumentar a ventilação da casa, na face poente da porta encontra-se uma grande abertura com grades de madeira. No piso do mezanino, foi criada uma grelha de madeira, que auxilia na exaustão e ventilação da cozinha.

Nas paredes externas, o morador utilizou detalhes de vidro, conformando vitrais, com garrafas cheias de água com aquarela líquida de cores diversas, embutidas na alvenaria. Estas garrafas foram coletadas do “lixo de amigos”. O vidro colorido permitiu a entrada de luz difusa no interior da casa, e varia de intensidade e tom de acordo com o horário do dia. Além da luz natural que penetra na casa pelas janelas e pelos vidros coloridos, há também a entrada de iluminação pelo telhado, possibilitada pelo uso de telhas de plástico transparente na cobertura (LOPES, 1998). Como observado, esta mesma solução foi utilizada na Unidade 1 (com telhas de vidro), sendo em muitos ambientes o único recurso de iluminação natural. A seguir, na figura 64, detalhes da Unidade 3.



FIGURA 64 – Aberturas da Unidade 3. Iluminação zenital pelo telhado (esquerda), iluminação difusa nas paredes por vidro (centro), iluminação direta por janelas de canto (direita).

Fonte: Vasconcelos, setembro de 2007.

O piso da casa é constituído de cimento queimado, variando em cor conforme o ambiente. Nas salas, optou-se pela pigmentação verde e, no laboratório, por motivos técnicos, pela cor vermelha. Já na área do banheiro, foram utilizados, como materiais de revestimento, a cerâmica para o piso e o azulejo para as paredes de taipa. As instalações hidráulicas foram embutidas nessas paredes.



FIGURA 65 – Frente da Unidade 3, que se abre para dentro do terreno.

Fonte: Vasconcelos, setembro de 2007.

Percebe-se como característica fundamental desta casa (fig. 65) uma relação de continuidade visual exterior-interior. O terreno, com seus componentes naturais, pode ser visualizado de qualquer ambiente interno. Contudo, o banheiro – pela necessidade de privacidade – e o laboratório – por motivos técnicos – não usufruem desta condição. Da mesma forma, quando se adentra a casa, é possível ver imediatamente a localização de cada ambiente e identificar suas respectivas funções. O pé-direito alto, por exemplo, acentua a amplitude e transparência do ambiente e facilita a circulação de ar.

Conforme mencionado, esta unidade possui poucos compartimentos, configurando-se como um grande vão no qual todas as funções são executadas em espaços específicos, abertos uns para os outros. No mezanino, acontecem atividades de dormir e vestir-se e, no pavimento térreo, as demais funções. Este modo de morar despojado e transparente, possibilitado pelo arranjo físico-espacial da casa, reflete a forma de pensar e ver o mundo do seu usuário: “Procuramos viver uma vida simples, em harmonia com a natureza, ajudando os meninos do bairro, em busca de um mundo melhor”. Comparada às demais residências analisadas na presente pesquisa, verifica-se que a privacidade buscada pela maioria dos moradores é, neste caso, dispensada.

Existe grande flexibilidade quanto ao local de refeições. São preparadas tanto na cozinha e na área de serviço, como no exterior da casa, com fornos solares. São realizadas, em sua maioria, na varanda, na cozinha, ou na sala de estar, de acordo com a quantidade de pessoas. A sala e a varanda são os ambientes mais utilizados para as conversas e o lazer passivo. Para ser visto tanto da sala quanto do mezanino, o aparelho de televisão está localizado em ponto estratégico. A figura 66 a seguir mostra o interior da Unidade 3.

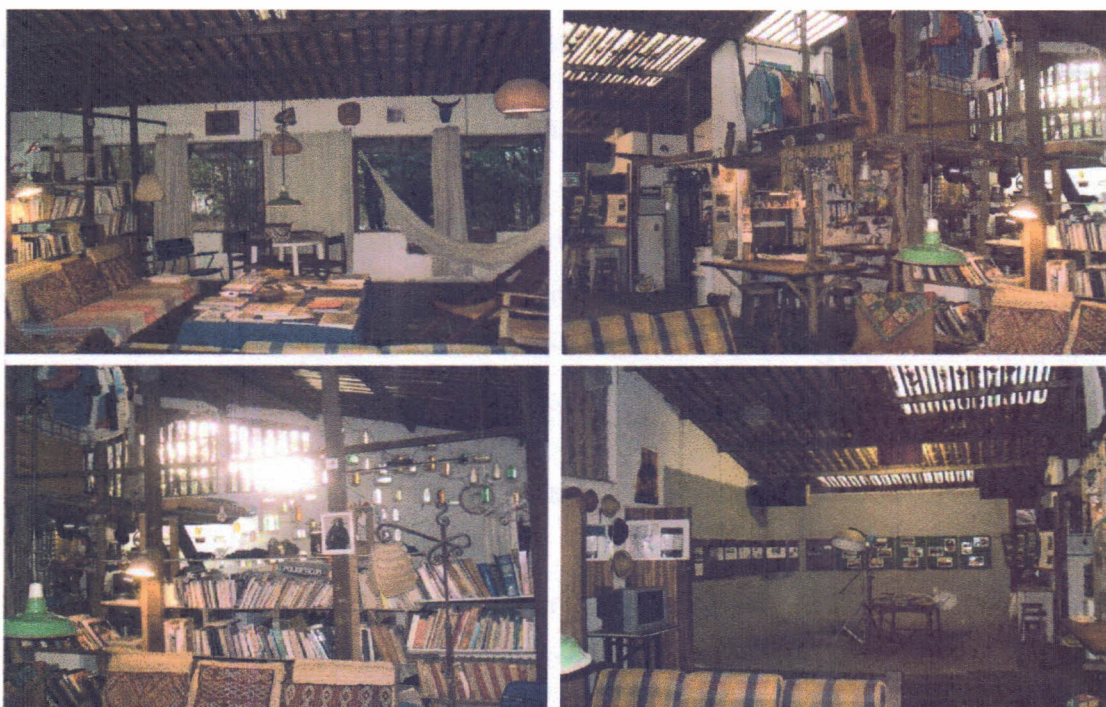


FIGURA 66 – Interior da Unidade 3. Vista da sala e biblioteca (canto superior esquerdo), vista da cozinha e mezanino (canto superior direito), vista da biblioteca (canto inferior esquerdo) e vista do estúdio fotográfico (canto inferior direito).

Fonte: Vasconcelos, setembro de 2007.

Consoante observou-se, esta casa não possui um ambiente específico de maior importância, diferentemente das unidades 1 e 2 já analisadas. Portanto, nesta unidade, praticamente inexistente a hierarquia socioespacial encontrada nas outras unidades residenciais. Ainda como observado, a área composta pela varanda, pela sala e pela cozinha é a mais utilizada, por ser mais agradável do ponto de vista do conforto térmico, lumínico e visual. Além disto, é nesta parte da casa onde se encontram os objetos de valor afetivo do morador, como mesas, cadeiras, sofás e colchões, datados aproximadamente do período da sua construção. Acrescenta-se a isso a grande quantidade de livros e álbuns que o morador conserva e expõe para uso de visitantes. Por estes elementos, o morador deixa registrado seus interesses e seu modo de pensar.

Satisfação e apreço foram fortemente demonstrados em relação ao mobiliário da casa, contando-se a história de cada um. Alguns móveis foram “herdados” da sua mãe e da sua avó. Outros objetos foram adquiridos em feiras, por motivos pessoais específicos. Já os aparelhos eletrodomésticos são relativamente novos, incluindo televisão e geladeira.

Para garantir a manutenção da casa, algumas modificações foram realizadas como o madeiramento da coberta, que antigamente era roliço, de madeira sabiá e, por ter sido danificado por cupins, foi substituído por madeira de maçaranduba serrada.

De modo permanente, mora apenas o proprietário, embora ele receba hóspedes freqüentemente. No dia da entrevista, havia dois hóspedes na casa. Quando isto ocorre, o morador compartilha seu próprio dormitório. Na Comunidade Sabiaguaba há uma característica específica, qual seja, esta comunidade desenvolve um trabalho social junto aos meninos do bairro, e lhes permite acesso livre ao terreno e acesso restrito às quatro unidades residenciais ali localizadas.

Quanto ao resíduo doméstico, é tratado de forma diferenciada, a demonstrar certa responsabilidade ambiental da comunidade, como relatou o morador, em entrevista em setembro de 2007: “O lixo molhado é jogado no terreno e o lixo seco é armazenado em sacos plásticos para ser coletado pelo serviço público de limpeza urbana”.

Na parte de trás do terreno, existe uma pequena horta onde espécies como capim-santo, erva-cidreira, boldo-do-Chile e manjerição são cultivadas, entre outros. Segundo o proprietário enfatizou, não é do seu interesse a prática da agricultura: “Não queremos nenhum vegetal dependendo de nós. Por isso, toda a vegetação cresceu por si só”. Existe uma árvore, há 27 anos, da espécie da Timbaúba, que o morador viu crescer. Há também imbuzeiros e cajueiros, que ele nunca plantou. A mesma forma de pensar quanto à vegetação vale para a fauna, ou seja, o morador não cria nenhum animal; apenas mantém e respeita aqueles que já existem e nascem no local: corujas, macacos, cobras, formigas etc.

De modo geral, o morador sente-se seguro, embora a casa já tenha sido “invadida” por meninos em busca de comida. Em outro episódio, a furadeira existente na residência foi roubada e o plástico das janelas, material frágil, foi cortado. Por estes motivos, o morador possui dois compartimentos que podem ser trancados: o laboratório – onde são guardados objetos mais caros, como máquinas fotográficas, materiais de revelação e lentes – e o arquivo, onde estão o computador e todo o seu acervo.

Apesar de manter a casa sempre aberta, Albano teve de adaptar também cadeados nas janelas, posteriormente, para proteger a casa em períodos de viagem. Por ser aberta ao exterior, e praticamente não ter divisões internas, a casa oferece pouca privacidade. Mesmo assim, o morador sente-se bem vivendo desta forma. Quando ele precisa se dedicar a algum trabalho mais árduo e intenso ou que exija mais concentração, as janelas são fechadas com cortinas feitas de redes de algodão, apenas sem os punhos.

Esta proposta de moradia rompe convenções tecnológicas, de localização, de consumo, de privacidade e de convivência. No período em que foi construída, apresentava-se como proposta inovadora e exótica, tendo sido estudada em teses, e abordada em artigos de revistas e periódicos. Constitui-se como proposta centrada em preocupações ambientais, culturais e sociais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Contudo, alguns problemas foram apontados como obstáculos à permanência do morador no lugar, como a insegurança, as chuvas geradoras de estragos à edificação, e as possíveis epidemias de doenças como a dengue, entre outros: “Não sei até quando poderei viver aqui e assim, mas eu sou feliz. Se tivesse apenas seis meses de vida, continuaria a viver da mesma forma e no mesmo lugar”.

O morador demonstra grande satisfação com a casa e seus aspectos materiais, formais e ambientais, e estes refletem também como ele vive e deseja viver. Ademais, ele mantém saudável relacionamento com a comunidade na qual vive, e contribui para melhorá-la. Com esta finalidade, abre a casa para propiciar a crianças e adolescentes mais carentes acesso a leituras e à informática, cedendo seu próprio computador para pesquisas e jogos. A segurança por ele alcançada é fruto do respeito conquistado junto aos moradores da área, que reconhecem o seu trabalho social.

6.4 Unidade 4: Casa-laboratório

Localizada no Bairro de Vicente Pinzón, a Unidade 4 ocupa um lote na Rua Paschoal de Castro Alves, e possui a peculiaridade de ter sido projetada e construída pelo proprietário, que é arquiteto. Esta via é caracterizada pelo uso predominantemente residencial. Há abundância de residências unifamiliares, embora no terreno contíguo à casa em análise tenha sido construído um edifício multifamiliar. Os lotes desta via possuem formas

losangulares, exceção à regra geral dominante na cidade de Fortaleza. Um aspecto comum às edificações desta via é a existência de afastamentos laterais e muros frontais altos. Algumas residências possuem também arames farpados em cima dos muros, cercas elétricas ou sistema de segurança eletrônico. Deste modo, como percebeu-se, a relação da rua com as casas não é a mesma encontrada nas outras unidades residenciais analisadas. Durante a pesquisa sobre esta unidade, pouquíssimos pedestres foram vistos na via.

A casa em análise foi construída em 1974. Segundo informações do proprietário, neste período havia apenas duas edificações na via, à época, constituída de areia.

É possível perceber a aparência diferenciada da Unidade 4 em relação às demais residências da via, no relacionado à cobertura da casa. Enquanto as outras unidades apresentam telhados convencionais de madeira e telhas cerâmicas ou, ainda, platibandas que escondem esta forma de cobertura, a Unidade 4 possui abóbadas de tijolo como elementos de cobertura. Contudo, em decorrência da presença de muros frontais altos, que escondem as edificações da via, estas casas não foram visualizadas em suas totalidades. Na figura a seguir, pode se ver a quadra de localização desta unidade.



FIGURA 67 – Fotografia aérea com quadra de localização da Unidade 4.

Fonte: Disponível em: <<http://www.googleearth.com>>. Acesso em: 24 fev. 2008.

Nos arredores desta área da cidade, existem algumas favelas como a Favela Verdes Mares e a Favela do Morro Santa Teresinha, mencionada pelo proprietário. Essas

ocupações irregulares apresentam-se como ameaças à segurança do restante da população do bairro, marcado por acentuada desigualdade social. A Favela Verdes Mares já existia quando o proprietário começou a viver no bairro. Já as outras proliferaram aceleradamente a partir da década de 1990, segundo informações do morador. Até este período, a rua era um espaço seguro, onde as pessoas conviviam, conversavam e as crianças brincavam, ainda segundo informações do morador. Também naquela época, o muro da casa era mais baixo.

Assim como a Unidade 3, a Unidade 4 foi planejada pelo atual proprietário, o que permitiu a obtenção de informações detalhadas sobre o processo projetual e construtivo da casa. Esta casa foi construída e idealizada para ser a residência da sua família (esposa e filhos) pouco tempo após o arquiteto obter seu diploma na Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará. Constituiu-se, portanto, como um desafio de vida – pois a casa destinava-se à sua própria família –, e de profissão, a casa seria uma referência de projeto da sua autoria. Portanto, este projeto foi uma forma de pôr em prática suas concepções para a arquitetura residencial no Ceará, ao reinterpretar e adequar os princípios da arquitetura moderna – como racionalidade, economia e plástica visual vinculada à estrutura – às condicionantes locais.

Cardoso responsabilizou-se pela arquitetura da casa, pela sua construção, pelas instalações elétricas e hidráulicas e pelo cálculo estrutural. Não houve a participação do mestre de obras, e o próprio arquiteto orientava pedreiros e demais trabalhadores. Quanto ao tamanho dos vãos, as divisões e aberturas, foram determinadas pela tecnologia escolhida para a casa. As soluções foram planejadas e testadas preliminarmente com vistas à economia de material e mão-de-obra. Tudo foi racionalmente e conscientemente planejado.

No planejamento da casa, a idéia de que a forma de viver no Ceará está expressa pelas condicionantes climáticas foi uma premissa fundamental, na qual o arquiteto-morador procurou integrar o desenho arquitetônico com os sistemas de ventilação e iluminação naturais. Assim, dois motivos orientaram a escolha dos materiais: relação com o meio natural e mão-de-obra local. A alvenaria de tijolo, considerada pelo arquiteto bastante adequada para o clima local – por sua estabilidade à dilatação térmica – foi escolhida como principal componente estrutural e de vedação da casa. Além disto, apresentava-se como tecnologia acessível e conhecida, de domínio de profissionais locais. Na figura 68 a seguir constam detalhes da Unidade 4.



FIGURA 68 – Entrada da Unidade 4 (direita) e relação desta unidade com o edifício contíguo a ela.

Fonte: Vasconcelos, setembro de 2007.

Enquanto o principal elemento construtivo empregado e proposto pelos arquitetos no período era o concreto armado, o arquiteto-morador optou – para sua própria casa – por minimizar o uso de concreto, aplicado apenas na grelha estrutural. Esta grelha é formada por perfis de 10 centímetros de altura por 20 centímetros de largura. “A idéia era fazer uma casa industrializada, utilizando a mão-de-obra local”, afirmou o morador, em entrevista á autora em setembro de 2007. Como evidenciado o projeto arquitetônico desta residência parte de uma preocupação e, de certa forma, de um sonho, de construir uma casa econômica, possível de ser reproduzida em sua tecnologia.

Alguns pontos desta casa merecem destaque, a exemplo da cobertura, não apenas por sua volumetria diferenciada, mas pelas outras funções que cumpre. É formada por arcos de tijolo, conformando abóbadas. Este elemento estrutural foi adotado na arquitetura românica e na gótica símbolo, para o arquiteto, de um modo de viver que perdeu, e uma forma agradável, com a qual se identifica. Ademais, “a forma mais econômica de se vencer um vão é com um arco”, segundo o morador. Uma cobertura de alvenaria de tijolo dispensou a tradicional cobertura de telhas coloniais, com grande emprego de madeira, além das próprias telhas. Para alcançar este objetivo, foi necessário realizar experiências com fôrmas de madeira arqueadas e exigir também pesquisar uma forma eficiente de impermeabilizar a cobertura, executada com asfalto oxidado pintado de branco, para refletir a luz e minimizar o aquecimento da laje. Nas figuras 69 e 70 a seguir podem ser vistos ambientes da Unidade 4.



FIGURA 69 – Áreas de estar da Unidade 4: sala de jantar (esquerda), varanda (centro) e sala de estar (direita).

Fonte: Vasconcelos, setembro de 2007.

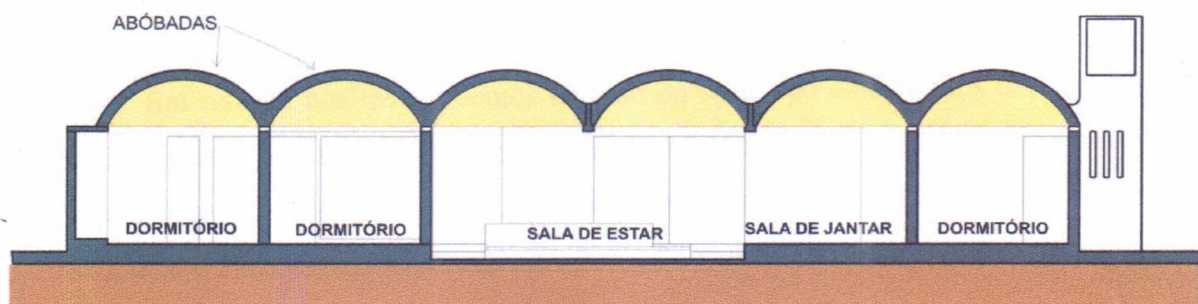


FIGURA 70 – Corte longitudinal da Unidade 4.

Fonte: Cardoso, ano ignorado.

Para dimensionar, distribuir e definir racionalmente os ambientes da casa, o arquiteto usou arcos, distanciados entre si por 2.80 metros, medida considerada modular pelo arquiteto-morador. Assim, enquanto as salas de estar e jantar ocupam o espaço de três abóbadas, cada dormitório ocupa a área de uma abóbada. A área lateral formada pelos arcos cumpre a função de ventilação e iluminação da casa.

Na área das salas, as vedações laterais dos arcos são formadas por venezianas de vidro encaixadas em quadros de madeira. Já na área dos quartos, existem venezianas de madeira encaixadas no mesmo tipo de estrutura mencionada. Também desenhadas pelo arquiteto, as portas da casa são de madeira maciça e complementam a renovação do ar da casa, pois permitem a passagem de ar por entre frechas formadas por linhas de madeira. Não existem, portanto, janelas convencionais como aquelas das outras unidades residenciais analisadas na

presente pesquisa. Estas soluções permitiram à casa constante ventilação natural, mesmo se mantidas as portas fechadas. No período diurno, a iluminação natural domina em todos os ambientes da casa e, em especial, na varanda, como mostra a figura a seguir.



FIGURA 71 – Varanda da Unidade 4.

Fonte: Vasconcelos, setembro de 2007.

Em relação aos revestimentos de piso da casa, são constituídos de cimento pré-moldado, com exceção da área dos dormitórios, dos banheiros e da cozinha. Nos dormitórios, o arquiteto cedeu ao desejo da família, e usou revestimento de madeira em tacos. Depois de quinze anos, este material apresentou problemas e foi substituído por cerâmica. Os banheiros, bem como as paredes da cozinha possuem revestimento de azulejo branco.

Algumas modificações, além das já mencionadas, foram realizadas nesta residência, como a construção de um escritório e atelier do proprietário, contíguo ao muro. Atualmente, moram nesta casa cinco pessoas: o proprietário e a esposa, um filho e dois funcionários.

Ao se analisar planta-baixa da casa (fig. 72), observa-se que ela é racionalmente dividida em três áreas bem definidas: área íntima, área social e área de serviço. A área social ocupa posição central, e é formada pela sala de estar, sala de jantar e varanda, ambientes integrados fisicamente e visualmente. De modo geral, as conversas, reuniões e o lazer da família ocorrem mais intensamente nestes espaços, os quais também permitem o aproveitamento visual do jardim existente no quintal. Esta área foi paisagisticamente trabalhada com grama, arbustos, caminhos de pedra, e espécies arbóreas. Na figura 73 podem ser vistas áreas íntimas da Unidade 4.

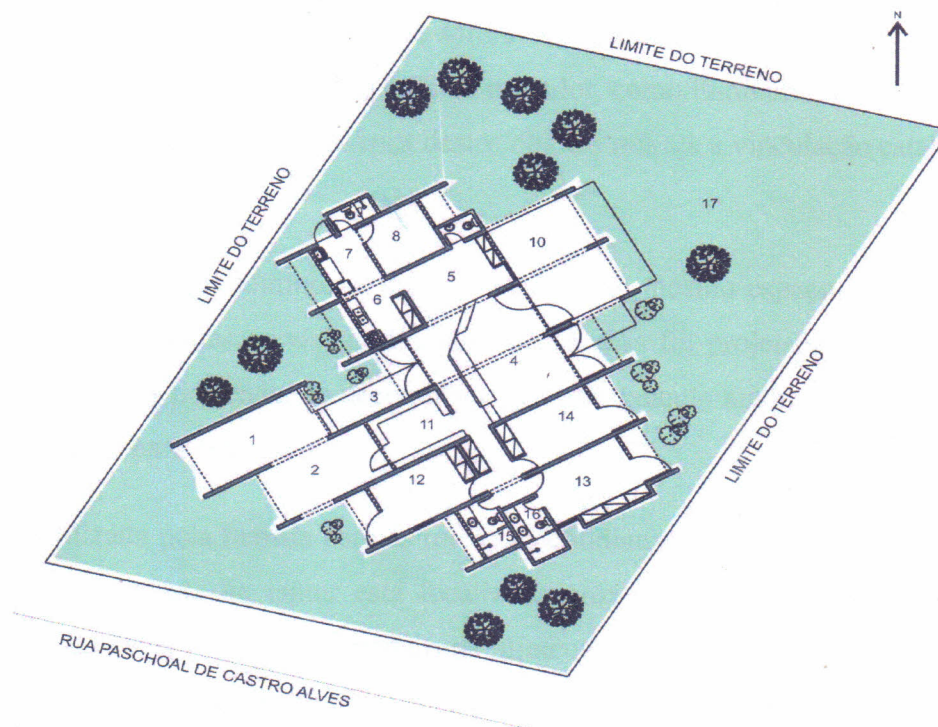


FIGURA 72 – Planta baixa da Unidade 4.

1. abrigo; 2. garagem; 3. corredor de entrada; 4. sala de estar; 5. sala de jantar; 6. cozinha; 7. área de serviço; 8. quarto da funcionária; 9. banheiro social; 10. varanda; 11. gabinete; 12. dormitório; 13. dormitório do casal; 14. dormitório; 15. banheiro dos filhos; 16. banheiro do casal; 17. jardim.

Fonte: Cardoso, ano ignorado.



FIGURA 73 – Áreas íntimas da Unidade 4: dormitório (esquerda), banheiro (direita) e escritório (esquerda).

Fonte: Vasconcelos, setembro de 2007.

Segundo evidenciado, a disposição, forma e material do mobiliário foram pensados em integração ao projeto arquitetônico da casa. Os sofás foram executados em concreto e possuem assentos estofados. Cadeiras de madeira e “palhinha” foram adquiridas

para salas de jantar e estar e varanda, por serem consideradas adequadas para o nosso clima. Outros objetos foram executados pelo próprio morador, como luminária, mesa de centro, base da mesa de jantar e escultura. A presença destes objetos reforça a vinculação estabelecida pela família com o espaço da casa.

Nesta casa predominou a informalidade e no mesmo espaço usadas diariamente pela família, são acolhidas as visitas. Inicialmente, a casa foi projetada para abrigar apenas dois automóveis, mas por conta da necessidade de outro veículo automotor, a entrada da casa hoje também serve para este fim.

Utilizada pela família para as refeições cotidianas, assim como em dias festivos e de comemoração, a sala de jantar está localizada próxima à cozinha, onde se encontram equipamentos de conservação e de preparo de alimentos – como fogão, geladeira e aparelho de microondas – e armários executados recentemente. Outros ambientes ligam-se à cozinha, como a área de serviços e o quarto da empregada doméstica, que mora na casa. Outro funcionário também vive nesta casa, trabalhando na manutenção da área de jardim.

Ligado diretamente à sala, existe o “gabinete”, cômodo utilizado pela esposa, que é biblioteconomista, e possui grande quantidade de livros, além de objetos da família. Na área dos dormitórios, observou-se a individualização do banheiro de casal, utilizado exclusivamente para este fim, e acessado diretamente do dormitório do casal. Outro banheiro é acessado pela circulação dos dormitórios e compartilhado pelos filhos.



FIGURA 74 – Cozinha da Unidade 4.

Fonte: Vasconcelos, setembro de 2007.

Ao ser indagado sobre sua permanência no lugar, o morador relatou a insegurança como um dos principais problemas a ameaçá-la. Conforme mencionou, algumas casas vizinhas foram invadidas por ladrões, mas a dele, não. “Acho que nunca roubaram a nossa casa porque os ladrões nos conhecem. Estamos aqui há bastante tempo. Minha esposa tem muito medo.” (Morador da Unidade 4, em entrevista em abril de 2008).

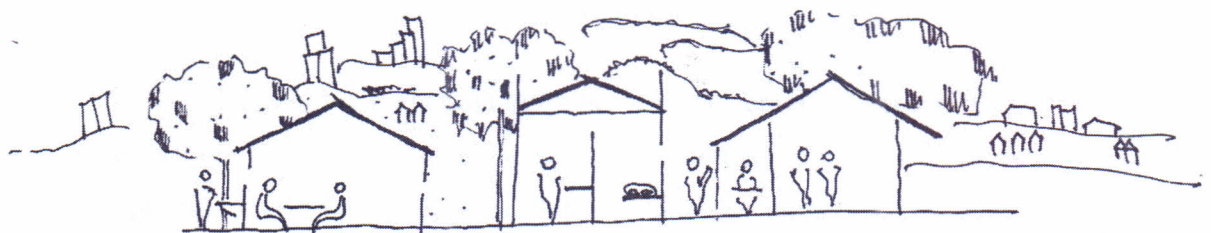
Esta sensação de medo foi percebida pela pesquisadora desde a primeira vez que esteve nessa casa; sempre quando chegava a esta unidade residencial, o proprietário dizia: “Vou abrir o portão para você estacionar o carro”. Diante da insegurança, os moradores afastam-se da rua, utilizada apenas como circulação. Como relatado pelo morador, a rua mostra-se como um lugar violento, estranho, pavoroso. Embora esta casa não possua cercas elétricas ou recursos desse tipo, foi necessário – para minimizar a insegurança da casa – aumentar a altura do muro frontal, assim como substituir o portão original por outro, de ligação automática. Ademais, o morador comentou que recorreu – juntamente com outros moradores da rua – a um serviço de segurança noturna, realizada por um vigilante de motocicleta, que ronda o quarteirão e acompanha as pessoas em horários críticos.

Outros problemas também foram comentados, como o intenso tráfego de veículos da rua, que incomoda os moradores da Unidade 4, situação agravada ao longo do tempo. A presença de um edifício residencial, construído em 1982, no lote vizinho, é outro fator a influenciar na qualidade de vida e na satisfação dos usuários desta unidade. Segundo o morador explicou, a casa foi planejada, do ponto de vista da ventilação, para situar-se vizinha a uma residência unifamiliar. Mas a construção de um bloco vertical de cinco pavimentos modificou o caminho do ar, e prejudicou o conforto térmico da casa. Além disto, ao sombrear o lote da casa de Cardoso, provocou o escurecimento dos ambientes. A privacidade da família foi atingida, principalmente quando os filhos eram pequenos e utilizavam-se do jardim para brincadeiras. Quando o prédio foi construído, o sistema público de esgoto não tinha alcançado esta área da cidade. Para o morador esta situação era incômoda:

Um edifício vertical com dez unidades residenciais expelia esgoto doméstico na fossa séptica de um lote parecido com o de minha casa Como isto poderia ter sido permitido? É muita falta de planejamento. O lixo doméstico era jogado na rua, em grande quantidade, o que aumentou a proliferação de baratas, ratos, etc. (Morador da Unidade 4, em entrevista em abril de 2008).

Embora habituado e relativamente satisfeito por viver nesta casa, Cardoso afirmou que sente a necessidade de mudar-se de residência, pelas questões citadas. Entretanto não abre mão de morar em um lugar que não seja uma casa, entendida como residência unifamiliar. A tranquilidade é uma das características buscadas por ele e sua esposa para este novo lugar. Conforme foi revelado, a crise urbana ameaça a vida destes moradores, ao se destituir das condições idealizadas e vivenciadas originalmente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Bati no portão do tempo perdido, ninguém atendeu.
Bati segunda vez e mais outra e mais outra.
Resposta nenhuma.
A casa do tempo perdido está coberta de hera
pela metade; a outra metade são cinzas.
Casa onde não mora ninguém, e eu batendo e chamando
pela dor de chamar e não ser escutado.
Simplesmente bater. O eco devolve
minha ânsia de entreabrir esses paços gelados.
A noite e o dia se confundem no esperar,
no bater e bater.
O tempo perdido certamente não existe.
É o casarão vazio e condenado.

Carlos Drummond de Andrade, A Casa do Tempo Perdido

Em virtude do sistema complexo onde está inserida: contexto socioeconômico, condições climáticas, geográfica, tecnologias, cultura e modo de vida e visão de mundo de seus usuários, entre outros, a casa revelou-se como campo interdisciplinar de estudo. Ao se percorrer a evolução da espécie humana, nos diferentes períodos históricos, constata-se ser a casa uma necessidade básica constante para o homem.

A noção de casa mostrou-se diretamente ligada à vida, pois é neste espaço onde são supridas as necessidades primordiais de sobrevivência humana e onde são estabelecidas as primeiras e mais fundamentais relações sociais, na instituição familiar, principalmente a partir do século XVII.

É neste ambiente familiar onde as primeiras referências e princípios de vida são assimilados e formados. Estes, são, portanto, fatores de identificação do indivíduo. Como suporte destas relações, a casa constitui-se como lugar – espaço reconhecido e identificado para seus usuários – na medida em que seus componentes espaciais são apropriados e ocupados para as finalidades dos seus moradores. A identidade – uma entidade abstrata mas necessária – é revelada na medida em que o modo de viver se expressa e se consolida por meio do espaço físico da casa.

Na pesquisa ora elaborada enfocou-se a casa entendida como objeto arquitetônico –, representado pelas soluções espaciais, formais e estéticas e os aspectos técnico-construtivos – e como produto humano que melhor reflete o modo de viver e visão de mundo próprios dos seus moradores, no contexto do ambiente urbano específico da cidade de Fortaleza, Ceará.

Verificou-se que tipologias habitacionais diversas e variadas desenvolveram-se e formaram-se ao longo do tempo e receberam adaptações e adequações – nem sempre apropriadas – às constantes transformações – socioeconômicas, políticas, artístico-culturais e climáticas, dentre outras – ocorridas nas sociedades.

No processo de ocupação territorial do Ceará, a casa de fazenda representou uma tipologia de habitação, em face da sua reprodutibilidade em curso até a atualidade, mostrando-se um modelo adequado à cultura condições climáticas, às tecnologias e recursos disponíveis. No ambiente urbano, até o final do século XIX, a maioria das casas seguia padrões coloniais urbanos – como a “casa de porta e janela”, a “casa de porão alto” e os sobrados – em suas principais soluções, acrescentadas por elementos decorativos de movimentos artísticos

européus. Este padrão sobrevive nas cidades do Estado do Ceará e continua sendo construído, até o presente momento, nas periferias de Fortaleza.

A partir da década de 1930, a cidade de Fortaleza passou por transformações, como a acelerada urbanização e a intensa industrialização, as quais implicaram novas necessidades e novas formas de moradia, aproveitando-se as tecnologias e os avanços das ciências, com a emergência de profissionais como engenheiros e arquitetos. Surgiram novas propostas para as residências unifamiliares, como as casas “soltas no lote”, um modelo favorável à ventilação e à iluminação da casa em todos os seus compartimentos. Ao mesmo tempo, padrões habitacionais inadequados ilustram as péssimas e indignas condições de moradia que proliferaram nas cidades, como as favelas, os cortiços e alguns medíocres projetos de habitações de interesse popular.

Conforme já discutido, no contexto atual da cidade de Fortaleza há um contínuo e descontrolado processo de destruição de casas de qualidade – algumas das quais merecedoras de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional (IPHAN) e nos níveis estadual e municipal –, substituídas por empreendimentos de grande porte, como condomínios de apartamentos ou edifícios comerciais, aspecto testemunhado pelos arquitetos entrevistados nesta pesquisa. Conforme verificado, boa parte das residências unifamiliares projetadas até a década de 1990 não existe mais.

Alguns aspectos contribuíram para este fato: o primeiro deles é a omissão do Estado brasileiro diante do problema habitacional; o segundo está relacionado aos especuladores imobiliários, para os quais o espaço ocupado por estas residências representam áreas estratégicas para investimento de capital e lucratividade, influenciando nas decisões políticas de planejamento e gestão urbanas; o terceiro está vinculado ao drama experimentado pelos moradores, expostos, nas últimas décadas, aos efeitos das crises das grandes cidades – como violência, insegurança, ruídos, intenso tráfego de veículos, entre outros –, que se apresentam como fatores de expulsão destas populações para áreas mais tranquilas da cidade em busca de formas de morar mais seguras. Atualmente, o condomínio horizontal fechado é alternativa de moradia mais segura e tranquila, uma solução excludente e ineficaz, reveladora de graves problemas de gestão e planejamento urbano.

Um cenário crítico e perturbador é verificado em Fortaleza. Esta cidade apresenta-se mais insegura e violenta, menos agradável, mais suja, mais suscetível a tragédias

ambientais (avanço do mar, peste de ratos, epidemia de dengue, aquecimento, aumento do déficit habitacional) e mais impessoal no relacionado às formas de morar. Além disso, a objetificação e a massificação das formas de morar denuncia também a crise da casa, em seus aspectos materiais (construção) e imateriais (história, cultura, memória familiar e coletiva e identidade).

Na busca por princípios arquitetônicos que sobrevivem ao longo do tempo no que concerne à casa no Estado do Ceará e, em particular, na cidade de Fortaleza, obtiveram-se visões diversificadas e, por vezes, concordantes dos especialistas entrevistados, moradores e pessoas do senso comum.

Dado o caráter semi-informal das entrevistas, aspectos variados foram abordados. Alguns especialistas enfocaram, sobretudo, os problemas urbanos de Fortaleza, como é o caso de Ponce de Leon. Outros, a exemplo de Castelo e Cardoso, ressaltaram as relações entre clima, modo de vida e arquitetura. Uns, porém, demonstraram preocupações com a discussão, a desmistificação ou o desenvolvimento do termo “casa cearense”, como Furtado, José Liberal de Castro e Nícia Bormann.

Embora não exista um modelo específico e unânime capaz de representar como deveriam ser as casas cearenses, algumas premissas poderiam ser enumeradas, de acordo com o exposto pelos especialistas arquitetos e os moradores. Entre estas:

- a) aproveitamento eficiente de iluminação e ventilação naturais em todos os ambientes;
- b) possibilidade de visualização da paisagem natural a partir de espaços internos;
- c) aproveitamento de materiais, mão-de-obra e técnicas construtivas locais e tradicionais, como o tijolo e a telha de cerâmica;
- d) áreas abertas e cobertas para sombreamento - a exemplo dos alpendres e das varandas – como espaços de convívio e lazer da casa;
- e) área de refeições com visuais para o exterior.

Estes princípios arquitetônicos, quando reunidos, não descartam as diversidades inerentes aos moradores, (identidade, cultura, memória familiar, valores de vida, gostos específicos) e permitem formas arquitetônicas variadas, a depender da legislação vigente, das características do terreno, de fatores econômicos, entre outros.

O atendimento a estes pressupostos ora assinalados pode possibilitar que a construção de uma casa no ambiente do Ceará corresponda às expectativas e seja adequada às peculiaridades climáticas, mas não implica necessariamente a sustentabilidade da casa e do modo de morar, entendida como a garantia de satisfação contínua dos seus usuários e das futuras gerações. Identidade e sustentabilidade envolvem uma série de fatores. Para ser isto possível, exigem-se modificações nas prioridades relacionadas a gestão urbana, planejamento e qualidade de vida de Fortaleza. Ademais, como responsáveis pelo zelo e manutenção das casas, os moradores também desempenham papéis relevantes.

Conforme evidenciado, as quatro casas analisadas no capítulo 6 são exemplos que resistem às pressões mercadológicas e de especulação imobiliária na cidade, tanto no concernente ao aspecto físico e material da casa, como ao modo de viver. Na análise interrelacionada sobre estes aspectos, segundo verificou-se as atitudes dos moradores para com suas respectivas casas e para com a própria cidade influem sobremaneira na manutenção da morada, revelada por condições de satisfação e identificação.

Em todos os casos analisados, percebeu-se a existência de uma relação de afeto para com a casa, seus objetos e sua história, que representa, após no mínimo vinte e cinco anos, um intercuro de duas ou mais gerações. Ao mesmo tempo, estabeleceram-se relações e vínculos com a vizinhança.

Consoante identificado, a Unidade 1 contempla fortemente esta condição, pois a história de vida da moradora confunde-se com a história da residência. Por exemplo, a possibilidade de abrir as janelas para a rua durante o dia é fruto da segurança conquistada ao longo do tempo. Os vizinhos conhecem bem a moradora, e mantêm relações de respeito para com sua casa e sua vida.

A Unidade 2 demonstrou ser a concretização de um sonho do proprietário, o qual embora não tenha participado do planejamento e construção da casa, criou sua identidade com o bairro e com esta edificação, e a conserva orgulhosamente para atender a condições futuras.

Quanto à Unidade 3, ao partir de uma situação consciente de desejo de mudança, representa a forma ideal de vida do seu usuário, que convive em harmonia com o lugar e com a comunidade formada pelos moradores do terreno e os outros moradores do bairro. A relativa segurança foi conquistada pelo morador, mediante suas relações de cidadania, solidariedade e educação para com os meninos do bairro.

A Unidade 4 apresentou-se como desafio profissional e de vida, num processo consciente de planejamento e construção, que após trinta anos continua a revelar a satisfação da família. Como observado, o partido arquitetônico escolhido para esta residência mostrou-se adequado à realidade local, enquanto prima por premissas da arquitetura sustentável, como baixo custo de construção e manutenção e adequação climática. Testemunhar as transformações do bairro e ser conhecido pela sua população são aspectos decisivos para garantir a segurança da casa e que ela seja admirada e respeitada.

Nas quatro unidades analisadas, segundo se percebeu, os vínculos estabelecidos com o lugar deram-se ao longo do tempo, testemunhando transformações da casa, do bairro e da cidade. Estes lugares consolidaram-se de forma diferenciada. Para os moradores, constituem-se seus lares, e remetem à identidade da família que se entrelaça com as funções e formas da casa; para os vizinhos, constituem-se edificações reconhecíveis identificáveis, conformando a memória coletiva.

Embora existam fatores determinantes de permanência, as quatro unidades analisadas estão expostas a fatores de expulsão, sejam eles a insegurança, a violência, a falta de privacidade, a epidemia de doenças como a dengue e os ruídos provocados pelo intenso tráfego de veículos.

O termo casa, principalmente nas cidades, tem sido associado a uma variedade de definições, em sua maioria, distantes daquela conceituação original, vinculada ao “lugar da vida”. Discutir sobre a sustentabilidade da casa envolve necessariamente pensar a casa numa condição de vida digna, duradoura, com respeito e de satisfação humana, e sem comprometer o bem-estar das futuras gerações e os demais seres vivos.

O tema engloba os interesses das profissões relacionadas à sociedade, ao meio ambiente, à cultura e ao espaço – como arquitetura, urbanismo, geografia, sociologia e ecologia – por meio de pesquisas, discussões e, sobretudo, conhecimento da realidade local, como a cultura e o meio ambiente. Envolve atitudes e posturas dos moradores, como identidade, convívio com os vizinhos, cidadania, respeito, educação ambiental e preservação cultural. Envolve políticas públicas, ao possibilitar – mediante planejamento e gestão – a melhoria da qualidade de vida da população, favorecendo o conhecimento da cultura e do meio ambiente do Estado. Envolve, ainda, os empresários e empreendedores, que ao focarem a lucratividade, devem manter respeito ao meio ambiente, à cultura e à condição humana.

Com esta pesquisa, buscou-se resgatar valores construtivos e princípios de ocupação e apropriação do espaço que sobreviveram e permanecem válidos no concerne à casa (residências unifamiliares) no Estado do Ceará, especificamente, no contexto da cidade de Fortaleza. Espera-se, desse modo, ter contribuído para as discussões relacionadas à sustentabilidade e à casa, as quais devem necessariamente, perpassar um caminho interdisciplinar e multiprofissional.

REFERÊNCIAS

- ALBANO, José Cordeiro. **Acervo fotográfico**. Disponibilizado em setembro de 2007.
- ALBUQUERQUE, Paulo Rogério Abreu de. **Fotografias e levantamento**. Fortaleza, setembro de 2007.
- ANDRADE, Margarida J. F.S. **Onde moram os operários...** vilas operárias em Fortaleza 1920-1945. 1990. 309 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.
- BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO (BRASIL). **BNH: projetos sociais**. Rio de Janeiro: BNH, 1979. 239 p.
- BARDI, Pietro Maria. **História da arte brasileira**. Pintura escultura arquitetura e outras artes. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975. 228 p.
- BELLEN, Han Michael van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 253 p.
- BENÉVOLO, Leonardo. **História da cidade**. Tradução de Silvia Mazza. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2005. 725 p.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Cap.1.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BUENO, Silveira. **Mini-dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. São Paulo: LISA, 1989.
- CANCLINI, Nestor García. O papel da cultura em cidades pouco sustentáveis. In: SERRA, Mônica Allende (Org.). **Diversidade cultural e desenvolvimento urbano**. São Paulo: Iluminuras, 2005. 282 p.
- CARDOSO, Paulo. **Projeto de arquitetura de residência**. Fortaleza: [s. n.], 1974.
- CASTRO, José Liberal de. Arquitetura eclética no Ceará. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1987a.
- CASTRO, José Liberal de. Aspectos da arquitetura no Nordeste do país. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1987b.
- CASTRO, José Liberal de. Ceará, sua arquitetura e seus arquitetos. In: WISSENBACH, V.; TSUKUMO, V.; MOTTA, A. R. **Panorama da arquitetura cearense**. Coordenação da Edição Delberg Ponce de Leon, Otacílio Teixeira Lima Neto. São Paulo: Projeto, 1982. (Cadernos Brasileiros de Arquitetura; v.1 e v.2).

CASTRO, José Liberal de. **Pequena informação sobre arquitetura antiga no Ceará.** Fortaleza: [s. n.], 1977.

CATHARINO, José Martins. **Trabalho índio em terras da Vera ou Santa Cruz e do Brasil:** tentativa de resgate ergonômico. Rio de Janeiro: Salamandra, 1995. 628 p.

CAVALCANTI, Lauro. **Quando o Brasil era Moderno.** Guia de arquitetura 1928-1960. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

CHERS, Gordon. **Home:** new directions in world architecture and design. Australia: Millenium, 2006

CHING, Francis D. K. **Dicionário visual de arquitetura.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C. **Dicionário da arquitetura brasileira.** São Paulo: Edart, 1972.

COSTA, Campelo, LINHEIROS, Domingos, ARAÚJO, Nearco. **Desenhos.** Arquitetura Antiga no Ceará. Fortaleza: Edições IPHAN/UFC, 2002. (Cadernos de Arquitetura Cearense, v. 2).

COSTA, Irio Barbosa da; MESQUITA, Helena Maria. **Tipos de habitação rural no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1978.

COSTA, Lúcio. **Lucio Costa: sobre arquitetura.** Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962. Vol. 1.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Cidade 2000:** expansão urbana e segregação especial em Fortaleza. 1988. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

DISPONÍVEL em: <<http://www.googleearth.com>>. Acesso em: 24 fev. 2008.

DISPONÍVEL em: <<http://www.oicosarquitetos.com.br>>. Acesso em: 20 maio 2008.

DISPONÍVEL em: <<http://www.vivercidades.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2008.

ESTATUTO DAS CIDADES Lei No 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FINEP-GAP. **Habitação popular** – inventário de ação governamental. Rio de Janeiro: Finep, 1983.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** Tradução de Sandra Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. 312 p.

FREYRE, Gilberto. **A casa brasileira**. Rio de Janeiro: Grifo Edições, 1971. 97 p.

GARDINER, Stephen. **Evolution of the house**: [by] Stephen Gardiner. St. Albans, Eng.: Paladin, 1976. 302 p.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. **As oficinas ou charqueadas no Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984. 154 p.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. Da conquista e implantação dos primeiros núcleos urbanos na capitania do "Siará Grande". In: SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

GROPIUS, Walter; GUINSBURG, J.; DORMIEN, Ingrid. **Bauhaus: nova arquitetura**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. 220p. (Debates ;47)

GURALNIK, David B. **Webster's new world dictionary of the american language**. 2th ed. New York: Prentice Hall Press, 1986.

GUTIÉRREZ, Ramón. **Arquitetura latino-americana** – textos para reflexão e polêmica. São Paulo: Nobel, 1989. 149 p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102 p.

HITCHCOCK, Henry-Russel. **Frank Lloyd Wright**. Obras 1887-1941. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.

HODGE, Peter. **Aspects of roman life. The roman house**. London: Longman, 1971. 62 p.

IBGE. **Contagem da população 2007 e estimativas da população 2007**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2008.

JUCÁ, Clovis. No rumo do boi – as vilas do Ceará colonial ligadas à pecuária. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO – 5 SÉCULOS DE CIDADE NO BRASIL, 6., 2000, Natal. **Anais...** Natal, 2000.

LAGO, Antonio; PÁDUA, José Augusto. **O que é Ecologia**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos).

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Tradução de Jorge Esteves da Silva. Blumenau: Ed. Da FURB, 2000. 381 p.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade: conflito de hegemonias**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991. 131 p.

LEMONS, Carlos. **História da casa brasileira**. Repensando a história. São Paulo: Contexto, 1996. 83 p.

- LEVI-STRAUSS, Claude. **L'Identite**: seminaire interdisciplinaire . Paris: PUF, 1987. 344p
- LIMA, Marcondes Araújo. **Fotografias disponibilizadas**. Janeiro de 2008
- LOPES, Wilza Gomes Reis. **Taipa de mão no Brasil**: levantamento e análise de construções. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 1998.
- LUCENA, Eveline. **Levantamento de uma residência**. Universidade Federal do Ceará. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Fortaleza, 1991. (Documento concedido pelo Sr. Heráclio, atual proprietário da residência).
- NEVES, Nelson Serra e. **Projeto Morada Nova**: planejamento físico rural. Fortaleza: DNOCS, 1982. 34 p.
- NOVAES, Sylvia C. N. (Org.). **Habitacões Indígenas**. São Paulo: Edusp, 1983.196 p.
- NOVAES, Washington (Coord.). **Agenda 21 Brasileira** – bases para discussão. Brasília MMA/ PNUD, 2000. 196 p.
- NOVAIS, Fernando A. (Coord. geral). **História da vida privada no Brasil**. República da Belle Epoque à Era do Radio. Organização de Nicolau Sevcenko. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 724 p.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PONTE, Sebastião. **Fortaleza belle époque** – reforma urbana e controle social – 1860-1930. 3. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1993.107 p.
- PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976. 364 p.
- RAPOPORT, Amos. **House form and culture**. Englewood Cliffs, N.J: Prentice Hall, 1969. 146 p.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. 211 p.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. Habitação e especulação. O direito à moradia. Os movimentos populares. São Paulo: Contexto, 1988. (Coleção Repensando a Geografia).
- RYBCZYNSKI, Witold. **Home**. A short history of an idea. London: Penguin Books, 1987.
- RYKWERT, Joseph. **A Casa de Adão no paraíso**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- SAIA , Luis. **Morada paulista**. 3. ed. Sao Paulo: Perspectiva, 1995. 311p. (Debates.Arquitetura ;63)

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. 2. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2002.

SEGRE, Roberto. **América latina, fim de milênio: raízes perspectivas de sua arquitetura**. São Paulo: Nobel, 1991.

SILVA, José Borzachiello da. A cidade contemporânea no Ceará. Em: SOUSA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000. p. 215-236.

SILVA, Olavo Pereira da. **Arquitetura luso-brasileira no Maranhão**. Brasília: Efecê, 1986.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Natureza, capital e produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUSA, Maria do Socorro A. **Estudo da área de Jacarecanga**. Praça do Liceu e imediações Trabalho realizado no período de graduação No Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC. Fortaleza, jul. 1979.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Tradução de Rosaura Eicheberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**. A perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

VAZ, Lilian Fessler. **Modernidade e moradia: habitacao coletiva no Rio de Janeiro séculos XIX E XX**. Rio de Janeiro: 7letras, 2002. 180p.

VERAS, Tiago. **Obra prima: vida e obra de Emilio Hinko**. **Revista Eletrônica Cobogó**, 1998. Disponível em: <<http://cobogo.sites.uol.com.br/obraprima01.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2008.

WEIMER, Gunter. **Arquitetura popular brasileira – (raízes)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ZEVI, Bruno. **Saber ver la arquitectura**. 3. ed. Barcelona: Ediciones Apóstrofe, 1998.

APÊNDICES

Apêndice A – Entrevista aplicada aos arquitetos

Nome do arquiteto: _____.

Ano de graduação: _____.

Escola de Arquitetura se formou: _____.

Ano em que começou a atuar como arquiteto em Fortaleza: _____.

1. Experiências com casas (projetos arquitetônicos) no Ceará. Relato de experiências.
2. Você já buscou a identidade cearense na casa/em determinada casa? Qual?
3. Quando projetou, considerou aspectos como cultura cearense, história, modo diferente/peculiar de viver? De que forma isto está incorporado nas casas?
4. Como é a casa que você, como arquiteto, considera adequada para nosso Estado? Se fosse necessário mostrar para um desconhecido da nossa cidade/região, quais seriam estas casas (elas existem? já foram destruídas?). Você a(s) chamaria de casa(s) cearense(s)?

Apêndice B – Questionário aplicado aos moradores das Unidades 1, 2, 3 e 4

1. Quando foi construída? Quanto tempo demorou a construção? Quem construiu a casa?
2. Quais os materiais utilizados/ de onde vieram? Por que escolheram estes materiais/ manutenção? O que decidiu esta forma de construir? vizinhos e exemplos anteriores?
3. Como foi o processo de projeto da casa? Como planejaram a sua forma e as suas divisões e aberturas?
4. Alguma modificação foi feita na casa depois da sua construção? Por quê?
5. A tecnologia construtiva e a forma da casa já eram conhecidas?
6. Quem mora na casa? Quantas pessoas?
7. Onde é mais ventilado? Onde é mais quente? Onde é mais iluminado?
8. Onde cozinham? Onde conversam? Onde têm lazer? Onde assistem tv?
9. Como são os banheiros da casa
10. Onde jogam o lixo?
11. Onde plantam? Como fazem isto? Dentro de casa? Fora?
12. Como é a rua?
13. Qual o nível de segurança atual? privacidade? atividades e serviços realizados na casa?
14. – Qual o nível de satisfação?